



EDUCAÇÃO FÍSICA

APERFEIÇOAMENTO

1 EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE NÃO FORMAIS

LAMARTINE PEREIRA DA COSTA



AO LIVRO TÉCNICO S.A.

A quem se liga, "nos" aceita
elo
1988

EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE NÃO FORMAIS

LAMARTINE PEREIRA DA COSTA

Obra destinada a atender às recentes alterações nos cursos de graduação em Educação Física, segundo Resoluções do Conselho Federal de Educação de 1987, assim como à nova interpretação do Esporte introduzida pela Constituição Brasileira de 1988

 **AO LIVRO TÉCNICO S.A.**
INDÚSTRIA E COMÉRCIO • RIO DE JANEIRO

Copyright © 1988 by Costa, Lamartine Pereira da, Rio de Janeiro, RJ/Brasil

Todos os direitos reservados e protegidos por Ao Livro Técnico S/A — Indústria e Comércio pela Lei 5988 de 14/12/1973. Proibida a reprodução parcial ou integral por quaisquer meios mecânicos, xerográficos, fotográficos etc., sem a permissão por escrito da editora.

1ª Edição — 1989

Ao Livro Técnico S/A — Indústria e Comércio

Rua Sá Freire, 36/40
São Cristóvão - CEP 20930
Tel.: (021) 580-4868
Telex: (021) 30472 ALTE BR
End. Telegráfico: LITÉCNICO
Rio de Janeiro - Brasil

Rua Vitória, 486/496 - 2º andar
Centro - CEP 01210
Tel.: (011) 221-9986
São Paulo - Brasil

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

E26 Educação física e esportes não formais / coordenação Lamartine Pereira da Costa. — Rio de Janeiro : Ao Livro Técnico, 1988.
(Coleção Educação Física. Série Aperfeiçoamento ; 3)

ISBN 85-215-0494-2

1. Educação física. 2. Esportes. I. Costa, Lamartine Pereira da. II. Série.

CDD — 613.7
796

CDU — 613.7
796.4

88-0713

PREFÁCIO

A moderna filosofia descobriu que a verdade não se apóia em conteúdos mas sim em procedimentos: aqueles que estabelecem um consenso fundado. Enquanto tal, a Educação Física e o Esporte *não-formais* representam um exemplo típico da verdade de nossos dias.

Originadas de práticas sedimentadas na cultura de diferentes povos e regiões, estas alternativas das atividades formais e consagradas pelas instituições, passou a receber recentemente o aporte dos teóricos. Daí o resgate dos jogos e exercícios tradicionais combinar-se com procedimentos da vida moderna, num percurso ora problematizado por contradições, ora reforçado por um claro sentido de emancipação de indivíduos e grupos.

Neste passar de acontecimentos, o confronto de interrogações e respostas exploratórias produziu algumas ilhas de consenso — ou seja, verdades construídas — que hoje constituem as esperanças de um futuro mais ajustado da Educação Física aos anseios da modernidade.

Primeiramente surgiu um currículo de formação de professores elaborado por longos e sucessivos intercâmbios de opinião, coordenados eficientemente por Mauro da Costa Rodrigues, conselheiro do Conselho Federal de Educação. No ano seguinte, a Constituição Brasileira de 1988 incorporou a idéia do Esporte não-formal por intenso trabalho de esclarecimento junto aos constituintes, sob a liderança de Manuel Gomes Tubino. Em ambos os casos contribuições fundamentais vieram de Newton Heráclito Ribeiro, um mobilizador silencioso de homens e idéias.

Vários outros nomes poderiam ser citados neste empreendimento de inovação social mas suas ações falarão por si, desde que se espera deles o exercício da *crítica*, único caminho que levará à verdade social do futuro. As bases institucionais foram resolvidas de modo não hipertrofiado como na Educação Física brasileira do passado, faltando agora o desenvolvimento pela participação de grupos e de indivíduos.

Neste esforço inclui-se o autor deste livro que rende tributo à Carmem Luisa (Dade), sua mulher, que lhe passou a idéia do alternativo, do não-formal, do apropriado à vida, e agora recebe de volta a semente plantada.

Lamartine Pereira da Costa

SUMÁRIO

1. Introdução	7
2. Pressupostos	14
Marginalidade	14
Cultura	17
Adaptação Apropriada	19
3. Problematização	24
Revisando o Passado	26
Analisando o Presente	29
Construindo o Futuro	33
4. Fundamentação	37
Desenvolvimento	38
Definições	45
Orientação	47
Gerência	48
Adaptação	49
Unicidade	49
Atividades	51
A Rede	56
Agentes	57
Informação	59
Mídia	61
Coordenação	63
Participação e Custos	64
Avaliação e Pesquisa	64
Teoria e Prática	66
Ações Futuras	67
5. Pesquisa – Abordagem Metodológica	70
6. Pesquisa – Abordagem Filosófica	84
7. Perspectiva – Visão Nacional	90
Parecer	90
8. Perspectiva – Visão Latino-Americana	96
9. Perspectiva – Visão Internacional	101

1. INTRODUÇÃO

Este livro destina-se às pessoas que vivem a inquietude do saber, a prática do descobrir e do investigar, o impulso de estabelecer propostas de ação, a mudança em face dos resultados. Estas condutas têm marcado aqueles que encontraram e se propuseram a desenvolver a “Educação Física Não-escolar”, uma nova denominação, entre outras existentes, relacionadas a teorias e práticas do âmbito não-formal da Educação Física, do Esporte e, em alguns casos, da Recreação.

O propósito da obra e seu conteúdo são necessariamente interrogativos, uma vez que a teoria das atividades não-formais é insuficiente e ainda bastante defasada com relação à prática. Trata-se, portanto, de um trabalho em progresso, para o qual este livro pode contribuir se interpretado como o faz seu Autor, isto é, como um conjunto de teorias-tentativas — usando-se a expressão de Karl Popper —, de sobrevivência justificada por um mínimo de coerência do conhecimento em construção.

Há, portanto, um certo sentido de ensaio e erro, característico das atividades alternativas de um modo geral, que desafia o sentimento de pesquisa por parte de alguns e o afastamento de alguns outros. Complementando esta circunstância radical de simplificação, temos encontrado uma outra: adoção *versus* rejeição, especialmente por parte de profissionais de Educação Física e do Esporte. Daí o reducionismo que tem regulado o entendimento das atividades não-formais, a partir do “Esporte para Todos”, denominação antiga mais usada internacionalmente para estas versões não-convencionais, defendidas por um movimento nascido na Europa no final dos anos 60.

Este reducionismo — que no Brasil é concentrado sobretudo em atividades tradicionais do tipo ruas de lazer, passeios de bicicleta, colônias de férias etc. — tem bloqueado o entendimento da Educação Física e do Esporte Não-formais (expressões da preferência deste Autor, conforme posições encontradas adiante), num amplo conjunto de possibilidades junto à maioria das pessoas, em termos de vida cotidiana, e não apenas na escola e no clube, refúgios clássicos das versões formais.

Por isso, as teses centrais do presente livro, observadas a partir dos capítulos em conjunto, são:

1ª) A Educação Física, o Esporte, a Recreação, quando “formalizados”, autolimitaram seus escopos, voltando-se mais para um desenvolvimento próprio do que orientado para a interdisciplinaridade. Como resultado, a Psicologia, a Sociologia, a Filosofia e outras áreas do conhecimento estão produzindo posições específicas sobre o corpo e as pessoas com relação ao movimento físico, com base em seus paradigmas. Havendo riscos de diluição

epistemológica, do seu conhecimento organizado, a Educação Física e seus desdobramentos esportivos e recreativos podem-se fortalecer incorporando o saber de outras áreas mais por intercâmbio do que por confrontação. Isto, evidentemente, é viável de ocorrer sobre os pontos comuns de observação, fora dos segmentos especializados e convencionais da Educação Física, no âmbito não-formal desta, mas de abrangência tradicional de outros ramos do conhecimento. Os beneficiários, por suposição, serão as pessoas observadas, e menos seus observadores, que quando excessivamente especialistas tornam-se fins em si próprios.

2ª) O conhecimento tradicional da Educação Física e do Esporte não deve ser descartado quando da abordagem das suas versões não-formais, mas sim adaptado, em qualquer das disciplinas mediadoras, sejam biológicas, pedagógicas ou sociais. Esta proposição reverte o sentido original das campanhas e incentivos pró-exercícios e jogos, diferenciados por denominações específicas e freqüentemente especializados por grupo-alvo (idosos, menores em recuperação social, portadores de deficiências físicas etc.), que têm-se mostrado inclinados à especialização e ao isolamento. Assim, pretende-se adequar a Educação Física Não-formal ao paradigma holístico, globalizador e integrador, para o qual tendem as modernas ciências sociais.

Em termos de ensino superior de Educação Física, tal diretriz implica em adaptar cada disciplina do currículo ao atendimento das duas versões de atividades, formal e não-formal, abrangendo demandas de interesses específicos dos grupos-alvo, em qualquer dos campos de prática. Prevê-se, então, uma única teoria para a Educação Física, como atual esforço concentrado no seu lado não-formal, ainda bastante incipiente. Esta construção epistemológica, se tornada realidade, poderá dar coerência à prática de atividades físicas cada vez mais pulverizadas, sem o sentido de conhecimento em processo de diluição em face dos próprios fatos sociais. A visão moderna da Recreação confirma a aplicabilidade de uma teoria unificada, uma vez que tem estimulado a prática diferenciada segundo preferências de grupos e tendências pessoais.

3ª) O estudo das alternativas não-formais em Educação Física deve desfocar o papel central da atividade, substituindo-o por outro definido pelo relacionamento das pessoas, por condução — caso da atuação de professores, monitores e técnicos, em circunstâncias profissionais — ou por orientação realizada por iniciativas voluntárias, autogeridas e não-profissionais. O domínio das ciências biológicas, freqüentemente válido por razões de segurança e de realização de propósitos de desenvolvimento físico ou competitivo, é o ponto onde incide o poder e a fraqueza na Educação Física tradicional. Enfatizando-se as ciências sociais, o equilíbrio deve ser restaurado naturalmente, sem exclusão de qualquer ramo de conhecimento.

4ª) Dado o caráter intersubjetivo preconizado por uma Educação Física tanto social como biológica, privilegiando o intercâmbio entre pessoas como determinante da atividade física, haverá um incentivo ao comportamento criativo e heurístico dos professores e dos profissionais em geral, reduzindo o uso de fórmulas, padrões e roteiros para a condução da prática, meios

funcionais em alguns casos — reabilitação física, por exemplo — mas mecanicistas e desumanizadores em outros.

Estas pressuposições constituem convergências de experiências do Autor na vivência de vários estágios do Esporte para Todos no Brasil e no exterior, todavia não conclusivas mas indicativas de caminhos para a elaboração teórica e crítica de sua prática. Esta, enquanto não-convencional, tem ocorrências bastante antigas de origem cultural e comunitária, repetindo na Educação Física o fenômeno do esforço alternativo dos grupos e de pessoas diante de problemas de excesso de normas e outros impedimentos gerados pelas instituições. Na atualidade, entende-se que esta solução espontânea relacione-se com a inadequação metodológica da Educação Física, levantada desde 1954 por Paplauskas-Ramunas¹. Isto significaria também reformular o procedimento dos profissionais, tornando-os tanto participantes quanto condutores de processos de desenvolvimento social, por intermédio da movimentação física, num contexto de relacionamento lúdico. Como resultado teríamos um ato político no relacionamento dos professores com os participantes, ampliando as esferas da Educação Física convencional, equivocadamente reducionista e às vezes marginalizadora.

Nestes termos não conformistas entende-se também que a abordagem não-formal tenha gerado críticas no estilo adoção *versus* rejeição, conforme interesses, inclinações e ideologias.

Este fenômeno é internacional, particularmente incidente na América Latina, e não deve ser inibido por sua natureza intrínseca à proposta alternativa e por regular o próprio desenvolvimento teórico e prático das atividades. De qualquer modo, a atual proposta da Educação Física Não-escolar, na opinião do Autor, deve ser estabelecida partindo-se de uma *releitura* da Educação Física Formal, opondo-se às tendências de *coisificação* dos praticantes. Temos, portanto, uma *reinvenção* do conjunto Educação Física, Esporte e Recreação, em que o Esporte Formal e a Recreação são os extremos que devem ser aproximados, tendo o lazer como referência principal.

Estamos, em última análise, diante de um projeto de renovação, de transição não-radical, ensaiado de modo progressivo e ora viabilizado por dois acontecimentos relevantes: o envolvimento do Comitê Internacional Olímpico num processo de revisão dos padrões da prática esportiva, ampliado a partir de 1986², e o estabelecimento, em 1987, de um novo currículo de formação de professores brasileiros em Educação Física. Este instrumento privilegia as atividades extra-escolares juntamente com abordagens de ciências humanas (Filosofia, Sociologia, Antropologia etc.), descentralizando decisões sobre disciplinas a serem assumidas em cada região e em cada estabelecimento, segundo necessidades e potencialidades. Tais fatos, evidentemente, consolidam os avanços das atividades físicas não-formais em mais de 50 países — incluindo sociedades capitalistas e socialistas —, dos quais citamos um exemplo internacional e outro nacional.

Se estamos consolidando institucionalmente a tendência não-formal das práticas corporais sistematizadas, simetricamente devemos estimular a crítica

responsável e o desenvolvimento de padrões éticos profissionais. Caso isto não ocorra nos próximos estágios, o alternativo será formalizado e os erros atuais serão repetidos numa nova versão, talvez mais perversa e dissimulada. A experiência do Autor incorpora constatações, as mais diversas, de deturpações dos propósitos não-formais no Brasil e no exterior, confirmando o dilema de (1^o) expandir o não-formal gerando simulações mais aperfeiçoadas e (2^o) inibir o não-formal e manter a marginalização da maioria.

O que move o Autor, ao cogitarmos destas posições contraditórias, é a busca de uma solução intermediária, uma vez que este dilema sintetiza a própria vida moderna nas áreas em que há “progresso”. Por este caminho de mediação poderemos avaliar posições de ingenuidade, às vezes com fundamentação “científica”, que descobrem a cada passo o sentido manipulador das atividades físicas não-formais, como também posições falsificadoras que encobrem objetivos comerciais, institucionais, ideológicos, pessoais etc. Nesta avaliação, certamente, incluiremos com destaque a postura de “bode expiatório” ou de “inimigo subjetivo” – apelando-se para uma expressão introduzida por Hannah Arendt – que freqüentemente ocorre com a Educação Física Não-escolar e o Esporte Não-formal; como as versões formais estão encasteladas no *status quo*, vários profissionais oportunistas repassam para as versões alternativas as distorções da prática, naturalmente comuns a ambas em estilos diferentes.

Temos, então, um “populismo” profissional, ou um preconceituoso elitismo científico que, freqüentemente, criam problemas para si mesmos. Como exemplo definitivo cita-se a atividade física nas indústrias e nas empresas de um modo geral, talvez o maior grupo marginalizado da Educação Física hoje existente no plano internacional (no Brasil agrega um terço da população). Pela natureza peculiar de local de trabalho e de mão-de-obra empregada, há oportunidades para a prática formal (minorias voltadas para a competição) e para a não-formal (maioria voltada para a recreação e o lazer). Estas prescrições são referidas a motivos de saúde e de segurança do trabalhador, em qualquer tipo de atividade profissional, em face a seqüelas de sedentarismo e de condições adversas que são transferidas para a previdência social, isto é, a custo da população em geral e não para as empresas.

Daí a existência de legislação em países socialistas que dão o direito ao trabalhador de pausas para exercícios e de acordos entre sindicatos e empresas na Europa Ocidental com relação à prática esportiva, promovidos internamente nos locais de trabalho³. Esta demanda de justiça social por parte de empregados soma-se a uma crescente oferta de atividades físicas e recreativas por parte do patronato, pelo menos nos países desenvolvidos, dado que é evidente o crescimento de produtividade. Esta é estimada nos países socialistas entre 5 e 10%, e nos capitalistas, entre 3 e 5%, constituindo-se um dos fatores mais importantes para o incremento de eficiência na empresa moderna⁴. Há, portanto, uma ambigüidade que permite uma posição de crítica por parte dos profissionais de consciência social e outra de defesa pelas mesmas razões, quando esclarecidas quanto ao sentido sindical e social da prática interna.

Ao prevalecer o lado crítico alienado ou de interesse individual “populista”, perdem os profissionais e perdem os trabalhadores.

Em suma, pretendemos que a controvérsia formal *versus* não-formal seja entendida como falseadora de uma realidade que depende mais de *quem* conduz cada versão; em que grau de adequação para a clientela ou grupo-alvo, isto é, *como* é conduzida; e, finalmente, a *serviço de quem* a atividade é ofertada.

Diante destas interrogações podemos introduzir os capítulos que se seguem, o primeiro dos quais concerne a teorias-tentativas que elaboramos para encaminhar as mediações. Sendo “tentativas”, o valor vincula-se a simples hipóteses de trabalho, sugerindo a realização de pesquisas, estudos ou meros reconhecimentos por parte de estudantes e estudiosos.

Posteriormente, encontra-se um capítulo denominado de “Problematização”, em que se discute a Educação Física Não-formal num contexto de crítica filosófica, sociológica e antropológica.

Originalmente este texto foi produzido por solicitação da WRLA – Associação Mundial de Recreação e Lazer, a fim de compor uma publicação especial, com outros autores de vários países, levantando as perspectivas da Educação Física, o Esporte e a Recreação para o ano 2000.

Segue-se um capítulo de “Fundamentação”, com argumentos empíricos e de revisão conceitual sobre o Esporte para Todos, atividade experimental e de introdução da temática não-formal no Brasil; neste caso, vivenciam-se abordagens de organização esportiva, de comunicação e de epistemologia. Este texto, por sua vez, constitui uma atualização do capítulo “The Uniqueness of Non-Formal Sports in Different Countries and Regions”, contribuição do Autor para o livro ditado por Joseph J. Bannon, “Sports for Everyone”, Management Learning Laboratories – University of Illinois, Champaign, 1985, também incluindo trechos do trabalho “The Network and Low-cost Approach to Leisure and Sport for All – a Theory and Practice Review”, produzido pelo Autor para o Comitê Olímpico Internacional – Federação de Esportes Alemã, em 1986, com versão em português publicada em livreto da Coleção “Desporto e Sociedade”, da Direção-Geral dos Desportos de Portugal (1986 – outubro).

Com base nestes referenciais temáticos, discute-se no capítulo “Pesquisa” a oportunidade e propriedade da investigação na área não-formal, substituindo-se, assim, o antigo enfoque de *atividades*, sempre presente nos livros de Educação Física tradicional. Como já considerado nas teses 2^a e 3^a desta Introdução, o Autor posiciona como irrelevante a problematização a partir das atividades, propondo adaptações das alternativas formais já existentes por criatividade, *insight* (clarividência) e pesquisas a serem desenvolvidas por estudiosos e estudantes, praticantes e profissionais, envolvidos ou responsáveis por atividades não-formais. Como veremos nos “Pressupostos” a seguir, há evidências teóricas e empíricas suficientes para recomendar tal procedimento e para solicitar validação por pesquisadores.

O capítulo final inclui as "Perspectivas", segundo artigo do Autor publicado na revista "Message Olympique" – nº 16, Dezembro, 1986, Lausanne, págs. 17-24, mantendo seu conteúdo original relacionado ao Esporte para Todos; as declarações finais e projetivas do II Congresso Pan-americano de Esporte para Todos, Argentina-Bariloche, 1986; e o texto resumido do Parecer do Conselho Federal de Educação quanto ao Currículo de Formação de Professores de Educação Física (Brasília, 1987).

Todos estes textos definem não somente idéias e proposições, mas também a ideologia do Autor, o que indica credibilidade relativa por parte de cada leitor com suas próprias convicções e visões do mundo. Para que haja comparações e, portanto, busca de posições autônomas, também aqui recomendadas, declaramos que nos orientamos pela idéia fundamental de auto-gestão das pessoas e dos grupos quanto a suas realizações. Esta categoria apresenta-se minimalista das interferências do Estado moderno, libertária contra todas as forças de opressão e optante da ação direta de indivíduos e grupos sociais.

Incluímos-nos, portanto, entre aqueles que acreditam numa atitude política, social e moral que anteceda às ideologias dominantes, geradoras das macroinstituições tecnocráticas e opressoras, controladoras do mundo moderno. Esta atitude, por outro lado, tem o significado de defesa irrestrita da natureza, da ecosfera que tem a participação do homem, cuja visão global, interdisciplinar e interdependente dar-lhe-á sobrevivência e usufruto adequado das ciências.

Se aceitas estas perspectivas por estudantes, estudiosos e pesquisadores, podemos confirmar nossa crença na adequabilidade da recuperação da postura não-formal diante das formais, e para isso valemo-nos da opinião de Werner Heisenberg, um dos maiores nomes da ciência em todos os tempos⁵: "É muito provável que, na história da humanidade, os mais frutíferos avanços freqüentemente ocorram nos pontos em que duas linhas diferentes de pensamento se encontram. Estas linhas podem ter suas raízes em partes radicalmente diferentes da cultura humana, em épocas diferentes, em ambientes culturais diferentes ou tradições religiosas diferentes: desde que elas verdadeiramente se encontrem, ou seja, se elas ao menos estão relacionadas mutuamente para que uma interação real possa ter lugar, então pode-se ter esperança de que novos e interessantes desenvolvimentos podem-se seguir."

¹ Este autor canadense foi um dos primeiros a denunciar, no âmbito da Educação Física, o esgotamento dos métodos ginásticos quanto ao sentido humanístico, no livro "L'Education Physique dans l'Humanisme Integral", Les Editions de la Université d'Ottawa, 1954, págs. 136-138. O registro original é de Langlade, A. e Langlade, N.R., no livro "Teoria General de La Gimnasia", Ed. Stadium, 1970, Buenos Aires, págs. 409-410.

² Ver "Fundamentals of Sport for All", International Congress 1986, German Sports Federation – International Olympic Committee 1986, especialmente introdução de J.A.

Samaranch, "Sport for All – Today's Greatest Social Challenge to International Sport", págs. 14-19.

³ Os dados são de Pereira da Costa, L., "Empresa-Esporte: Origens, Evolução e Perspectivas do Patrocínio", Grupo Bradesco de Seguros – Fundação Mudes, 1984, e fontes diversas, destacando-se: Sistema Mudes Esporte Não-formal na Empresa (84 044 044/set., 1984) e Sport for All Information Center – Bruxelas.

⁴ Ibidem, ficha nº 84 076 076/nov., 1984.

⁵ Citado na introdução do livro "The Tao of Physics", F. Capra, Bantam Books, New York, 1984, p. XIII.

2. PRESSUPOSTOS

A temática deste livro foi composta a partir das proposições do currículo de graduação em Educação Física (Bacharelado e Licenciatura) emitido em 1987, que privilegiou a "Educação Física Não-escolar" entre várias outras inovações pioneiras com relação ao Brasil e, em alguns casos, ao exterior.

Este fato marcou o reconhecimento das atividades físicas alternativas no estatuto oficial do conhecimento e da prática, como resultado de pressões de movimentos e incentivos pró-exercícios com finalidades de prevenção de saúde (aerobismo, método de Cooper etc.), de um novo estilo de vida com base no lazer, na recreação e na ludicidade, e de reabilitação da iniciativa de pessoas e grupos quanto à autogestão de suas atividades e à promoção social.

Pretende-se, então, elaborar e aperfeiçoar teorias com base nestas rupturas da Educação Física, Esporte e Recreação ortodoxos. Anteriormente, este mesmo objetivo foi desenvolvido a partir de princípios e referenciais gerais, que complementavam as propostas de prática, conforme a experiência brasileira¹. Mas apenas os referenciais denominados de "Decálogo" conseguiram sobreviver pelo critério do uso e da crítica sistemática², o que sugere confirmação e sua republicação, encaminhada no Quadro 1 deste Capítulo.

Outra vertente de observação da prática foi tentada por uma matriz de direcionamentos dos trabalhos apresentados em congressos nacionais e regionais — cerca de 500 proposições, críticas e experiências entre 1982 e 1984 —, relacionando-se assunto (atividades, metodologia, locais de prática, grupos-alvo, divulgação etc.) com três sentidos de ações: institucional, comunitária e de grupos³. Também deste esforço não foi possível extrair generalizações teóricas, que efetivamente superassem as visões micro dos fenômenos de práticas não-formais. Esta dificuldade persiste no plano internacional no que concerne às iniciativas do tipo "Esporte para Todos" que dependem ainda de abordagens empíricas particulares ou de resultados de investigações de aspectos limitados.

Cogitando-se de uma necessária evolução e uma incorporação das experiências anteriores, tentar-se-á o uso de "pressupostos", generalizações hipotéticas e dedutivas, prevendo-se críticas, confirmações ou reformulações futuras⁴.

Marginalidade

Os movimentos e incentivos à prática não-convencional de atividades físicas produziram o desvelamento de grupos *marginalizados*, embora não fosse este um de seus objetivos originais. Esta evidência tornou-se mais nítida no Esporte por seu caráter seletivo, continuando sutil na Educação Física —

prática *ceteris paribus* nas suas proposições teóricas, isto é, sujeita a condições similares a serem encontradas nas escolas, clubes, academias etc. —, e até mesmo na Recreação, pelas disparidades sociais que criam inacessibilidade. Assim, no plano teórico, tornou-se explícito o significado universal da prática aberta, não alcançado em razão de preconceitos ou de excessos tecnicistas das elites profissionais, que simplesmente ignoraram o cidadão comum, o sedentário, a família e outros grupos sociais numa primeira abordagem da Educação Física em sua história, e muito menos a existência de marginais em desenvolvimento recentes.

Quadro 1

- (1º) LAZER
Orientar o tempo livre para a prática esportiva com prazer e alegria, de modo voluntário e sem prejudicar as demais possibilidades educacionais e culturais.
- (2º) SAÚDE
Criar oportunidade de melhoria de saúde do povo, no que se refere à prática de atividades físicas e recreativas, nas medidas possíveis e adequadas às condições locais das diferentes comunidades.
- (3º) DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO
Aperfeiçoar a capacidade de organização e mobilização das comunidades para o trabalho em conjunto, em mutirão e dentro do necessário sentimento de vizinhança, de bairro, de região e de Município.
- (4º) INTEGRAÇÃO SOCIAL
Estimular a congregação e a solidariedade popular, dando ênfase à unidade familiar, às relações pais e filhos, à participação feminina e à valorização da criança e do idoso.
- (5º) CIVISMO
Reforçar o sentimento de povo, de nacionalidade e de integração nacional.
- (6º) HUMANIZAÇÃO DAS CIDADES
Criar meios de prática de esportes recreativos com participação de grande número de pessoas, para conscientização geral quanto aos benefícios de áreas livres nos grandes centros urbanos.
- (7º) VALORIZAÇÃO DA NATUREZA
Orientar a prática esportiva ao ar livre, principalmente com crianças, de maneira a dar valor e a preservar áreas verdes, parques, bosques, florestas, praias, rios, lagos, etc.
- (8º) ADESAO À PRÁTICA ESPORTIVA
Criar oportunidades e atividades esportivas simples e improvisadas de modo a ampliar o número de praticantes, diversificar esportes a serem praticados e aumentar o uso das instalações e áreas já existentes.

(9º) ADESAO AO ESPORTE ORGANIZADO

Motivar, através do contágio de emoções pela prática com grande número de pessoas, o apoio e a participação nas atividades da Educação Física estudantil e do esporte em clubes e outras entidades.

(10º) VALORIZAÇÃO DO SERVIÇO PELA COMUNIDADE

Congregar o apoio popular às entidades públicas e privadas que participam dos mutirões esportivos.

Portanto, à homogeneidade pretendida pela prática escolar e clubística acrescentou-se a heterogeneidade dos grupos sociais, geralmente identificados por interesses, localização, disponibilidades e parentesco, bem como a especificidade de grupos marginais, tais como idosos, menores abandonados, habitantes de áreas rurais, deficientes físicos, presidiários, viciados em drogas, desempregados, pessoas pobres etc. Estes "cidadãos de segunda classe" constituem em muitos países — no Brasil inclusive — a maioria da população, alguns casos por afluência, outros por pobreza e injustiça social, e ainda outros por isolamento preconceituoso.

Registre-se que muitos profissionais das práticas físicas sistematizadas estão substituindo o elitismo explícito do Esporte e implícito da Educação Física por formas de trabalho geradas a partir das necessidades de grupos sociais e segmentos marginais, numa situação de consciência social efetivamente assumida, mais de *práxis* do que de prática. Isto significaria expandir a escala das atividades profissionais, mas igualmente criar limites éticos, uma vez que os novos grupos clientela, principalmente os mais carenciados, podem-se desenvolver por meio de atividades físicas como também se alienar e envolver socialmente com este mesmo instrumento.

Constituindo uma das raras intermediações para mobilização e conscientização de pessoas marginalizadas, a Educação Física, como também o Esporte e a Recreação, em que pese os riscos de desvio de propósito e de uso incompleto, têm viabilidade freqüentemente comprovada na recuperação social e na prevenção de saúde, além da desejável participação política e comunitária.

Ao darmos maior abrangência a estas caracterizações, alcançando os grupos sociais de um modo geral, será possível convergir para a concepção de *direito ao esporte*, proposto originalmente pelo Conselho da Europa⁵ e hoje tendendo à universalização, isto é, para o livre acesso à prática de atividades físicas por qualquer pessoa nas circunstâncias da vida comum, e em igualdade com os demais direitos da cidadania. Este tipo de aproximação ao problema aparenta ter maior validade e deverá se somar aos demais, como os de democratização das oportunidades de lazer e de prevenção de saúde. Exclui-se a Educação Permanente desta integração, pela escassa repercussão de suas propostas, consideradas por alguns como perpetuadora das desigualdades e desvios da Educação tradicional.

Cultura

A adaptação "apropriada" da Educação Física e do Esporte, previsível para a prática a partir de grupos sociais e de segmentos marginais, define-se essencialmente dentro do marco cultural, em face da necessidade de serem propostos exercícios e jogos com base nas aspirações, símbolos, valores e tradições das pessoas e grupos, bem como se respeitando peculiaridades regionais. Esta opção não exclui os padrões de atividades físicas geradas pela técnica e pela ciência, mas sobretudo regula o seu uso segundo oportunidade, solitação dos praticantes, possibilidades locais, propósitos (prevenção de saúde, recuperação social, auto-realização individual e grupal etc.) e outras imposições.

Efetivamente, busca-se uma harmonia entre os enfoques cultural e técnico, desde que a ênfase na primeira alternativa reduz o papel da intermediação de profissionais. Por seu turno, valorização excessiva do enfoque técnico resulta em massificação e coisificação dos praticantes, riscos cada vez mais presentes nas versões atuais da Educação Física e do Esporte. Neste particular a Recreação constitui um exemplo a ser realçado, por ter organizado conhecimento e prática em torno de categorias culturais ao longo de sua evolução histórica.

Referenciando-se à cultura na justa medida, a Educação Física Não-escolar poderá fazer o caminho de retorno para sua origem, modificando os padrões tradicionais de prática em *locus classicus*, ou seja, intramuros dos estabelecimentos de ensino.

Modernos pedagogos alemães da Educação Física, como Jurgen Dieckert, Reiner Hildebrandt, Peter Kapustin e outros⁶ têm buscado soluções adaptativas do exterior para o interior das escolas, fundamentando suas proposições na participação mais intensa dos "alunos" — incluindo pais, se possível — nas decisões e organização das "aulas", na criatividade dos participantes, na mobilização de sentido comunitário envolvendo a escola etc. Neste caso, o professor atua mais como um facilitador e negociador, sem abandonar os preceitos pedagógicos, mas aberto para modificar os exercícios e jogos seguindo-se tendências, interesses e possibilidades do grupo. No Brasil, proposições semelhantes de trabalho e de investigação — inclusive com repercussões no currículo de formação de professores — têm sido adotadas em Recife, pelo grupo liderado por Celi Zulke Taffarel, atuante no Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Pernambuco.

De qualquer modo, a adaptação referenciada no sentido cultural — e, portanto, comunitário — equivale ao abandono das fórmulas padronizadas de exercícios e jogos, na perspectiva de que cada caso, cada grupalização de participantes representa uma situação intransferível e única. Assim, o acervo de conhecimentos do mediador é colocado a serviço do grupo sem exageros de concessões, mas isento do sentido de controle e de padronizações preestabelecidas. Um corolário desta situação ideal é o de que as soluções alternativas não-convencionais da Educação Física não podem ser simplesmente

reproduzidas de proposições mais sofisticadas, revertendo-se, então, uma das tendências históricas da prática de atividades físicas, envolvendo autoridades científicas, regiões e países. Em tese, tal circunstância representaria uma revalorização do professor, hoje também sujeito a massificação e coisificação pelos sistemas de ensino burocratizados de forma ineficiente, além de dar elevada prioridade à pesquisa.

Outro pressuposto importante relacionado com a cultura concerne ao seu papel de base para a educação, saúde e desenvolvimento comunitário. Nestes termos, o “respeito à cultura local” não é apenas preceito idealista mas uma condição operativa, reguladora do sucesso de qualquer projeto envolvendo pessoas, sem excessivos envolvimento de instituições formais. Na prática, e sobretudo na *práxis*, a cultura é o “pão do espírito”, completando a alimentação material nas condições mínimas para que as pessoas possam se desenvolver socialmente.

A Educação Física e o Esporte adaptados às tradições e à comunidade local constituem instrumentos de expressão cultural, e quando entendidos por meio de jogos tradicionais representam um bem cultural. A mediação de professores, monitores, agentes etc. é válida entre grupos de atividades físicas na medida que a cultura é enriquecida pelo aporte de inovações, sem a perda da identidade original. Daí a busca de harmonia entre as tradições e a oferta de atividades físicas, de promover expressões e bens culturais.

Esta questão do equilíbrio harmônico torna-se mais evidente diante do conceito amplamente aceito de que não existe no âmbito cultural ruptura sem tradição, nem novo sem acumulação. O caso do lazer como referência paradigmática da Educação Física e do Esporte constitui um exemplo significativo: para certos segmentos populacionais, o lazer não está incluído claramente no repertório de hábitos e aptidões. Assim sendo, a prática esportiva de “tempo livre” não se distingue da “competitiva” ou do “espetáculo”; em resumo, no nível cultural, a Educação Física, o Esporte e a Recreação confundem-se num único conjunto sobre o qual eventuais propostas inovativas, ou mesmo rupturas, fazem sentido apenas para determinados grupos.

Portanto, diferenças e igualdades entre as três versões clássicas das atividades físicas organizadas regulam as relações entre técnicos e no desenvolvimento do conhecimento, mas tornam-se incoerentes em face da adaptação aqui e agora cogitada. Este desejável ajustamento das técnicas para ser “apropriado” justifica-se, finalmente, quando os mediadores (professores, monitores, agentes, técnicos, animadores etc.) têm como ponto de partida o universo cultural de seus clientes, aceitando possíveis rejeições a suas propostas, ritmos diferenciados de assimilação, descontinuidades na participação e outras idiosincrasias das pessoas e grupos quando não submetidas à disciplina e ao controle das instituições.

Uma dificuldade ao trânsito da interpretação culturalista da Educação Física e do Esporte prende-se ao pensamento marxista que incorporou a cultura, numa primeira abordagem do materialismo histórico na superestrutura da sociedade. Nesta concepção, os fatos culturais foram entendidos como

meros reflexos da ideologia dominante. Entretanto, a partir de Lukacs e Gramsci — nas primeiras décadas deste século —, e por claras definições dos marxistas denominados de “ocidentais” da atualidade, a cultura retornou à sua posição de importante fator determinante de acontecimentos, e não de determinada.

Cabe relevar que Marx, embora suspeitando do sentido idealístico atribuído à cultura pela burguesia durante seu primado na história, fundamentou suas proposições num tipo revolucionário de humanismo, o mesmo que reabilitaria posteriormente o componente cultural e que hoje permite antever uma orientação filosófica para aqueles que pretendem renovar a Educação Física e o Esporte. Citamos suas palavras e as incluímos entre nossos pressupostos: “Ser radical é atacar o problema pela raiz. E a raiz para o homem é o homem mesmo”⁷.

Adaptação Apropriada

Em face da marginalidade e da cultura, a Educação Física e o Esporte — e, em casos extremos de desvios, a Recreação — exibem um *hiatus irracionalis*, um vácuo de nexos explicativos, entre suas versões formais, derivadas da técnica, e as não-institucionais, advindas da espontaneidade do ser humano. Tal polarização tornou-se mais concreta ao longo da atuação dos movimentos alternativos genericamente agrupados sob a denominação “Esporte para Todos”, corrente no âmbito internacional e irmanada à “Saúde para Todos”, e à “Educação para Todos”, todas denotadoras de direito ao acesso. À simples sobrevivência destas iniciativas de mobilização popular e institucional, desde o final dos anos 60, subentende-se a existência de contradições importantes nas práticas físicas sistematizadas. Fora do âmbito profissional específico, a pressão sobre os estatutos tradicionalistas da Educação Física, da Saúde e da Educação, *vis-à-vis* práticas antinaturais e corrupção do conhecimento, antecipou-se aos movimentos “de correção interna”, e ainda persistem, com adesão de sociólogos, cientistas políticos, psicólogos, antropólogos, filósofos etc.

A experiência destes movimentos alterativos, em maioria “concedidos” e apoiados pelas instituições tradicionais da área, indica ainda em pressuposto que a adaptação é apropriada quando se define dentro do hiato entre as categorias formais (predomínio institucional) e as não-formais (parcialmente institucionais) ou informais (predomínio das pessoas). Isto significa que *os ajustamentos devem ocorrer mais sobre as circunstâncias determinantes da prática, do que na forma e conteúdo dos jogos e exercícios*. Por conseqüência, os procedimentos da mediação — profissional ou voluntária, especializada ou leiga — também se definem em adequações como se seguem:

(i) O espaço, o tempo e os meios circunstanciais, estabelecidos em relação à prática, referem-se à comunicação e ao intercâmbio entre praticantes e mediadores de modo *intersubjetivo*, isto é, na hipótese de que todos estes sejam pessoas imbuídas de consciência e vontade, desejos e emoções, capazes normalmente de compreenderem umas as outras. Este arranjo prende-se mais à criatividade do que à técnica e, em termos gerais, constitui um ato político.

(ii) A intersubjetividade é a ocorrência típica da prática informal, reunindo praticantes autônomos sem mediadores, ou da não-formal, quando a gestão dos meios e a condução das atividades são compartilhadas com os praticantes.

(iii) A forma e o conteúdo dos jogos e exercícios mantêm-se na essência original, mas são reduzidos os aspectos radicais de competitividade e de diferenciação entre praticantes, de modo a não comprometer o sentido intersubjetivo. Assim sendo, a técnica submete-se às aptidões e hábitos das pessoas, e não ao inverso, como sugerido pela Educação Física tradicional e explicitamente proposto pelo Esporte convencional.

(iv) As práticas formais de poucas alternativas circunstanciais (escola, clube, academia ortodoxa etc.) confrontam-se com uma vasta amplitude de possibilidades não-formais e informais, cabendo nestas últimas desde atividades de elevado controle e diretividade — envolvendo, por exemplo, exercícios para portadores de deficiências físicas, idosos, crianças, hospitalizados, não-atletas em aperfeiçoamento físico etc. — até jogos tradicionalistas regionais, puramente recreativos — e sem implicações de competência e responsabilidade profissional. Portanto, no âmbito das circunstâncias das práticas alternativas, há espaço para adequações as mais diversas, promovidas por especialistas e monitores voluntários, não se excluindo, como no universo formal, mas se complementando por necessidades mútuas e em proveito da clientela.

Em resumo, a proposição corrente é de que o *setting*, ou arranjo dos meios em torno do ato pedagógico, é um dos fatores determinantes nas relações formais ensino-aprendizagem, enquanto que nas oportunidades não-formais e informais evolui para uma posição central, uma vez que nestas composições de base criativa e intersubjetiva a auto-realização dos participantes é o produto final.

Um reforço a este pressuposto é encontrado na apreciação de modernas tendências dos esportes, principalmente os preferidos pela juventude atual em qualquer país, em geral orientados mais para a auto-realização dos praticantes do que para o sentido competitivo. Neste quadro incluiríamos o *surf*, a canoagem, a orientação, o montanhismo, o *rally* automobilístico, o vôo à vela, as corridas de rua e outros eventos que combinam a participação indiscriminada, o *setting* da natureza ou das cidades e equipamentos “apropriados” de acesso aberto a interessados, sem intermediação institucional e apenas com barreiras de uso econômico.

Outra validação da hipótese de realocação instrumental da Educação Física e do Esporte como solução para uma participação mais democrática concerne à adaptação assumida por federações esportivas européias — a maioria da Escandinávia e do leste socialista —, que administram simultaneamente a versão formal de sua modalidade (atletas registrados de clubes e outras entidades, e competições oficiais) e as versões não-formais (prática em massa sem padronizações rígidas). Este fato indica que é possível fazer conviver as duas polarizações e que ambas podem se complementar em mútuo interesse:

o praticante informal ou não-formal pode-se tornar um atleta e este serve de exemplo motivador para a prática descompromissada das relações institucionais e de trabalho.

Estas comprovações fatuais convergem para a possibilidade da montagem de currículos de formação de professores de Educação Física e de dirigentes esportivos, mantendo-se disciplinas clássicas mas introduzindo nestas as suas contrapartidas não-formais.

Até mesmo o conhecimento das ciências biológicas de maior *status* relativo permitem tais adaptações, desde que harmonizem seus enfoques predominantes sobre o rendimento atlético com as necessidades de movimentação do homem comum, em diferentes fases etárias e circunstâncias da vida cotidiana, e dos portadores de deficiências físicas.

As dificuldades atuais de adoção desta proposta são nítidas: falta de conhecimento específico de cada disciplina em relação a seus simétricos não-formais; isolamento das versões não-formais numa única concentração de conhecimentos sujeita a uma variedade de denominações e interpretações; natureza multidisciplinar da interpretação das atividades não-formais, transcendendo as possibilidades das disciplinas clássicas da Educação Física; tendência à especialização de determinadas áreas de conhecimento e prática não-formais em uma disciplina específica, como observada no caso da “Educação Física Adaptada” para portadores de deficiências físicas e nas situações de atendimento aos idosos (Ginástica para a Terceira Idade, por exemplo); reação contra as atividades não-formais por interpretação equivocada de abastardamento do conhecimento, nivelamento por baixo da prática, elitismo profissional; carência de conhecimentos sobre os métodos de pesquisa mais apropriados à área das ciências sociais, e outros impedimentos vários.

Em síntese, poderando-se adequações com dificuldades, pressupõe-se uma Educação Física *heuristicamente* orientada, isto é, relativa a um processo de descobertas pelos participantes e mediadores. Para esta hipótese já existem comprovações práticas, como a de L. Lima⁸ e de S. Burgos⁹, realizadas com alunos de faculdades de Educação Física, respectivamente em Jacarezinho, Paraná, e Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul. Em ambos os casos, os alunos-mediadores, trabalhando junto a comunidades locais, foram capazes de criar soluções próprias e criativas fora dos padrões da Educação Física formal. Outro experimento digno de menção refere-se ao desenvolvido por Y.M. Kuster e J. Martins Júnior no município de Maringá-Paraná: alunos da faculdade local de Educação Física levantaram estatisticamente expectativas de segmentos comunitários, organizaram eventos conforme estas aspirações e aplicaram pós-testes para avaliação das ofertas de atividades não-formais¹⁰.

Houve, nestes dois tipos de exemplo, uma abordagem heurística pura e outra associada a avaliações quantitativas, permanecendo a atividade em segundo plano com relação à capacidade de organização grupal. Adaptações semelhantes aparentam ser mais complexas no ambiente escolar tradicional, um *setting* não-comunitário, diverso dos anteriores. Neste caso, o professor atuaria formalmente, mesmo trabalhando com propostas não-formais. Isto foi

comprovado por S.F. Lima em pesquisa realizada em paralelo com a realização do "Programa de Férias", evento assumido oficialmente como não-formal e que mobilizou 276 professores e estagiários em julho de 1984 no Rio de Janeiro. Aplicando o sistema *Underwood* de observação da prática de ensino, obtiveram-se resultados por amostragem que sugeriram procedimentos formais na situação real, contrariamente aos objetivos declarados em documentos emitidos pela entidade patrocinadora¹¹.

Assim posto, o problema da adaptação apropriada das atividades vincula-se mais ao fetichismo que foi incorporado aos exercícios e métodos de prática e menos nestes com relação ao real valor pedagógico e de desenvolvimento interpessoal. Do mesmo modo que o pensamento marxista atribui à mercadoria nas trocas econômicas, a atividade física desfocalizaria o real valor do intercâmbio entre pessoas, por mitificação dos teóricos acríticos e dos profissionais da Educação Física.

Evidentemente tal hipótese deve ser considerada nas proporções devidas desde que a atividade não deve ter seu papel descartado ou exagerado, mas sobretudo *regulado* com as solicitações humanas. Esta posição confirmaria, em última instância, que o problema atual da Educação Física situa-se sobre uma epistemologia equivocada, ainda remanescente da idéia iluminista do "Homme Machine" de La Mettrie, que sobrevive há três séculos.¹²

¹Os "princípios" são encontrados em Pereira da Costa, L., "Teoria e Prática do Esporte Comunitário e de Massa", Palestra Editora, 1981, Rio de Janeiro, págs. 9-14, tendo como base recomendações de J. Dumazedier, UNESCO e Organização Mundial de Saúde. Por sua vez, o Decálogo (referenciais gerais) foi produzido pelo mesmo Autor e encontrado na pág. 22 da fonte citada.

²Para a crítica, ver Cavalcanti, K.B., "Esporte para Todos - Um Discurso Ideológico", Ibrasa, São Paulo, 1984.

³Cf. Grupo Técnico da Central de Difusão - Rede EPT, "II Congresso Brasileiro de Esporte para Todos", Comunidade Esportiva, nº 33, fevereiro de 1985, págs. 10-11, Rio de Janeiro.

⁴Ver teorias - tentativas nas proposições da Introdução deste livro.

⁵Cf. Conselho da Europa - "Carta Européia do Desporto para Todos", in Pereira da Costa, L., Op. Cit., págs. 23-28.

⁶Verifique-se em Dieckert, J. *et alii*, "Elementos e Princípios da Educação Física - Uma Antologia", como também em Hildebrandt, R. e Laging, R., "Concepções Abertas no Ensino da Educação Física", ambos da Editora Ao Livro Técnico, Rio de Janeiro, 1986.

⁷A citação é originalmente de Lukacs, G., "Marx y el Problema de la Decadencia Ideologica", Siglo Veintiuno Editores, México, 1981, pág. 89.

⁸Cf. Lima, L., "Uma Atividade Recreativa na Comunidade", in "Teoria e Prática do Esporte para Todos - 1982/1983", SEED/MEC, 1983, Brasília, págs. 165-211.

⁹Cf. Burgos, M.S., "Esporte para Todos nas Comunidades e na Escola Superior de Educação Física de Santa Cruz do Sul", Comunidade Esportiva, nº 35, nov./dez., 1985, Rio de Janeiro, págs. 18-23.

¹⁰Cf. Kuster, Y.M., e Martins Júnior, J., "Atividades Recreativas na Comunidade de Maringá", Comunidade Esportiva, nº 39, jul./out., 1986, Rio de Janeiro, págs. 16-19.

¹¹Cf. Ferreira Lima, S., "Programa de Férias: Uma Análise Crítica", Comunidade Esportiva, nº 39, jul./out., 1986, Rio de Janeiro, págs. 12-15. Originalmente esta pesquisa constitui dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

¹²Compare-se com Rouanet, S.P., "As Razões do Iluminismo", Companhia das Letras, 1987, São Paulo, pág. 197.

3. PROBLEMATIZAÇÃO

No início do século XIV, John Duns Scotus colocou em dúvida na Inglaterra o princípio então dominante do OMNE QUOD MOVETUR AB ALLA MOVETUR, tudo que se move é movido por outra coisa. Para este filósofo medieval a causalidade não explicava todos os fenômenos humanos.

Seis séculos mais tarde, em 1973, W. Dufour¹, encerrando o Congresso Mundial de Educação Física, realizado em Bruxelas em comemoração dos 50 anos de existência da Federação Internacional de Educação Física (FIEP), sintetizava o problema principal da Educação Física à vista da diversidade de tendências e orientações ocorridas nos últimos cem anos: *oposição fundamental entre a idéia da natureza e a de cultura.*

Verdadeiramente, o que une ambas interpretações, embora tão distantes em seus contextos e propósitos, refere-se à explicação *por causalidade*, uma idéia ainda sobrevivente da antiga filosofia grega. Para Aristóteles, o primeiro sistematizador das ciências, o mundo físico ordenava-se por quatro causas: formal, material, eficiente e final. No primeiro caso cogitava-se da idéia antes da obra a ser realizada, sucedendo-se a matéria sobre a qual se trabalhava, os instrumentos utilizados e, finalmente, o propósito da obra. Assim sendo, a rebelião de Duns Scotus apoiou-se na constatação de que alguns seres moviam-se por iniciativa própria, enquanto que em Dufour pretendeu-se enfatizar as posições contraditórias entre a objetividade científica e a subjetividade humana, ou melhor, entre as relações causais e a intuição criativa das pessoas.

Na atualidade, uma simples observação sobre a Educação Física, os Esportes e a Recreação — esta última quando formalizada em excesso — revela que a ordem aristotélica continua a regular as relações entre professores que desenvolvem seus alunos através da movimentação, entre técnicos que aperfeiçoam o desempenho de seus atletas através da movimentação, ou entre recreadores que monitoram seus clientes quanto ao uso do tempo livre. Mas, o fato novo, confirmando na prática a antiga contestação de Duns Scotus, apresenta-se pela crescente autonomia do praticante de atividades físicas, tanto no âmbito educacional, como no esportivo ou no recreativo.

Para este praticante revelado por tendências, simplesmente não fazem sentido as fronteiras de interesses profissionais e institucionais, estabelecidas pela Educação Física, Esporte e Recreação. Para este cidadão mais consciente quanto aos direitos de seu corpo em face da natureza, do convívio social e da estima pessoal, pretende-se que não seja cabível uma prática física regulamentada por interesses estranhos à sua vontade, excetuando-se os casos de livre opção ou formação educacional básica. Para este HOMO LUDENS que se movimenta, a especialização exagerada na atividade física aparece como um

contra-senso para sua cultura diversificada, cada vez mais característica de seu tempo ampliado para o lazer.

Embora os líderes e profissionais tradicionais das atividades físicas organizadas tenham naturais dificuldades em admitir, recentes investigações têm esboçado progressivamente este perfil do praticante futuro. Assim, na mesma Inglaterra da contestação inicial ao AB ALIA MOVETUR, P. McIntosh e V. Charlton² descobriram, em extensa pesquisa patrocinada pelo governo britânico, que a Educação Física entre 1966 e 1981 referia-se mais a uma expansão do currículo do que às necessidades reais dos alunos, nítidos optantes de atividades externas de livre escolha e caráter recreativo. Conclusões semelhantes foram alcançadas por J. Dumazedier³ com estudantes franceses entre 1973 e 1981, e por um levantamento de âmbito maior, realizado em 1982 pelo Conselho da Europa, reunindo adolescentes de sete países do continente⁴.

Em concordância com estas constatações, encontramos nas palavras de G. G. Watkins, na abertura do Congresso da Federação Internacional de Administração de Parques e Recreação, realizado em 1986 na Nova Zelândia, algumas indicações de maior significado⁵. Estabelecendo-se o estado atual da arte na Recreação, dados estatísticos revelavam a opção dos jovens pela participação casual, sobretudo no Esporte, essencialmente como resultado de valores em mudança, da descentralização da oferta de atividades com polarização nas residências, e do crescimento do desporto organizado prioritariamente como espetáculo. Sintetizando, Watkins sugeriu que a emergência desses valores pluralísticos solicitariam uma administração peculiar, diferente da tradicional e orientada para conflitos, inovações e variedade de situações.

Tentando avançar um pouco além de Watkins, ousaríamos antecipar que os colegas dirigentes e profissionais da Educação Física e do Esporte deverão abandonar os ideais aristotélicos e criar um futuro segundo uma lógica partindo das aspirações do praticante autônomo, tal como tem ocorrido com os profissionais da Recreação em seus setores mais avançados. Isto implicaria, no final deste século, em ir de encontro à proposta mais antiga de W. Dufour, que anteviu uma Educação Física mais “existencialista” do que “essencialista”, globalizante das tendências humanas, em vantagem sobre a atual fragmentação científica. Por outro lado, teríamos também de desenvolver a integração da Educação Física com o Esporte, seguindo os modernos paradigmas da Recreação e do lazer.

Para aqueles que preferem se referenciar por noções de “mercado” como extensão dos praticantes, e de “produto” em substituição a atividades, cabe apelar para a interpretação de *miopia em marketing*, conforme a clássica proposição de T. Levitt⁶. Nestas circunstâncias, a persistência dos profissionais das atividades físicas na manutenção dos antigos padrões de “prestação de serviços”, em lugar da “aquisição de clientes”, deverá representar o mesmo erro das estradas de ferro que se fixaram no seu produto tradicional, perdendo o mercado para outros meios de transporte mais modernos. Esta atenção exagerada sobre o próprio produto num mercado dinâmico, desfocalizada das

oportunidades emergentes, repetiu-se recentemente com a indústria cinematográfica, que somente percebeu ser o seu produto o do entretenimento quando já em pleno predomínio da televisão.

A julgar por recentes reações de mudança por parte do setor esportivo — naturalmente mais orientado para o *marketing* do que a Educação Física —, tornou-se mais viável o aparecimento de uma nova postura sem as ilusões da miopia, pelo menos no que concerne aos dirigentes. Neste caso, o exemplo mais relevante é o do Conselho Internacional Olímpico, cujas recentes mudanças são analisadas por R. Mollet⁷, que destaca o esforço de se estabelecer uma nova filosofia para o Olimpismo, pela busca de um equilíbrio entre ênfases na competição e na cooperação; pelo trabalho de negociação política e administrativa para disciplinar a comercialização dos Esportes; pela tarefa de codificar a participação feminina ora em crescimento e, sobretudo, pela composição de interesses para desenvolver o chamado “Esporte para Todos”.

Neste último caso reside a síntese das inovações em andamento, uma vez que incorpora voluntários, dirigentes e profissionais diversos, considera teoria e prática dos Esportes, como também engloba a Educação Física e a Recreação. Efetivamente, as iniciativas extra-escola e clube tradicionais, seja por ações individuais e grupais ou por campanhas pró-exercícios (genericamente denominadas de “Esporte para Todos” no âmbito internacional), já transitam em pelo menos 50 países, sob diversas denominações e versões, devendo estar implantadas em cerca de 100 países no início do século XXI, segundo projeção de J. Palm, da Confederação Alemã dos Esportes⁸. Para estas condições, a expansão é menos importante do que o sentido de renovação. Esta vale, sobretudo, por originar-se de uma estratégia de *marketing* surgida no final dos anos 60, a partir do norte da Europa. Naquela ocasião, os inovadores do movimento “Trim” suplementaram a organização desportiva tradicional com apelos publicitários pela televisão no sentido da mobilização de praticantes e realçando as vantagens do exercício físico para a saúde e convivência social.

Progressivamente, a experiência Trim ajustou-se ao fenômeno social da crescente demanda desportiva e recreativa que se tem verificado na Europa e virtualmente em todo o mundo. Na essência, estes pioneiros do atual “Esporte para Todos”, conforme análise por nós publicada em outra oportunidade⁹, inverteram as relações esportivas tradicionais: as atividades passaram a se ajustar à autonomia dos praticantes, antes sujeitos a um processo implícito de mobilização, seleção e exclusão da maioria. Daí a variedade da oferta de jogos e exercícios simplificados e ajustáveis a diferentes pessoas, grupos e comunidades, que o Esporte para Todos passou a exibir durante sua evolução.

Revisando o Passado

Se buscarmos as origens históricas da demanda de atividades físicas, deparemos com circunstâncias que podem dar significado mais abrangente do que as superficiais e imediatistas interpretações e postulações do *marketing*.

Nestes termos, Jean Verdon, relatando sobre atividades de lazer na Idade Média, relaciona o homem, neste período, ainda “mais perto da natureza e dos prazeres do corpo do que dos referidos ao espírito, com a exceção de uma elite”¹⁰. Este mesmo autor descreve centenas de festividades, jogos e atividades físicas durante os dez séculos da França medieval, de modo a nos indicar que havia maior fecundidade e variedade neste estágio histórico do que nos subseqüentes.

Significativamente as atividades de lazer eram de íntima conveniência comunitária, tanto por influência da Igreja como pela carga reduzida de trabalho no campo e nos burgos, estimada por Verdon como de 4 a 5 dias por semana¹¹. A famosa gravura do pintor holandês Brueghel, do século XVI, então denominada de “Jogos Infantis”, oferece indícios valiosos desta verdadeira culminância da participação comunitária em atividades de lazer: cerca de 80 alternativas de movimentação lúdica e agonística são retratadas de maneira a se observar grau de complexidade, uso de implementos, localização, número e tipo de participantes, regras etc., sempre referidas a um contexto de relacionamento grupal, incluindo adultos, jovens e crianças¹².

Desde a obra clássica de Johan Huizinga publicada em 1938, “Homo Ludens”, a interpretação das atividades lúdicas relacionou-se com a cultura de modo irreversível. Daí, o notável avanço das atividades de lazer no período medieval — comparativamente aos nossos dias — ter encontrado a apropriada compreensão histórico-filosófica. Efetivamente, Huizinga coloca em evidência o jogo não como parte mas confundindo-se com a própria cultura¹³.

Neste contexto, não há exagero em se observar a antropologia *sub specie Ludi*, como sugere Huizinga¹⁴ ou se aproxima Silvino Santin¹⁵ no contexto brasileiro. Esta posição estaria também de acordo com a discussão filosófica que se desenvolve desde o final do século passado com relação à antropologia.

Conforme nos sintetiza Otto Friedrich Bollnow¹⁶, desde Dilthey, Scheler, Plessner e Heidegger — para citar apenas os nomes de maior destaque — a antropologia oscila por localizar o homem no mundo ou, a partir deste, por identificar o homem. Bollnow, particularmente, defende uma “antropologia filosófica” e se apóia em exemplos educacionais para defender a interpretação existencial do homem, isto é, seu encontrar-se na ordem do mundo. Após criticar uma pedagogia baseada na exortação, declara: “Outro exemplo é o do exercício, com o qual se obtém desenvoltura na habilidade a adquirir. Os exercícios parecem, sobretudo na escola, pesados e maléficos, cansativos, porque não trazem nada de novo e porque o que se exige é por certo o interesse do uso. A reflexão antropológica mostra, em troca, que o homem ao exercitar-se corretamente, ou seja, numa entrega total para alcançar a perfeição, experimenta um câmbio profundo, liberando-se das distrações de sua existência cotidiana e chegando ao seu mais profundo ser, normalmente oculto. O exercício não é preparação que se tornaria supérflua uma vez adquirida a capacidade, senão a maneira de conservar uma capacidade que sempre volta a diminuir. O exercício é um dos estados do ser do homem no

que este é mais profundamente o mesmo. Também considero que as festas e festividades, que não estão somente ao serviço do descanso, senão as em que o homem experimenta, em sua atmosfera de entusiasmo crescente, um tempo novo, ciclicamente voltado para si mesmo, são uma experiência verdadeiramente metafísica, que libera o homem de uma vida de trabalho sem descanso, abrindo-lhe uma forma mais originária de existência e uma nova e mais profunda relação com seus congêneres e com o mundo¹⁷.

Com o aparecimento da Educação Física, sistematizada a partir do século XIX nas escolas européias, o sentido comunitário de bases antropológicas das atividades físicas foi-se reduzindo progressivamente, experimentando um retorno com a “revolução” desportiva, iniciada no mesmo século na Inglaterra. A recuperação, entretanto, veio como fenômeno societário mais amplo do que o universo escolar, contratual (atividades regradas e *fair-play*) e político (organização e elite esportivas).

Vejamos como interpreta Bernard Booth este estágio¹⁸: “Strutty, em sua obra *Sports and Pastimes of the People of England* (1801), dividia os *exercícios rurais*, aqueles praticados por *peças de posição*, dos próprios do *vulgo*. Mas foi durante o século XIX que muitos dos desportos que haviam sido espontâneos, ritualistas e locais começaram a decair e desaparecer, à medida que uma sociedade rural pré-industrial se transformava numa sociedade industrial urbana.

Na sociedade industrial nascente, o desporto passou a assumir características nacionais. As regras formalizaram-se e foram administradas por associações de desportistas de caráter privado, cuja autoridade nesta matéria estendia-se a todo o país.

O alto grau de racionalização do desporto, tão evidente no mundo moderno, teve seus antecedentes na primeira metade do século XIX. Até então, somente os aristocratas e a gente acomodada tinham tempo para a dedicação ao desporto. Como não havia conflito social, não havia outrossim qualquer incentivo social para o estabelecimento de regras. Estas se tornaram necessárias quando distintas classes sociais começaram a se enfrentar em competição, principalmente com relação à classe acomodada, mais sedentária, diante da classe trabalhadora, fisicamente mais forte.

A noção de profissionalismo foi introduzida para criar uma barreira entre a classe acomodada, que desfrutava o desporto, e a nascente classe trabalhadora, que adotava o desporto como meio de vida.

De acordo com a tradição, o desporto devia ser desfrutado mais como uma oportunidade de interação social do que para descobrir campeões”.

Assim sendo, foi-se incorporando à atividade física uma relação ambígua, que passou a conviver com o sentido original comunitário.

Do outro lado da Educação Física, a contradição situou-se na acomodação da postura educativa com a faceta utilitária, identificada com a luta e o poder. No esporte, este equívoco tornou-se mais explícito diante da visível exploração comercial ou política dos espetáculos veiculados pelos meios de comunicação de massa. Nestas condições, as atividades físicas *sistematizadas*

pela escola e pelo *establishment* desportivo passaram a ser interpretada por exaltação ou crítica, dependendo de interesses ou do ângulo de observação.

Analizando o Presente

A análise da atualidade mostra-se, portanto, mais pertinente sob a ótica da ambigüidade, herança incômoda de um passado recente, predominantemente essencialista, que acabou por se explicitar na epistemologia da Educação Física.

Efetivamente, a partir da Segunda Guerra Mundial, duas tendências não contraditórias passaram a predominar, por extensão embrionária do século anterior: o ecletismo metodológico e a cientificidade, refletindo um necessário progresso pedagógico e científico, antes contido por métodos nacionais padronizados e outros procedimentos empiristas e reducionistas, reproduzidos por sucessivas gerações de professores, técnicos, alunos e praticantes, sem questionamentos ou comprovações habilitadas. Como etapa necessária a vencer, este positivismo tardio alçou a Educação Física para o mesmo *status* de outros ramos modernos de conhecimento, mas resultou numa diluição de sua coerência interna, antes garantida arbitrariamente pelas escolas e métodos de feição etnocêntrica ou personalista.

Se nos referenciarmos à história das ciências, este quadro configura uma crise de paradigma, segundo a proposição clássica de Thomas Kuhn, que implica em perda do sentido da fundamentação teórica, em dissolução epistemológica, e num descontínuo que surge sempre antecedendo ao aparecimento de um novo paradigma. No caso em estudo, uma demonstração inequívoca de crise paradigmática foi realizada no final dos anos 70, por Uriel Simri, que relatou mais de 60 denominações distintas para a Educação Física mundial, com semelhante diversificação quanto a definições e objetivos¹⁹.

Ao analisarmos as razões exógenas deste processo de refutação coletiva, complementaremos o pluralismo endógeno com a mudança de *lucus* da prática — ou seja, adicionaremos o espaço comunitário ao conjunto da escola, clube ou outros ambientes fechados —, que também está contribuindo para uma previsível renovação da Educação Física. Sem embargo, as relações interpessoais e a ordenação dos acontecimentos, sem situações voluntárias de indivíduos e grupos, são ainda insuficientemente dominadas pelas técnicas e métodos ortodoxos das atividades físicas dirigidas.

Através deste percurso analítico, ganha sentido a questão: e qual tem sido o procedimento dos especializados em Educação Física, Esporte, Recreação, Dança etc., ao enfrentarem em conjunto a pressão inovadora, partindo tanto de fora como de dentro de seu ambiente profissional? Em tese, mantendo o *status quo*, seja por alienação ou por resistência. Nestes termos, cabe apelar mais uma vez para Peter McIntosh e Valerie Charlton, que oferecem indícios reveladores deste tipo de reação, observados empiricamente e de modo freqüente em diversos países. Em última instância, a rejeição por parte da maioria dos alunos à Educação Física, *stricto sensu*, refere-se ao fenômeno

social da preferência dos jovens por atividades casuais, físicas ou culturais, e não propriamente à disciplina em si²⁰.

Evidentemente, tal assertiva do *scholar* britânico presta-se ao sistema escolar como um todo, e não somente à Educação Física. Afinal, a crise da educação e seu distanciamento da Sociedade real são fenômenos confirmados por toda parte. Contudo, dando dimensões mais amplas às constatações até aqui citadas, questionaríamos até que ponto está preponderando a inércia burocrática do sistema educacional sobre a necessidade de uma Educação Física repensada. Por que os educadores físicos deixaram-se cooptar por modelos idealizados, ausentes da realidade das pessoas? Por que as elites acadêmicas da especialidade continuam pesquisando e reivindicando, às vezes com grandes empenhos, o aperfeiçoamento de uma ordem passada, disfuncional com o presente?

A existência dessas dúvidas reforça, indubitavelmente, a hipótese do isolamento por área de competência, ou melhor, da incapacidade de ajustamento ao exterior do *locus* das atividades, já sacralizado por fases heróicas das escolas, clubes, estádios etc. Em favor dos profissionais, entretanto, teríamos a ressaltar: se a Educação Física enfrenta uma crise paradigmática de suas definições tradicionais, como incorporar um novo objeto sem comprometer ainda mais o nexo de seu conhecimento e da prática? Continuando neste caminho dialético, os educadores físicos estariam administrando corretamente seus conflitos epistemológicos, porém esta alternativa passou a se relativizar com o aparecimento de outros especialistas questionando e propondo soluções, simplesmente porque a temática das atividades corporais já estaria afetando as diferentes relações da sociedade e não unicamente as de competência de uma determinada especialidade.

Esta contextualização foi por nós admitida quando participamos, como conferencistas, de um seminário internacional organizado nos EUA, em 1984, pela Universidade de Illinois. Convidado em face da condição de “dissidente”, segundo a interpretação dos organizadores, tivemos oportunidade de trocar opiniões e escrever posteriormente um livro em conjunto²¹ com membros do Departamento de Estudos do Lazer daquela entidade de ensino, um grupo reconhecido como um dos melhores na sua especialidade em âmbito mundial. Em resumo, para estes pesquisadores, o Esporte, a Recreação, os exercícios físicos etc., não deviam ser observados *per se*, mas sim por intermediação do lazer, uma categoria mais ampla que lhes dá sentido de forma, conteúdo e atualidade, juntamente com outras atividades não-corporais.

Aparentemente, a dificuldade no desenvolvimento desta concepção situava-se na resistência oferecida pelas organizações esportivas tradicionais e pelos profissionais de Educação Física, detentores de importante parcela de poder nos EUA e em outros países. Esta suposição revelava-se apenas de modo implícito, mas chamava atenção a inexistência de professores de Educação Física no corpo multidisciplinar do Departamento citado.

Em contraponto à presumida expectativa dos organizadores do seminário, a nossa contribuição referiu-se à adaptação dos meios pedagógicos e orga-

nizacionais da Educação Física ortodoxa às novas e antigas versões não-convencionais, sem contudo excluir as técnicas originais.

Com base na experiência brasileira do “Esporte para Todos” propusemos um modelo de integração que congregava num *continuum* as atividades formais (variáveis usuais da escola, clube etc.), *não-formais* (combinações de variáveis formais com variáveis de ambientes abertos) e *informais* (elevado grau de autonomia do praticante em qualquer ambiente).

Nos debates que se seguiram ficou claro que a conjuntura atual privilegiava o oposto da convivência preconizada, ou seja, o fortalecimento das fronteiras profissionais e a competição entre diferentes especialistas, embora não surgissem discordâncias quanto a posicionar o lazer como referência principal.

Predominando a tese do grupo de Illinois — aliás já antiga, gerada por outras origens e em evidência crescente, em vista do impacto do tempo livre sobre a economia moderna —, a reinvenção da Educação Física sob um novo paradigma terá um suporte importante para seu delineamento. Com este pressuposto em mente, podemos abordar especificamente a questão do Esporte.

As versões alternativas do Esporte convencional na sua fase contemporânea têm evoluído por adição com as práticas já existentes, não se excluindo mutuamente e nem ocupando espaços dos praticantes de elite.

Isto indicaria, numa primeira abordagem, uma convivência natural entre diferentes opções de prática esportiva. Em termos de concepção, estaríamos confirmando as palavras do Barão Pierre de Coubertin, relatadas por Juan Antonio Samaranch, presidente do Comitê Internacional Olímpico, na abertura do Congresso sobre Fundamentos do Esporte para Todos (Frankfurt, março 1986): “O esporte não é um objeto de luxo, uma atividade ociosa não mais que uma compensação muscular do trabalho cerebral. Ele é para todos os homens uma fonte de aperfeiçoamento interno eventual não condicionado por suas ocupações profissionais. Ele é o atributo de todos no mesmo grau sem que sua ausência possa ser substituída”. Sendo esta declaração de 1900, tivemos assim uma antecipação do “para todos” exatamente da fonte geradora do atual esporte de elite, dos indivíduos de excepcionais qualificações atléticas.

Em 1930, o mesmo Coubertin ensaiou soluções para conter os exageros do Esporte de competição ao redigir a “Carta da Reforma Esportiva”, já em resposta a problemas então nascentes, com os quais ainda hoje convivemos. Para o promotor do Olimpismo moderno, o Esporte estaria sendo acusado, na época, de contribuir para “fadiga física, regressão intelectual e difusão do espírito mercantil”, não por culpa dos esportistas mas dos “educadores, o poder público, e, secundariamente, dos dirigentes de federações e imprensa”. Seguiam-se recomendações diversas, entre as quais duas procuravam abrandar as distorções da competição:

- “Estabelecimento de uma clara distinção entre cultura física e educação esportiva de um lado, e educação esportiva e competição de outro.”
- “Incentivo, por todos os meios, do exercício esportivo individual para

os adultos, ao contrário dos adolescentes, para os quais, inversamente, deve-se frear de modo racional a atividade esportiva.”

Como se pode deduzir, o movimento olímpico, ainda na sua primeira geração, experimentou a exaltação e, *ipso facto*, a autocrítica. Entretanto, em germe já havia uma idealização do Esporte democratizado, aquele do cidadão comum. Em simetria com estes acontecimentos, nos anos 30, todavia, alguns pensadores não pertencentes ao ambiente desportivo alcançavam os procedimentos equivocados do Esporte, destacando-se entre estes os filósofos da chamada “Teoria Crítica” da Escola de Frankfurt (Horkheimer, Adorno, Benjamin, Marcuse etc.). As teses deste grupo continuam a se desdobrar nos nossos dias, como se verifica pelos exemplos que se seguem.

Segundo nos relata Hans Lenk²², no âmbito da sociologia do Esporte, a crítica radical sobre a competição esportiva lastreia-se no princípio do rendimento. Partindo-se daí, o Esporte aparece como uma réplica do mundo do trabalho, derivando para seus praticantes repressão, manipulação, marginalização social e alienação.

Observando a competição esportiva como um espetáculo e daí examinando a reação dos assistentes, interpreta a socióloga Gladys Lang: “As competições esportivas são um dos muitos eventos ritualísticos por meio dos quais a sociedade protege o indivíduo do medo e da repressão das tensões. Atuam como válvulas de segurança”²³. Em ambos autores, entretanto, encontramos argumentos compensadores: em Lenk a repressão esportiva só existe com o consentimento do praticante, enquanto que em Lang a mobilização esportiva da massa pode tanto manter o *status quo* como reunir apoios para reformas.

Outros intelectuais não-especializados ou despreocupados com digressões acadêmicas têm captado a ambigüidade da prática e do espetáculo esportivos. Entre estes citamos Aldous Huxley²⁴: “Como os outros instrumentos que o homem inventou, o esporte pode ser utilizado com finalidades boas ou nocivas”. De qualquer modo, parece-nos que a posição mais equilibrada na compreensão das contradições do Esporte (explícitas) e da Educação Física (implícitas) reside na interpretação desses dois tipos complementares da teoria e da prática das atividades físicas sob o enfoque da conceitualização do *controle social*.

Definindo controle social como “a soma total dos processos pelos quais a sociedade, ou qualquer de seus subgrupos, obtém conformidade de expectativas em parte de seus elementos constituintes, indivíduos ou grupos”, Nelson Melendez²⁵ atribui às atividades de lazer uma excepcional condição de “arena de controle social”. Em reforço a esta interpretação, Melendez cita Max Kaplan, emérito sociólogo do lazer: “Aqueles que usam o lazer como um instrumento, os ditadores, a indústria da televisão, os religiosos, os médicos, descobrem que o tempo de não-trabalho dos outros pode ser usado para fins tais como controle político, lucros, deveres sociais ou bem-estar físico”²⁶.

Em última análise, a sociedade moderna ainda se regula pelo arquétipo de atividades físicas lúdicas e agonísticas como um de seus fundamentos para a cultura e o desenvolvimento comunitário, mas freqüentemente usa tais re-

ursos no sentido oposto, *i.e.*, como meio de controle social. Este paradoxo reforça a proposição de o Esporte tradicional assumir mais abertamente sua versão não-formal e incentivar a prática informal, com o máximo de autonomia dos praticantes.

Construindo o Futuro

Enfim, conquistaremos uma Educação Física *existencialista* e um esporte *contextualizado* desde que interpretemos ambos como categorias de um processo dialético, estabelecido em bases críticas permanentes. Se os desafios da técnica e da investigação daí decorrentes forem condizentemente equacionados e superados, estaremos reinventando a Educação Física e o Esporte. Para estes propósitos, a base empírica atual, com a prática do “Esporte para Todos” no Brasil e em outros países – capitalistas ou socialistas –, já admite o estabelecimento de pontos de partida.

Em princípio, o próprio enfoque de *marketing* no Esporte para Todos deve sofrer reformulações, dada a necessidade de observar a abordagem comunitária das atividades no mesmo nível de importância. Segundo constatou-se em diversas experiências²⁷, certos grupos-alvo têm características peculiares, que nem sempre o uso de técnicas de *marketing* mostra-se adequado. Isto aparenta ser verdadeiro principalmente com relação a populações mais pobres ou a grupos com afinidade a jogos tradicionais. Esta relatividade, ainda com base na experiência, compõe-se melhor sobre um *continuum de mobilização*, em que os enfoques de *marketing* e de comunidade são inversamente proporcionais para cada grupo, região ou, mesmo, país, se cogitarmos de nações de pequeno porte e limitação de meios de sobrevivência.

O problema reside, portanto, na identificação de um *ótimo* para cada situação de oferta de atividades, ou, em outras palavras: na concepção de um *continuum* em que o ponto ideal seja flutuante de acordo com o contexto²⁸. Partindo-se daí, o padrão em mudança dos Esportes e da Educação Física mostra-se teoricamente infinito com relação às alternativas de prática, incluindo necessariamente vários outros tipos complementares de *continuum*. Entre estes, a experiência do Esporte para Todos permite distinguir um *continuum de objetivos* em que o fator recreação compõe-se inversamente com o referido à forma física; um *continuum de experiência pessoal* que congrega os sentidos contraditórios das atividades, ou seja, a participação e a competição; e um *continuum de organização* no qual encontramos condições formais das instituições convivendo com a flexibilidade e as adaptações situacionais das soluções não-formais (Figura 1).

Resta-nos, assim sendo, investigar e teorizar sobre estas alternativas já orientada para o futuro. Se vamos ampliá-las, reduzi-las ou adaptá-las, dependerá da nossa capacidade em atender o princípio do suficiente na multiplicidade. Caminho, aliás, também previsto pelo filósofo contestador John Duns Scotus²⁹, em meio às grandes controvérsias do final da Idade Média...

CONTINUUM DO DESPORTO PARA TODOS

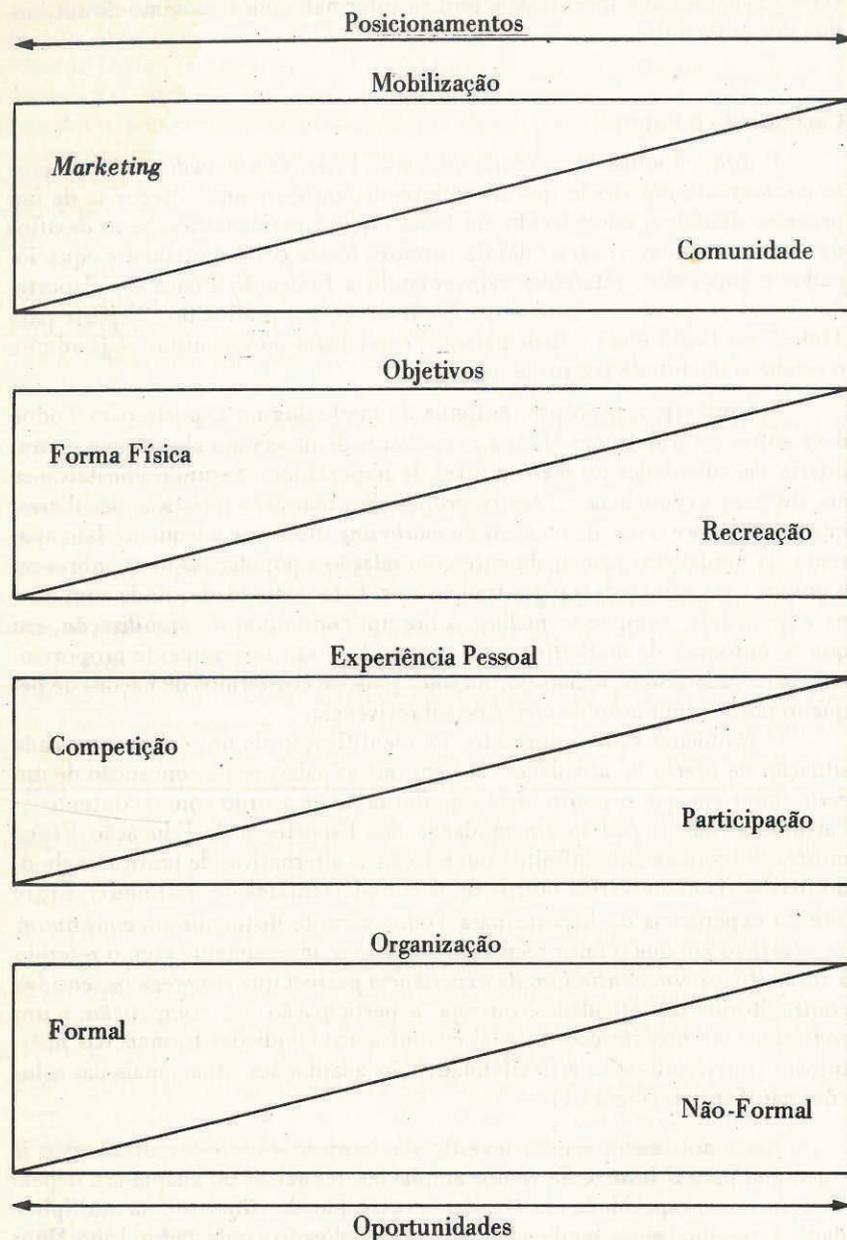


Figura 1

¹ Cf. Dufour, W. – “Nature et Culture – Nature ou Culture”, World Congress of Physical Education, FIESP-50, July 1973, Brussels.

² Cf. McIntosh, P. and Charlton, V. – “The Impact of Sport for All Policy, 1966-1984”, The Sports Council, June 1985, London.

³ Cf. Dumazedier, J. – “Tendências nas Atividades Físicas Voluntárias”, Corpo e Movimento, nº 2, junho 1984, São Paulo, págs. 25-26.

⁴ Cf. Conseil de L'Europe – “Sport in European Society – A Transnational survey into Participation and Motivation”, Strasbourg, 1982.

⁵ Cf. Watkins, G.G. – “Parks and Recreation – A Changing Community Service”, World Leisure & Recreation, June 1986, New York, págs. 20-36.

⁶ Cf. Levitt, T. – “Marketing Myopia”, President and Fellows of Harvard College – 1960, Harvard-Exame 1983, págs. 109-120.

⁷ Cf. Mollet, R. – “Le Sport de l'An 2000”, Sport International nº 57, 1982, Brussels, págs. 17-18.

⁸ Cf. Palm, J. – *apud* Schottler, B. – “Sport for All – Experiences of Participants”, International Round Table Sport for All Students – Oberstdorf, February 1985, IUS/ICSSPE-UNESCO/ADH, págs. 18-36.

⁹ Cf. Costa, L.P. – “The Network and Low-cost Approach to Leisure and Sport for All – A Theory and Practice Review”, International Olympic Committee – German Sports Federation, March 1986, págs. 7-9.

¹⁰ Cf. Verdon, J. – “Les Loisirs en France au Moyen Age”, Tallandier, 1980, Paris, pág. 7 (“Avant-propos”).

¹¹ *Ibidem*, pág. 14.

¹² Dados sobre a gravura de Brueghel são encontrados em Taffarel, C. N. Z., “Esporte para Todos – Em Busca de uma Nova Filosofia para o Esporte”, Comunidade Esportiva, nº 37, março/abril 1986, pág. 4.

¹³ Cf. Huizings, J. – “Homo Ludens”, Ed. Perspectiva, São Paulo, 1980, págs. 3-32.

¹⁴ Cf. *Ibidem*, págs. 193-215.

¹⁵ Cf. Santin, S. – “Educação Física e Desportos: Uma Abordagem Filosófica da Corpo-reidade”, Kinesis, número especial, 1984, UFSM, Santa Maria – RS, págs. 143-156.

¹⁶ Cf. Bollnow, O.F. – “Antropologia Filosófica”, Educación, vol. 30, 1984, Tübingen, págs. 7-23.

¹⁷ *Ibidem*, pág. 11.

¹⁸ Cf. Booth, B.F. – “El Deporte y la Autonomia Social”, Revista Internacional de Ciencias Sociales, vol. XXXIV, nº 2, 1982, Paris – UNESCO, págs. 249-262. A citação textual é das páginas 255 e 256.

¹⁹ Simri, U. – “Diversidade dos Conceitos de Educação Física e sua Influência sobre seus Objetivos”, *Revista Brasileira de Educação Física e Desporto*, janeiro/maio, nº 40, 1979, Brasília – DF.

²⁰ McIntosh, P. e Charlton V., *Op. cit.*, págs. 157-170.

²¹ Pereira da Costa, L. – “The Uniqueness of Non-Formal Sports in Different Countries and Regions”, in “Sports for Everyone”, *The Academy of Park and Recreation Administration*, Joseph J. Bannon (ed.), Champaign, Illinois, 1985, págs. 16-29.

²² Cf. Lenk, H. – “Sobre la Crítica al Principio del Rendimiento en el Deporte”, in “Sociologia del Deporte”, G. Lüschen e K. Weis (ed.), Editorial Minon, Valladolid, 1979, págs. 133-141.

²³ Cf. Lang, G.E. – “La Explosion de Tumultos en Actos Deportivos”, *ibidem*, pág. 233.

²⁴ A citação de Aldous Huxley é encontrada em Seurin, P. – “Problemes Fondamentaux de l'Education Physique et du Sport”, Violette, Paris, 1979, pág. 39.

²⁵ Cf. Melendez, N. – “Social Control is Induced by Leisure”, *WRLA Journal*, vol. XXV, nº 2, March/April, 1983, págs. 7-12.

²⁶ *Ibidem*, pág. 7.

²⁷ Cf. Costa, L.P. – *Op. cit.*, págs. 3-6.

²⁸ *Ibidem*, págs. 6-8.

²⁹ Cf. Duns Scotus, J. – “Questiones super Metaphysicam Aristotelis”, *apud* “Filosofia e Comunicação”, vol. VIII, nºs 1 e 2, jan./jun. 1982, Rio de Janeiro, págs. 117-118.

4. FUNDAMENTAÇÃO

O rápido processo de transição que o Esporte experimenta nos dias atuais, com repercussões na Educação Física e na Recreação, é o pressuposto básico desta análise. Como resultado dessas circunstâncias, diversas proposições e interpretações apareceram recentemente, ultrapassando as fronteiras clássicas do conhecimento sobre as atividades físicas, com novas contribuições da filosofia, sociologia, economia, antropologia, ciências políticas etc.¹. Este fato, freqüentemente reconhecido por líderes e administradores, é representado por dificuldades na direção do “novo esporte”, tão diversificado em participação, atividades e oportunidades. Além disso, o papel central da *diversidade* também está sendo enfrentado por organizações governamentais ou não-governamentais, quando envolvidas por demandas esportivas de indivíduos e grupos, por controvérsias políticas e comerciais e por críticas de profissionais.

Sobressaindo dessas evidências, está-se tornando claro que a crescente importância do lazer e das atividades físicas, tanto quanto a dificuldade de integração entre o Esporte, a Educação Física e a Recreação, estão nos conduzindo a categorias técnicas que necessitam melhor fundamentação teórica. Estas duas causas estão emergindo gradualmente sob forma de questionamentos, como aqueles relacionados com a necessidade de novas abordagens do Esporte sob o ponto de vista social e político, ou da mudança dos paradigmas² da Educação Física e da Recreação.

Ainda numa visão abrangente, a crescente crítica a respeito dos desvios negativos do Esporte de elite, ou seja, excessos de comercialismo, conservadorismo exagerado, competição como objetivo em si mesmo etc., está enfatizando a necessidade de mudanças. Com menos impacto, as propostas inovativas da Educação Permanente – desde sua destacada influência ocorrida na Educação Física e Esportes dos anos 70 – têm atuado de forma similar em alguns países, ao menos no nível acadêmico.

Assim, estamos experimentando uma transição em que o conhecimento situa-se aquém dos fatos, não sendo surpreendente que as abordagens teóricas produzam mais perguntas do que respostas na mudança de padrões de organização e prática esportiva. Naturalmente, posições empíricas prevalecerão nos próximos anos, a despeito do esforço dos analistas na produção de modelos ideais. Nestes termos o presente estudo propõe equilibrar a prática com o conhecimento do “Esporte para Todos”, aqui observado como um *experimento* que permite antecipar uma revisão epistemológica, taxionômica e organizacional do Esporte *per se* e, por extensão, da Educação Física, principalmente na versão extra-escolar.

Em última instância, este balanço analítico tenta avaliar as iniciativas passadas do Esporte para Todos (EPT), localizando a *rede* como uma solução

organizacional para o “novo esporte”, considerando inovações e contradições. Tal proposta incorpora situações de natureza diferenciada, sugerindo construir uma síntese de correntes necessidades de crítica ao conhecimento estabelecido das atividades físicas organizadas e da respectiva classificação dos fenômenos a elas inerentes.

Portanto, nossa focalização tem como base a *renovação* e a *integração*, levando-se em conta o isolamento mútuo existente entre o Esporte, a Educação Física e a Recreação, como também a diferenciação entre grupos sociais. Propomos, então, discutir o Esporte para Todos buscando uma síntese necessária que possa consolidar informações fragmentadas, expressas por contatos informais entre especializados ou pela documentação abrangente sobre o assunto, como se segue:

- (a) Sistema de Informações Esporte para Todos – Bruxelas – 1975/1985 – fichas e relatórios;
- (b) Atas e Propostas Preliminares dos congressos, conferências e seminários internacionais do Esporte para Todos / Trim and Fitness – 1969/1987;
- (c) Conselho da Europa – recomendações, publicações e relatórios sobre o Esporte para Todos – 1966/1987;
- (d) “Sport for All Programmes Throughout the World” – UNESCO – 1980;
- (e) “Artigos Concernentes ao Esporte para Todos” – CONI, Roma – 1982;
- (f) Congresso Científico Olímpico – 1984 – Contribuições apresentadas na área “Esporte como Recreação e Lazer” – Eugene, EUA.
- (g) Atas do Simpósio Internacional “Sports for Everyone” – Universidade de Illinois, EUA – 1984;
- (h) Rede Esporte para Todos – Brasil – Publicações e atas de congressos e seminários sobre Esporte para Todos no Brasil e no âmbito interamericano – Revista “Comunidade Esportiva”, artigos técnicos – 1977/1987;
- (i) “Overview of the World Status of Sport for All” – Jürgen Palm – Federação Alemã de Esportes – 1983/1987.

Em adição ao presente propósito de avaliação e de apresentação de propostas, cabe relevar a necessidade de pesquisa de apoio para revisar e renovar este estudo tanto quanto conclusões e recomendações prévias de outras fontes.

Desenvolvimento

As abordagens mais comuns ao tema Esporte para Todos, a respeito de suas origens, são essencialmente empíricas e associadas a casos pioneiros de práticas alternativas, ao esporte convencional ou ao desenvolvimento do Esporte sob a ótica do lazer. Provavelmente uma simples e direta interpretação do *status* do Esporte moderno, nas suas funções sociais e necessidades individuais (educação, saúde, lazer, participação comunitária, forma física, sen-

timento de bem-estar, amizade, felicidade, auto-realização e outras), poderia explicar, em primeira aproximação, o crescimento das possibilidades alternativas de prática esportiva. Isto representa uma tendência natural de diversas atividades sociais da atualidade, facilitando o acesso de alguns segmentos populacionais, marginalizados por razões econômicas e outros problemas. Em alguns casos esta tendência tem aparecido como um movimento de idéias e prática.

Tais fatos fundamentam o aparecimento de campanhas esportivas “para todos”, inicialmente tendo a televisão como apoio principal, mas depois diversificadas em meios e proposições. Nestas circunstâncias, movimentos organizados emergiram, no final dos anos 60, nos países do norte da Europa, uma vez que naquela região localizava-se o esforço principal para garantir benefícios do esporte para a maioria da população. A inovação, nestes casos pioneiros, foi compreendida como ênfase sobre a participação, mais do que sobre a competição, paralelamente com incentivos à prática de jogos e exercícios simplificados, adaptáveis a diferentes grupos etários e sexos, como também à diversidade de condições de moradia e trabalho dos participantes. Isto foi reforçado – ou reforçou no sentido inverso – pelo incentivo que a medicina preventiva passou a dar à prática de exercícios em escala importante nos anos 70, principalmente com o movimento Cooper.

Progressivamente, as campanhas “Esporte para Todos”, ou “Trim”, como denominadas nos países escandinavos e da Europa Central, assumiram variedade de formatos, cobertura de mídia sofisticada e patrocínios ocasionais de sentido comercial. Como a preponderância dessas iniciativas foi gerada por governos ou entidades privadas, o desenvolvimento da mobilização popular e da simplificação de atividades não corresponderam a atitudes similares dos dirigentes das freqüentemente chamadas “organizações formais esportivas”. Em resumo, o “novo esporte” evoluiu basicamente como um complemento do “antigo esporte”, desde que aquele era inovador em métodos e não em conceituação³.

Esse pressuposto deve ser apreciado primeiramente considerando a teoria de *marketing* (expressão aqui considerada na sua forma usual como também na versão “mercadologia”, que para efeito da presente análise vincula-se ao sentido de técnicas de mobilização e comunicação), que orienta os centros de decisão para o acompanhamento das necessidades e impulsos da clientela, mantendo os produtos clássicos em linha de comercialização com os novos num processo de substituição progressiva. Assim sendo, numa entidade de orientação mercadológica não há necessariamente contradições entre as alternativas metodológicas do Esporte para Todos e os procedimentos já consolidados. *Sumarizando, podemos admitir que os movimentos ora em exame têm crescido mais como práticas modernizadoras para suas organizações de apoio do que como uma ação reformadora social.*

Além disso, em termos políticos, estes “novos métodos com velhos conceitos” têm constituído uma abordagem *reducionista* da teoria e da prática do Esporte para Todos, mesmo em termos de trocas internacionais do co-

nhecimento, reforçando a tradicional separação entre Educação Física, Recreação e Esporte.

Em muitos países o Esporte para Todos tem sido um assunto exclusivo do sistema esportivo local, geralmente apoiado por órgãos governamentais ou paragovernamentais, como reportado por McIntosh, em 1980⁴, que conclui: "O crescimento do movimento Esporte para Todos desde 1966 não foi caracterizado pelo uso de uma denominação comum "Esporte para Todos", contudo é uma descrição adequada de um movimento que tem assumido sob diferentes formas e se tornado política governamental sob diferentes títulos". Tais posicionamentos estão se referindo presentemente à UNESCO e ao Comitê Olímpico Internacional, que trouxeram prestígio e ampliação do movimento.

A evolução das formas *alternativas* do Esporte pode ainda estar carente de concepções atualizadas que possam atender as demandas de prática, teoria, pesquisa e cooperação técnica. Isto hipoteticamente contribuiria para a dependência do Esporte para Todos com relação às organizações esportivas e ao conhecimento ortodoxos. Um simples exame das fontes técnicas do Esporte para Todos mostra uma *ênfase destacada sobre atividades*, em oposição a processos de análises e sínteses, refletindo um constrangimento básico do "novo esporte" para encontrar suas próprias concepções.

Por outro lado, a visão de *marketing* sobre o Esporte para Todos valoriza naturalmente atividades — principalmente jogos e exercícios —, uma vez que este ramo de conhecimento tem funcionado como um arcabouço para as propostas inovadoras do Esporte sob o ângulo de organização e promoção. Em conseqüência, os dirigentes do Esporte para Todos devem estar criando suas soluções com base em percepções de necessidades alternativas do Esporte, de modo similar às ocorrências de versões populares de medicina, agricultura, engenharia etc.

Esta interpretação sugere finalmente que o estado da arte e a abordagem comparativa do Esporte para Todos devem-se fundamentar nas combinações de percepções geralmente aceitas, de sentido empírico.

Em adição a essa conclusão preliminar, pressupõe-se que as iniciativas de Esporte para Todos são naturalmente diversificadas ao nível da comunidade, validando uma interpretação diferenciada para a prática. Como o sentido mercadológico referencia-se mais à promoção da atividade do que à participação, segue-se que uma relevante dimensão deve ser atribuída ao enfoque comunitário, se algum processo de desenvolvimento social apresenta-se como objetivo. Entretanto, este papel-chave da comunidade tem sido menos compreendido do que os métodos de prática e de comunicação⁵. Nestas condições, a observação empírica do Esporte para Todos indica uma tendência importante, representada pela abordagem de *marketing* com um mínimo de envolvimento comunitário, e uma outra de pouca penetração, expressada por iniciativas centradas na comunidade, usando meios simplificados de mobilização. Estes extremos explicam a ampla diferenciação entre programas e identificam uma dicotomia que deve ser solucionada pelos teóricos tanto dos países em desenvolvimento como dos avançados.

Dentro destes limites de variação do Esporte para Todos, pelo menos em um caso houve oportunidade de avaliar diferentes posições entre as abordagens de *marketing* e da comunidade. Efetivamente, a experiência brasileira destaca-se por sua contribuição no desenvolvimento da nova conceituação na prática esportiva, ao longo de sua peculiar evolução passo a passo, enfrentando diversidades situacionais além de isolamento do Esporte e da Educação Física tradicionais, e até mesmo da Recreação. Mais especificamente, o estudo do caso do Esporte para Todos brasileiro é o primeiro a se desfazer de um arranjo mercadológico, procurando um equilíbrio necessário entre abordagens de *marketing* e de desenvolvimento comunitário. As razões principais desta decisão consciente podem ser assim resumidas:

1. Houve claras dificuldades na sustentação de uma campanha de âmbito nacional, com uma única linha de coerência (símbolo, propostas, "slogans" etc.) e diante de iniciativas similares nos níveis local e regional. A campanha nacional foi lançada em 1977 mas já havia outras alternativas prévias de natureza comunitária e de autogeração desde a década de 1910 (futebol-pelada), de 1920 ("Recreação Pública", no Rio Grande do Sul, com atividades em ruas e praças), de 1930 ("Colônia de Férias", com Esportes simplificados), de 1950 ("Ruas de Lazer"), e de 1960 a 1970 (promoções com grandes grupos). Ainda em 1975, uma rede de televisão privada, com a melhor cobertura nacional, introduziu a campanha "Mexa-se!", sob patrocínio comercial, e com quatro meses de duração. Até o presente estágio, em diversas regiões brasileiras, a população usa a expressão "mexa-se!", coloquialmente, o que prova claramente o impacto da promoção. Então, em 1978, quando a campanha "Esporte para Todos" foi encerrada, havia 22 organizações desenvolvendo alguma forma de atividade esportiva não estereotipada, com apoio privado ou governamental, sob denominações diversas.

2. Sendo o Brasil um mosaico étnico e cultural, apresentando importante desigualdade social, educacional e econômica, vários segmentos populacionais buscam soluções alternativas, explicando-se o prematuro — considerando-se do ponto de vista do "novo" Esporte para Todos — aparecimento de formas esportivas simplificadas. Tal diversificação geralmente solicita procedimentos de fácil entendimento e descentralização de iniciativas, mesmo quando modernas tecnologias são usadas. Daí surgiu a escolha operacional para converter a campanha em um movimento de várias instituições e ações regionais, depois de dois anos de trabalho para mobilizar cerca de 10 milhões de participantes e aproximadamente 11 mil voluntários organizadores de eventos.

Assim sendo, o movimento Esporte para Todos no Brasil tem compreendido uma destacada variedade de envolvimento, interpretações e denominações, de acordo com caracterizações locais. Como muitas atividades são tradicionais, a abordagem mais cabível refere-se a uma "nova concepção com antigos métodos", em contraponto com as campanhas conduzidas por sistemas tradicionais. É igualmente importante considerar os setenta anos de existência de práticas esportivas alternativas no país. Estas atividades, geralmente

reconhecidas como percepções pioneiras, têm sido amplamente divulgadas e se tornaram as referências básicas do Movimento⁶.

Correspondentes fenômenos de atividades esportivas de geração espontânea naturalmente têm ocorrido em diferentes países, independentes do nível de desenvolvimento e das tendências culturais. Em muitos casos dessas descobertas de prática não-convencional esportiva por parte de indivíduos, grupos e organizações, a lógica de sua utilidade apresenta-se tão óbvia que os inovadores não percebem que estão lidando com uma nova categoria técnica. Tal expressiva situação foi identificada em duas iniciativas proeminentes do presente estágio do Movimento brasileiro: Sorocaba, uma cidade industrial (300 mil habitantes), e Itapira, um centro comercial e agrícola (50 mil habitantes), onde espaços abertos ao público foram adaptados para programas de esporte simplificado e de lazer. Embora a primeira campanha nacional de Esporte para Todos tenha sido ativada em 1977, a cidade de Itapira promovia eventos estáveis desde 1969, como alternativa para a Educação Física de instituições locais. Por seu turno, Sorocaba iniciou seus projetos de recreação comunitária em 1972, dedicados a oferecer jogos e exercícios como possibilidades de lazer em áreas próximas às residências dos participantes⁷.

Com o aparecimento da campanha nacional, ambas iniciativas não se julgaram ajustadas às novas proposições e métodos, o que implicou um atendimento além de simples informação e de atos de motivação para os grupos promocionais líderes das duas cidades. Em se tratando de dirigentes e profissionais locais da Educação Física ou Recreação, a tradição residia em receber apoio e não na adesão a empreendimentos externos. Ao se reverter o sentido da campanha nacional depois de 1979, houve finalmente uma convergência de propósitos de acordo com as perspectivas locais de participação e após sucessivos estágios de contatos, discussões e treinamento direto.

Dos exemplos citados pode-se extrair uma conclusão significativa: o exagero no uso de técnicas de *marketing*, colocando de lado as manifestações particulares de indivíduos, grupos e comunidades, resulta em complicação de tarefas simples e tradicionais. Por outro lado, subestimar a tecnologia moderna infere-se também como complicação, se há solicitação real de comunicação de massa. Assim, o dilema entre simples e complexo parece ser peculiar a opções alternativas dentro de ambientes ordenados e convencionais. Esta deve ter sido a razão que motivou o norueguês Per Hauge-Moe, pioneiro do Movimento Trim, a aconselhar seus colegas internacionais contra a tendência de complicação exibida pelas ações do Esporte para Todos já em 1981⁸.

Em termos mais explícitos, estamos lidando com um *continuum* (conjunto ou processo contínuo, conexo no espaço e no tempo) de duas variáveis complementares, cuja participação proporcional em ações depende de tendências e condições históricas do ambiente em que atuam, em equivalência com objetivos e possibilidades das organizações que lhes dão sentido. Neste caso, ganha reforço o questionamento da usual interpretação de atividades físicas de lazer através de modelos macro — desde que a contingência aparenta ser uma base mais adequada nas circunstâncias de realidade empírica. A Figura 1

mostra uma esquematização deste possível *continuum marketing* — comunidade, enfatizando a natureza contingencial da oportunidade (ambiente) em contraponto com o posicionamento (organização). Estas duas alternativas, evidentemente, ajustam-se mutuamente por meio de conhecimento pormenorizado e consciente, de características locais, regionais e nacionais, indicando uma premissa básica: *cada país ou distintas regiões devem ser encorajados a descobrir suas necessidades esportivas peculiares, assim como organizar suas próprias ações esportivas*⁹.

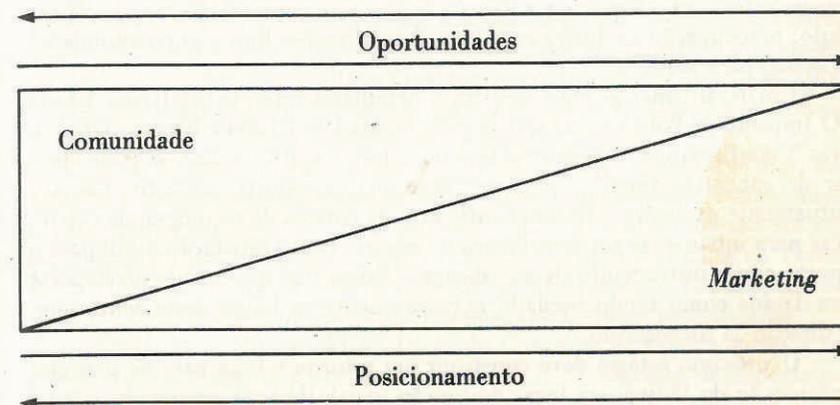


Figura 1

Se alguns programas avançados de Esporte para Todos são analisados comparativamente, a polarização entre *marketing* e a comunidade — emerge sob formas de ambigüidades, tais como “comunicação de massa — criatividade local”, “forma física — participação”, “efeitos fisiológicos — efeitos psicológicos”, “atividade como fim — atividade como meio” etc., talvez refletindo uma característica inerente aos projetos e incentivos sociais em face da realidade. Neste sentido, um estudo do Conselho da Europa¹⁰ identificou em 1975 uma ambigüidade-chave, que adiantou uma proposição significativa: “Em particular deve-se reconhecer que a última categoria de atividade (condição física) situa-se em contraste com outras três (jogos competitivos e esportes, movimentos ao ar livre e exercícios estéticos), em alguns aspectos importantes. As atividades últimas citadas possuem interesse intrínseco. Dando um nível suficiente de habilidade para se obter um sentido de realização, o praticante alcança o prazer diretamente da participação. Assim, a motivação é “embutida” no envolvimento participativo, independente de outras condicionantes de benefício. Este, por sua vez, revela-se incidental — especialmente os de efeito fisiológico — e gerado pela natureza da atividade, e não pelas necessidades do participante.

A atividade na categoria de condição física, entretanto, pode ser selecionada em função de seus reconhecidos efeitos sobre a capacidade de trabalho

físico e pode ser menos dependente a um nível particular de habilidade. A motivação, por outro lado, aparenta oscilar e, de início, deve quase certamente depender num elemento de divulgação. Enfatizar excessivamente tal diferenciação pode produzir uma polarização de visões caracterizadas, em um extremo, pela preocupação com objetivos profiláticos e terapêuticos e, no outro, pela insistência na “pureza” do Esporte e da Recreação. Estas interpretações são equivocadas, uma vez que na situação sócio-cultural corrente há necessidade de ambas abordagens, que podem-se reforçar mutuamente. O Esporte para Todos deve aceitar e encorajar as duas aproximações; se não são concernentes com o Esporte e a Recreação, há uma contradição com o próprio título; preocupação exclusiva com estas formalizações limita as possibilidades do acesso para todos”.

Um levantamento mais recente e detalhado referido ao Reino Unido (“O Impacto da Política do Esporte para Todos 1966-1984 e Perspectivas Futuras”) confirma incisivamente a tese do reforço mútuo, como se pode apreciar da conclusão final¹¹: “Esporte como meio é esporte como fim não são mutuamente exclusivos. Há um *continuum* de ênfases de recompensas extrínsecas para intrínsecas em semelhança ao esporte como satisfação inútil para o esporte como instrumento de socialização. Nossa sugestão incide no Esporte para Todos como tendo oscilado excessivamente ao longo deste *continuum* na direção da socialização.

O próximo estágio deve constituir um retorno e uma base de pesquisa e promoção do lúdico, em lugar da função social. Há aqui um paradoxo: se o esporte é promovido com um fim em si mesmo, podem surgir benefícios sociais alusivos aos planejadores se estes buscam na realidade benefícios de saúde, políticos e sociais. Nossa sugestão final, nestas circunstâncias, resume-se em dois princípios expressados em dois “slogans”: Forma Física para Saúde — Esporte para Alegria”.

Em síntese, *estamos na realidade lidando com ambigüidades naturais como conseqüências diretas da diversidade que envolvem as propostas e ações do Esporte para Todos*. Estabelecendo esta conclusão preliminar como foco de nossa análise, podemos então admitir:

(I) O reforço mútuo de variáveis contingenciais e oscilatórias do Esporte para Todos cria conteúdo para a desejável integração entre a Educação Física, Esporte e Recreação diante dos problemas da diversificação. Assim sendo, “novo esporte” significa sobretudo “esporte contextual”, indicando que *peósoas na diversidade social* é a referência básica a ser assumida e não os procedimentos do Esporte tradicional.

(II) “Esporte para Todos” é uma ponte que liga as pessoas ao “velho Esporte”, reforçando a *necessidade de concepções próprias*, tanto quanto tornando válidos os antigos métodos de prática, se compatibilizados com os novos.

(III) As atuais concepções do Esporte para Todos são baseadas em percepções empíricas de pioneiros, mas o desenvolvimento teórico dependerá de

evolução nas definições e nos meios de operação e organização das atividades à vista de perspectivas epistemológicas e taxionômicas.

(IV) O estado-da-arte do Esporte para Todos é atualmente resultado de comparações empíricas entre programas e campanhas, contudo esta abordagem classificatória deve *evoluir para análises e sínteses* na busca de desenvolvimento apropriado para pesquisa e cooperação técnica.

Definições

A outra abordagem mais usual para a prática esportiva de lazer, além de alternativas ao esporte estereotipado, têm sido as propostas de desenvolvimento social. Neste caso de inovação, o crédito deve ser atribuído ao Conselho da Europa, organização multinacional representativa que produziu em 1966 a “Carta do Esporte para Todos” e que tem procurado atualizar a proposta inicial por meio de estudos, pesquisas e avaliações¹².

Evidentemente, desde o início o desafio foi o da definição do “novo esporte”, embora a Carta tenha declarado que “cada indivíduo tem o direito à participação no Esporte”. Este problema não se mostrou estranho aos especialistas, uma vez que a dificuldade em definir Esporte, Educação Física e Recreação remontava desde o início do século presente até a atualidade, quando cerca de 60 interpretações e nomenclaturas foram identificadas¹³.

Entretanto, um estudo de 1970, do Conselho da Europa, propôs uma significação abrangente e um apelo universal¹⁴: “O conceito de Esporte para Todos — que é bastante diferente da tradicional concepção do esporte — compreende não somente o próprio esporte, mas também, e talvez de modo precípua, várias formas de atividades físicas, desde jogos informalmente organizados até um mínimo de exercícios físicos regularmente realizados”.

Em 1975, um melhor posicionamento veio da mesma fonte¹⁵: “A expressão “Esporte para Todos” é também freqüentemente usada como um *slogan*, quando procura criar um clima de opinião encorajadora de participação popular no Esporte e de solicitação de oportunidades para a prática”. Complementando este esclarecimento, encontramos mais adiante¹⁶: “Esporte não é uma expressão que tem o mesmo significado para todas as pessoas, e tentar justificar isto em qualquer forma é sobrevalorizá-lo no curto prazo e simplificá-lo no longo prazo. O especial significado do Esporte reside na sua diferenciação para pessoas diferentes ou para a mesma pessoa em diferentes estágios de sua vida”.

Este tipo de discussão tem sido particularmente importante no Brasil, onde se propôs — paralelamente a casos de distorção da idéia do Esporte para Todos e respectivas críticas generalizantes — uma definição baseada na integração e na renovação aqui antes mencionadas, bem como tentativamente ajustada às desigualdades sociais e regionais existentes¹⁷: “Esporte para Todos é o conjunto de todas as atividades esportivas e recreativas que visam, em diferentes graus, à forma física e à socialização dos praticantes: atividades às quais os grupos espontâneos da sociedade têm acesso sem limitações excessivas de condições econômicas, sexo e idade. Em resumo, Esporte para Todos

é qualquer atividade esportiva que não é praticada nas condições do alto nível mas que lhe pode servir de base quando necessário e socialmente justo”.

Relacionado com estas definições e aos pressupostos do presente estudo, situa-se o aparecimento do modelo de interpretação formal/informal/não-formal (FIN), ora em discussão e adoção nos meios acadêmicos brasileiros da Educação Física. O modelo FIN lastreou-se inicialmente nas definições da UNESCO relativas à Educação Permanente¹⁸, porém adquiriu configuração e conteúdos próprios *vis-à-vis* a necessária coerência da teoria e da prática do Esporte não-convencional. A Figura 2 mostra o modelo tridimensional FIN que caracteriza vias de acesso a posições epistemológicas conforme os itens que se seguem.

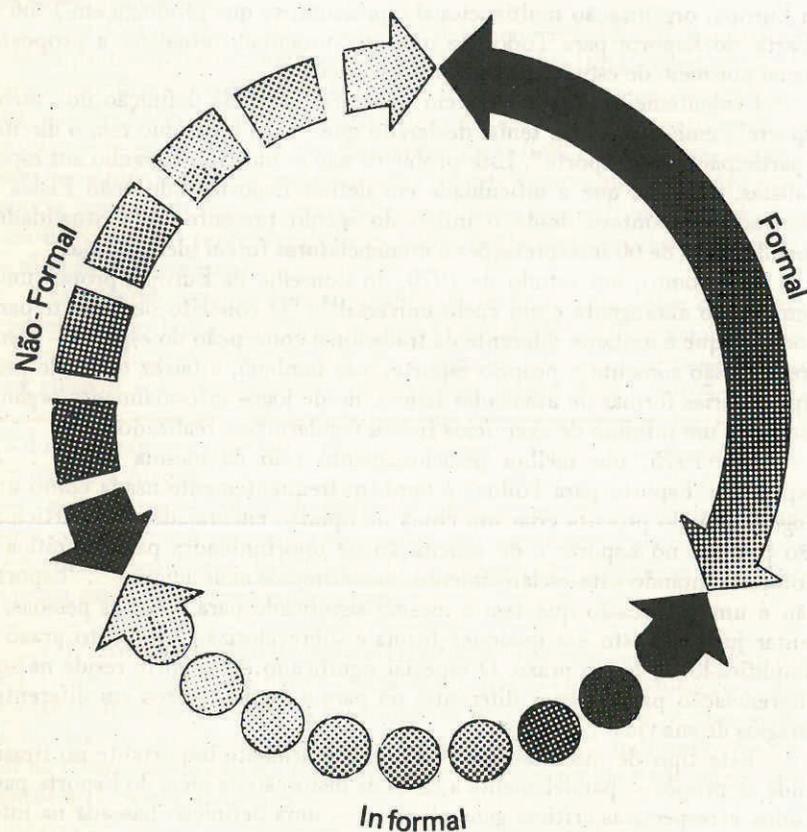


Figura 2

Definições

Atividade formal é um fluxo contínuo de ações com componentes ordenados e estáveis, aos quais se aplicam os propósitos fundamentais de padroni-

zação, sincronização e maximização¹⁹. Atividades não-formais são versões complementares e descontínuas de eventos formais com diferentes graus de utilização de seus componentes originais, objetivando o atendimento a necessidades contingenciais. Atividades informais são ações autônomas e autodirigidas segundo realizações de indivíduos e grupos, como resposta a solicitações permanentes ou eventuais.

Estas três possibilidades de ocorrência são integradas em um *continuum* de relacionamentos fragmentados da vida cotidiana, na diversidade do trabalho e do lazer. Assim, os componentes formais decrescem progressivamente em quantidade, fora de seus ambientes específicos, mudando suas características fundamentais e diversificando suas alternativas não-formais. Quando estes arranjos tornam-se autônomos dos envoltórios formais, a atividade é considerada informal.

Embora peculiar em natureza, os três tipos de eventos têm uma dependência mútua, com domínio claro e geral das dimensões formais que apresentam as melhores condições de controle dos acontecimentos. Esta dependência, por outro lado, baseia-se na informação, o único componente regular encontrado em qualquer ponto do *continuum*.

Orientação

O modelo FIN é dialético na medida que as ambigüidades naturais são cogitadas. A *formal* é uma orientação original enquanto a *não-formal* e a *informal* constituem sua oposição e unificação de modo simultâneo. Em termos metodológicos, isto representa uma possibilidade adequada para analisar o Esporte como processo, ao invés de atividade. Sendo em potencial auto-suficiente na ocorrência, a condição formal é virtualmente isolada de suas alternativas não-formais e informais. Contudo a interpretação do *continuum* torna possível a agregação de diferentes percepções numa conjunção consistente e instrumental.

Esta abordagem em *sistema aberto* possibilita a integração da Educação Física, Esporte e Recreação, no sentido de que a separação existe apenas no contexto formal, igualmente a qualquer outro saber organizado ou área de atividades. No ambiente da prática não-formal ou informal, estas três áreas de relacionamento são quase sempre sujeitas a reforço mútuo.

Outra proposição do modelo FIN é a de um *continuum* centrado no indivíduo, no grupo e na organização, com a significação de que cada um destes elementos pode fazer a melhor escolha possível entre *formal*, *informal* e *não-formal* para realização de possibilidades, combinando componentes e focalizando esforços, em função da capacidade e da habilidade disponíveis. À vista da integração, as abordagens de *marketing* e de comunidade podem evitar extremos de especialização, procurando o melhor resultado para cada situação específica. Esta aproximação é naturalmente contingencial, dando suporte à ponte proposta entre procedimentos contextuais e o "velho Esporte".

Além disso, o conhecimento desenvolvido é também conseqüência do *continuum* centrado no indivíduo, no grupo e na organização. Classificada

dentro das dimensões do arcabouço teórico FIN, cada proposição vinda de estudiosos e líderes pode ser comparada, analisada e submetida a sínteses, permitindo o aparecimento de conceitos instrumentalizadores da organização de atividades ou novas concepções. Tal racionalização está ocorrendo atualmente, por exemplo, na medicina, em face da reabilitação de práticas populares de saúde em vários países.

O modelo FIN oferece ainda orientação para a diversidade de nomenclatura para as alternativas do Esporte tradicional. Como categorias superiores de classificação, "informal", e "não-formal" são adjetivos, ao passo que "Esporte para Todos" e outras denominações são substantivas, implicando áreas separadas de atividades. Desde que esta última conclusão refere-se a uma contradição com o presente *status* da Educação Física, Esporte e Recreação, a solução tem sido a de manter e qualificar cada *corpus* tradicional de conhecimento. Entretanto, no âmbito FIN a necessidade relaciona-se com a substantivação dos eventos, respeitando e enfatizando as iniciativas individuais, grupais e organizacionais, o que reforça o sentido adjetivo das categorias maiores. Atitude similar foi adotada pela tecnologia como um todo, sendo suas versões alternativas geralmente aceitas dentro da categoria adjetivada como "apropriada".

Gerência

A concepção FIN é essencialmente uma abordagem em sistema aberto para a organização geral de iniciativas com níveis diferentes de expectativas e contribuições. Dando o necessário *status* ao não-formal e informal, este referencial funciona como um guia de gerência com ênfase na simplificação e na descentralização. Esta é uma orientação oposta aos empreendimentos burocráticos modernos, especialmente os governamentais. Como um arranjo de transição, a opção FIN tem uma forte conexão com a atitude de mudança, com a autogestão e mesmo com a ideologia do Anarquismo, com o significado de autogoverno, e não com a corrente e equivocada interpretação de des-governo.

Nestes termos, a experiência FIN brasileira já oferece meios de conclusão, quanto à mudança organizacional, principalmente no que concerne ao papel dado ao agente (animador ou representante) profissional ou voluntário. Ele ou ela tem representado o Movimento Esporte para Todos por suas ações e comportamentos, se admitirmos que esta intermediação é o ponto em que ocorre a integração do formal com não-formal e informal. Durante a fase já mencionada da campanha orientada pelo *marketing*, a integração pretendida foi ensaiada pelo ponto central de decisões, através de mensagens de motivação e de orientação da prática. Posteriormente, ficou evidente que a integração é melhor realizada por agentes intermediadores que vivem nos mesmos locais dos praticantes. Isto confirmaria a definição clássica de Lukacs: organização consiste em intermediar teoria com práxis.

Dos pontos locais e situacionais de decisão, as mensagens são mais adaptáveis à realidade comunitária, seja usando meios modernos de comunicação

— no caso de níveis avançados de vida ou de largas distâncias em certas regiões — ou contatos pessoais. Em resumo, no caso em pauta, no início os agentes eram parte das ações da campanha, revertendo-se depois numa situação em que o Movimento era complementar às iniciativas dos agentes.

Tecnicamente, esta gerência FIN baseia-se nas reações gerais e nas oportunidades locais, em oposição ao usual fluxo hierárquico de decisões das organizações tradicionais. Em razão disto, a concepção dialética da "coordenação através da informação" foi sendo desenvolvida na medida que a informação era amplamente disseminada e sua produção central era mais orientada para o agente do que para o público em geral. Como resultado, um esquema desta espécie possui duas perspectivas básicas: treinamento de agentes e manutenção do fluxo de informações destes intermediários para a mídia que lhes serve de apoio. Como as ações comunitárias dependiam de suas escolhas, tradições e tendências, o Movimento simplesmente coletava as realizações dos agentes e das comunidades e realimentava o conteúdo do treinamento. Isto tornou-se progressivamente pertinente à evolução do conhecimento e, recentemente, para a crítica de sua validade e de seu discurso científico.

Adaptação

Sendo dialético, é presumível que o modelo FIN seja adaptável através de processos de observação e de prática de atividades. Temos, então, um desenvolvimento contínuo de conhecimento em contraste com situações descontínuas, o que é uma simples representação do ambiente social natural, mas oposto à lógica das organizações formais. Como antes enfatizado, a gerência moderna é bastante vinculada ao controle, que, por seu turno, necessita de uma base de continuidade. Adotando-se alternativas não-formais e informais, o grau de adaptação do formal aumenta, acompanhando a aceitação ampliada da descontinuidade.

A variedade de situações esportivas não-formais pode ser entendida pela possibilidade de adaptação de atividades para acesso à maioria das pessoas. Em termos operacionais, a competição torna-se menos importante que a participação, quando o formal é integrado ao não-formal. Considerando-se a descontinuidade imbricada na participação não-formal, a nova proposição geral FIN para o Esporte poderia se basear em atividades adaptadas às pessoas e não ao oposto tradicional. Certamente, com relação ao treinamento físico que implica em controle necessário, ou ao chamado esporte de elite, em que a competição é essencial, a predominância indispensável pertence à dimensão formal.

Unicidade

Tendo em mente a relação revertida participante-atividade, outra consequência é a necessidade crescente de adaptação à comunidade local e às circunstâncias ambientais, quando se encaminha de possibilidades formais para não-formais. As soluções informais, contudo, não são graduais em natureza,

desde que cada evento é único na adaptação. Em outras palavras, “re-criação” é uma qualidade não-formal, ao passo que *criação* é uma realização informal, do mesmo modo que ambas são usuais, *mas controladas*, num contexto formal.

A despeito dos impedimentos burocráticos, os objetivos últimos das organizações formais deveriam se situar na busca das melhores posições possíveis em relação às combinações não-formal e informal. Esta constitui uma proposição adequada para as necessidades tanto de *marketing* como da comunidade, presumindo-se que ambas são orientadas para a participação, com diferentes métodos e objetivos. Neste caso e em qualquer outro, a obediência estrita a técnicas específicas dificulta a adaptação. As opções intermediárias são as melhores, em razão do não-formal ser síntese de combinações formais e informais. Enfatizando-se o equilíbrio entre as demandas das pessoas e das organizações, o não-formal é a categoria geral que define ações alternativas de organizações formais.

Observando-se estas proposições, a validade do desenvolvimento teórico pode ser comprovada à luz de fatos da vida e da natureza. Contudo, a sociedade moderna e suas organizações não são sensíveis suficientemente para as ocorrências simples. No início da experiência do Movimento brasileiro, a interpretação desta necessidade foi ideológica – no sentido de ideais de transformação – por parte de uma corrente de professores de Educação Física²⁰, mas posteriormente uma posição mais efetiva e prática foi procurada. Com a adoção do referencial FIN, esse problema aparenta se tornar uma busca de instrumentos organizacionais adequados.

Os países em desenvolvimento, embora atrasados nas práticas gerenciais, são mais vulneráveis à insensibilidade das organizações, simplesmente porque as comunidades locais não possuem, neste caso, motivação suficiente para resistir às pressões de iniciativas governamentais ou de grandes empreendimentos privados que visem a resultados políticos ou a ganhos de mercado. Igualmente importante é a transferência de recursos de regiões pobres para ricas, uma drenagem que se apóia na venda de tecnologia e outros meios avançados ou de fascínio. Esta tendência mostra-se mais evidente nas relações internacionais, embora em alguns países continentais – União Soviética, Canadá, Brasil, EUA etc. – alcance a mesma magnitude no âmbito interno. No geral, a consequência relevante reside no esvaziamento das tradições locais em favor de práticas importadas.

Neste sentido, vale mencionar, mais uma vez, a experiência brasileira: após a fase de campanha de massa do Esporte para Todos e a mudança de orientação da então existente “linha única de coerência”, tem sido realizado um esforço constante para divulgar o valor das versões culturais e contextuais do Esporte, com ênfase na tecnologia apropriada (equipamentos e instalações de baixo custo e de desenvolvimento local, comunitário ou individual) e na publicidade artesanal (mensagens boca-a-boca, faixas etc.). Como resultado, alguma forma de esporte não-formal estava estabelecida em cerca de 25% das municipalidades brasileiras, conforme um levantamento realizado em

1983²¹. Por outro lado, não houve indicações de decréscimo nas promoções de orientação mercadológica, excetuando-se os grandes eventos de massa nas cidades mais importantes do país²². Em apenas um único exemplo – a promoção “Roda Viva do Esporte”, organizada no Estado de São Paulo – foram distribuídos 14 milhões de cartões de orientação de prática e controle de exercícios físicos com propaganda comercial, empregando um sistema complexo de distribuição residencial e uma custosa cobertura pela televisão.

Diante dessas evidências empíricas, podemos reforçar a concepção de que cada país ou região são únicos no desenvolvimento de suas *ações e programas não-formais*, se a variável *cultura* é assumida como fundamental. Para efeito de conhecimento organizado ou intercâmbio inter-regional ou internacional, definimos tal unidade pela seguinte declaração:

O Esporte Formal deve ser único para qualquer país ou região, de modo a permitir a competição e o seu desenvolvimento. Esportes Não-formais devem ser únicos para cada país ou região, incentivando a participação e o desenvolvimento pessoal e de grupos. Ambas as versões são complementares e oferecem oportunidades para criações esportivas informais, como escolhas para descoberta de unicidade do esporte em cada pessoa.

Esta definição é proposta, entre outras necessidades atuais, para mudar o sentido de abordagem mais freqüente do Esporte para Todos, *i.e.*, estudos de casos e realizações bem-sucedidas, buscando interpretações de maior conteúdo epistemológico e taxionômico. Presumindo-se que o modelo FIN atende estes requisitos, numa primeira aproximação, podemos evoluir a análise com base em 3 variáveis básicas da operacionalização do lazer: pessoas, atividades e organização.

Atividades

A prática esportiva, em seus casos extremos, negligencia as pessoas como um fator de variação, desde que a competição é seletiva pela própria natureza, ou seja, na competição formal, grupos e indivíduos são *conformados* a normas operacionais. Nas escolas, clubes e centros esportivos, um esforço de realce é realizado para adaptar pessoas a padrões tradicionais, produzindo uma elite de atletas, praticantes ocasionais e uma maioria de “incapazes”. No contexto operacional FIN, os atletas e “incapazes” transformam-se em participantes, igualmente praticando atividades sob normas flexíveis e padrões ampliados e simplificados. Esta redução do domínio formal resulta em considerar como atenção central o sexo, a idade, a forma física, os antecedentes esportivos, a condição econômica, os hábitos culturais, tempo disponível etc., tomando o lugar da variação do desempenho, mais científica porém menos humana no que concerne a hábitos e tendências.

Além desta identificação *fundamentalista* de variáveis, a abordagem não-formal implica na mudança de sentido da motivação e da atividade, à vista das fontes originais esportivas. Assim, diante de um impacto minimizado da competição, sugere-se adicionar o incentivo da realização individual e gru-

pal, substituindo-se a arena pelos ambientes natural e social (praias, florestas, espaço aberto, ruas, praças etc.), de igual ludicidade e freqüentemente agonísticos. Mais importante ainda, em termos operacionais, é a promoção de atividades corretamente ajustadas a um grupo-alvo específico, considerando o local de habitação e convivência, como também áreas e facilidades disponíveis.

Preconceitos a parte, os passos para planejar e organizar atividades não-formais apropriadas aos grupos mostram-se similares aos do âmbito formal, em termos de dificuldades técnicas. Contudo, desde que ações não-formais ou informais admitem graus diferenciados de organização em maior amplitude do que o setor formal, os organizadores destas atividades não-convencionais ajustam-se ao menor nível de dificuldade quando diante de situações complexas.

Outra limitação refere-se ao conhecimento insuficiente sobre benefícios e desvantagens de soluções alternativas. Ambas características explicam sumariamente o estereótipo de improvisação freqüentemente associado às práticas informais e não-formais. Para contornar esses exageros reducionistas, desenvolvemos o modelo da Figura 3, que informa desde 1981 aos agentes e estudiosos brasileiros sobre a concepção básica das operações esportivas não-formais. Esta orientação geral posiciona a necessidade de adaptação de atividades a grupos específicos *vis-à-vis* aceitação cultural, local e situacional, e constitui uma primeira aproximação ao incontornável levantamento para reconhecer peculiaridades de segmentos populacionais e, conseqüentemente, organizar ações apropriadas. Portanto, este modelo propõe-se a realizar a transição entre a improvisação e o planejamento de ações. Com pressuposto similar, e mais recentemente, a Universidade de Santa Maria, localizada no Rio Grande do Sul, desenvolveu outro modelo²⁴, que orienta professores de Educação Física, ou agentes Esporte para Todos, na consulta a comunidades locais sobre atividades e instalações não-formais, incluindo a construção de parques com tecnologia apropriada. Outros modelos simplificados de reconhecimento e levantamento têm sido experimentados em anos recentes – Município de Sorocaba e Estado de Rondônia –, indicando que níveis adequados de planejamento podem ocorrer via progressiva e no longo prazo, como devem ser objetivos importantes de treinamento e pesquisa.

O exame da Figura 3, no seu resumo descritivo, nos conduz naturalmente a algumas explicações para referenciar aplicações. Assim, indivíduos isolados são mais receptivos ao treinamento físico, sendo os corredores solitários de ruas e estradas o melhor exemplo. Em oposição, grandes grupos aceitam com maior facilidade participação social através de tarefas simples (por exemplo: passeio de bicicleta e a pé, corrida de massa etc.). Entre estes dois extremos encontraremos segmentos tais como: famílias, pequenos grupos, grupos comunitários (diversos tamanhos mas agregados por propósito comum) etc., todos com peculiaridades intrínsecas e graus diferentes no lidar com afeto e reconhecimento. Todavia, *comunidade* é compreendida pelo efeito global das interações desses segmentos, tendo também seu sentido particular. Nestas condições, a organização de atividades não-formais constitui uma busca per-

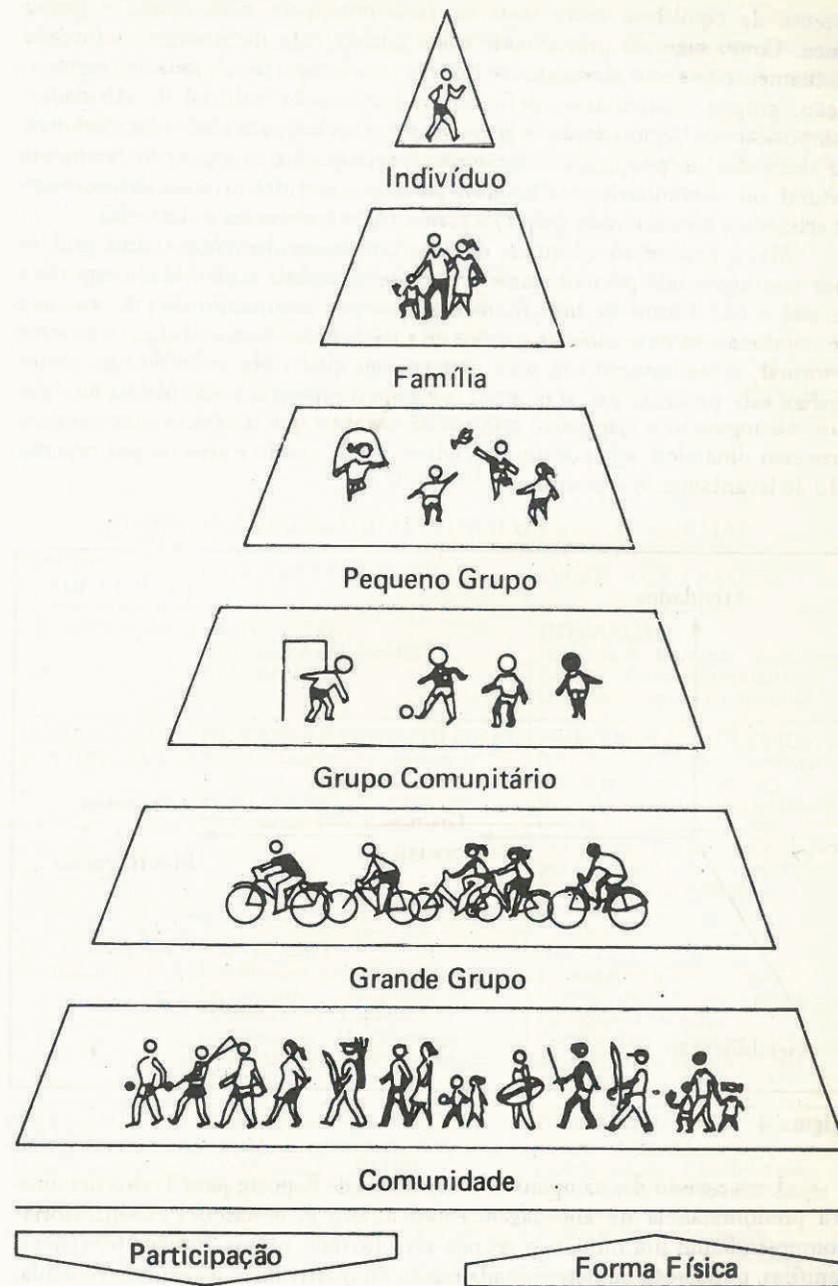


Figura 3

sistente de equilíbrio entre duas variáveis principais: *participação e forma física*. Como sugerido previamente neste estudo, esta dicotomia é reforçada mutuamente nos seus elementos se houver uma integração de *pessoas* (segmentação, grupos comunitários definidos por aceitação cultural de atividades, composição de segmentação e grupos comunitários), *atividades* (tradicional ou derivadas de pesquisas), *motivação* (participação, competição, ambiente natural ou comunitário, realização), *participação* (afeto, intercâmbio, reconhecimento, idiosincrasia grupal) e *forma física* (programa e controle).

Mas a proporção adequada de cada um destes elementos define problemas contingenciais para os quais propõe-se descobrir a identidade esportiva formal e não-formal de indivíduos e grupos por intermédio de um *processo* de combinações de *atividades* e ações de *socialização*. Sem embargo, o esporte informal, neste contexto, é uma situação na qual cada indivíduo ou grupo realiza este processo por si mesmo. A Figura 4 representa esta última implicação, distinguindo a disposição estática de variáveis que devem evoluir para um processo dinâmico, seja por um procedimento de ensaio e erro ou por orientação de levantamento e pesquisas.

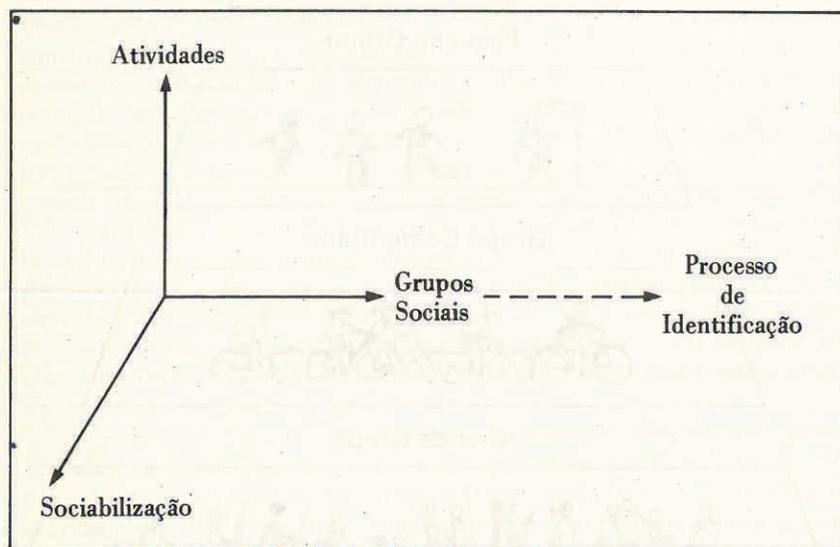


Figura 4

Uma revisão das campanhas tradicionais de Esporte para Todos demonstra predominância de abordagem estática, isto é, descrições classificatórias compreendendo um ou vários grupos-alvo (jovens, idosos, deficientes físicos, famílias, população de determinada região etc.), atividade ou esporte (corrida, voleibol, treinamento em circuito etc.), temas específicos (saúde, amizade,

diversão etc.), organização (publicidade, equipamentos, instalações, financiamento, patrocínio etc.) e outros. Para abordagem de processo, estes procedimentos mais comuns contribuiriam apenas como base para análises de diversos propósitos.

O Quadro 1 apresenta uma reversão das expectativas estáticas do presente *status* do Esporte para Todos, procurando estabelecer uma taxionomia das atividades físicas não-formais, comparativamente com as formais, saindo da simples classificação e evoluindo para significados funcionais, mais adequados à visão dinâmica de processo. A expressão "função integrativa" encontrada neste quadro refere-se essencialmente às proposições de modelo FIN, assim como as demais caracterizações são resultado de uma análise matricial, abrangendo 319 relatos de atividades não-formais apresentados em congressos no Brasil, entre 1982 e 1984²⁵. Efetivamente, estes trabalhos estavam relacionados mais à descrição de eventos e algumas tentativas de definições, sendo possível, entretanto, identificar variáveis.

Quadro 1

DOMÍNIOS TAXIONÔMICOS FORMAIS X NÃO-FORMAIS

FUNÇÕES INTEGRATIVAS	ORIENTAÇÃO FORMAL	ORIENTAÇÃO NÃO-FORMAL
SEGMENTAÇÃO	AGREGAÇÃO: Crianças - Adolescentes Adultos - Idosos	INTERAÇÃO Indivíduos - Famílias - Pequenos Grupos - Grupos Comunitários - Grandes Grupos - Comunidade
SOCIALIZAÇÃO DA ATIVIDADE	PROCESSO E PRODUTO FINAL: Aprendizagem - Treinamento Trabalho - Objetivos - Padronização - Sincronização - Maximização - Eficácia	PRINCÍPIOS E PROCESSOS: Participação - Ações Propostas - Mobilização para Tarefas - Individualização - Identidade de Grupo - Liberdade de Ação - Propósitos Comuns - Orientação por Oportunidade - Adaptação Progressiva - Orientação por Reações
SOCIALIZAÇÃO DO AMBIENTE	ATIVIDADE: Localização Fixa - Instalações Permanentes - Equipamentos Padronizados - Espaço Institucional - Movimentação no Sentido do Evento - Espaço Limitado	GRUPO: Localização Móvel - Locais Naturais ou Públicos - Tecnologia Apropriada - Espaço Comunitário - Movimentação do Sentido do Grupo - Espaço Delimitado
OPERAÇÃO DO EVENTO	PRINCÍPIOS: Ensino - Treinamento - Gerência - Comunicação - Ordem - Disciplina - Continuidade Programa - Controle - Definição de Responsabilidades - Eficiência	PROCESSO: Grupo - Atividade - Oportunidade - Flexibilidade - Simplicidade - Descontinuidade - Direcionamento por Referências (Localização, Informações Visuais ou Orais, Tarefas de Impacto, Movimentos, Tarefas Principais, Agentes etc.) - Direcionamento

		por Propostas (Ações Básicas, Tarefas de Oportunidade, Manifestações do Grupo, Propósitos, Ritmo, Limites etc.) - Responsabilidades Descentralizadas - Eficácia
PREPARAÇÃO DO EVENTO	PROCESSO: Organização - Planejamento - Gerência - <i>Marketing</i> Comercial	PROCESSO: Planejamento (Grupo-Alvo, Continuidade por Sequência de Eventos, Levantamento de Local, Levantamento de Deslocamento, Consulta de Clientela etc.) - Organização (Ensaio do Evento, Adaptação do Local, Adaptação da Atividade, Tarefas Alternativas, Mobilização do Grupo, Divulgação Local, Publicidade, Treinamento de Agentes etc.) - <i>Marketing</i> Social - Eficiência

A Rede

A organização complementa a base operacional do lazer ao longo do desenvolvimento de pessoas com atividades. Em termos do Esporte para Todos, contudo, a expressão "organização" está bastante vinculada à idéia de campanha, uma vez que nos estágios pioneiros e em algumas iniciativas atuais predomina o sentido de comunicação e mobilização.

Do ponto de vista de *marketing*, as campanhas de Esporte para Todos não eram inovativas, mas em referência ao Esporte *stricto sensu* uma via revolucionária foi realmente criada. Basicamente, uma campanha agrega objetivos e mensagens, relativamente a grupos-alvo e cobertura por meios de comunicação de massa (mídia). Para os propósitos do "novo Esporte", as mensagens tentam informar e motivar participantes para a prática de atividades físicas simplificadas, visando a melhoria da saúde e o desenvolvimento social. Por outro lado, o papel seletivo do esporte tradicional é minimizado enquanto novas versões de jogos, exercícios e competições ampliam o acesso à diversidade natural das pessoas.

No Brasil, o estilo campanha foi seguido pelas duas iniciativas de âmbito nacional ocorridas nos anos 70. Como foi claramente observado, houve resultados bem-sucedidos na comunicação mas efeitos duvidosos apareceram na dimensão social. Portanto, o modelo de campanha foi substituído por uma focalização prioritária sobre a comunidade, seguindo uma metodologia multifária que se adaptava à diversidade segundo preferências e disponibilidades. A diversidade de ações foi progressivamente aceita como capaz de lastrear o desenvolvimento do Esporte para Todos se pudesse agregar promoções de natureza formal e não-formal, derivadas de promotores e instituições de diversas especializações, fossem governamentais ou privadas. De fato, a eficácia desta abordagem foi uma descoberta, um resultado de ensaio e erro, descrito

em outros estudos²⁶ mas agora interpretado como uma combinação abrangente de iniciativas descentralizadas. Esta ocorrência reforçaria, por outro lado, a proposta de "teias de aprendizagem", de Ivan Illich, encontrada na sua clássica proposição de sociedade sem escolas.

O esforço de integração, neste caso particular, implicou na redução do perfil da organização líder, de maneira a enfatizar a autonomia de pessoas e instituições, tanto quanto no entendimento da eficácia como um resultado global, uma soma de muitas partes independentes e não em relação a um único empreendimento. Certamente, este estilo de gerência possui ganhos e perdas de acordo com diferentes envolvimento do Esporte para Todos e mesmo com as atividades de lazer no seu todo, sugerindo uma apreciação analítica e comparativa.

Provavelmente, a experiência brasileira vale ser observada, na medida que se orientou para a integração desde 1979, quando reuniu num grupo coerente partes das campanhas prévias, programas ocasionais, ações isoladas e um movimento reformador da Educação Física. Esta coerência assumiu uma denominação explícita de "rede" no início de 1982, após o Governo Federal decidir que financiaria um sistema de informação para o Esporte para Todos. Em resumo, os fundamentos empíricos desta pioneira experiência da "Rede Esporte para Todos" são os que se seguem de acordo com interpretações *post factum*.

Agentes

Como enfatizamos na análise do modelo FIN, os agentes constituem a base estrutural do Esporte para Todos. No concernente à rede, eles representam os essenciais pontos de decisão, descentralizados e autônomos, mobilizando participantes locais para atividades, apropriadamente adaptadas a condições geográficas e demográficas, com simultâneo respeito às tradições culturais. Como mediadores, eles motivam comunidades locais para atividades, de modo tão eficiente quanto as instituições.

Estes pressupostos têm sido comprovados por trabalhos em comunidades em que os agentes se destacam por identificar o ritmo peculiar de cada grupo na aceitação e na prática de atividades físicas, distintas de esportes e jogos tradicionais. Eles são ainda a melhor alternativa para adaptar equipamentos e instalações usando tecnologia apropriada. Neste contexto, supõe-se que o baixo custo do Esporte para Todos é mais um resultado da criatividade das soluções locais do que uma implementação gerencial de objetivos.

O caso brasileiro confirma estas assertivas por ampla constatação empírica descentralizada e por sobreviver na contradição com interesses centralizadores da burocracia governamental e de instituições privadas de orientação comercial. Se os agentes fossem vinculados a um poder central, os custos seriam equivalentes a outras soluções formais mais eficientes e de maior visibilidade publicitária, criando um processo de auto-eliminação progressiva ou de sincretismo.

Especialmente no caso da área rural houve comprovações destes posicionamentos empíricos tendo em vista as grandes distâncias e a desconcentração populacional, que aumenta custos de projetos esportivos, tornando os altamente questionáveis. Contudo, o caso de maior sucesso no período 1983/1984 da rede brasileira, ora em apreciação, foi o do Esporte para Todos Rural do Estado do Rio de Grande do Sul, que envolveu cerca de 200 municípios com 400 agentes treinados, num projeto patrocinado pela Secretaria de Agricultura estadual. Os resultados bastante relevantes foram creditados às ações independentes dos agentes. Esta foi a principal razão de localizar a Primeira Conferência Pan-americana de Esporte para Todos (novembro, 1984) na região em pauta (cidade de Gramado), dando acesso à observação por parte de seis países participantes e da UNESCO e da OEA, como também elegendo o agente como centro de atenções da representação brasileira.

Outro aspecto digno de atenção, quanto às possibilidades peculiares do agente, relaciona-se à capacidade dele ou dela na integração de atividades não-formais esportivas com os necessários suportes. Poucas organizações de decisões centralizadas são capazes de gerir funções locais de intermediação, em vista do natural isolamento defensivo das grandes instituições modernas e da competição que se instala entre componentes organizacionais de qualquer sistema formal. Nestas condições, o agente pode ser solução integrativa, sendo, além disso, uma fonte geradora e receptadora de informações, e, quando envolvido em lides acadêmicas, um produtor da teoria mais próxima da realidade. No todo, estas características indicam um potencial de desenvolvimento de atividades autoconduzidas que pode contornar a tradicional repetição de fórmulas e padrões preestabelecidos.

Do lado das limitações do agente, a mais destacada refere-se ao natural desvio dos objetivos, quando propostos por organizações ou pessoas externas ao ambiente local. Contraditoriamente, se assumirmos o ângulo de observação dos propositores originais, quanto mais autônomos se fazem o agente e a comunidade, menores se apresentam as garantias de uma convergência de propósitos. A despeito desta tendência, o resultado final, quando há crescente independência local, mostra-se mais realístico, voltando-se para necessidades e desejos das bases. Isto tem sido observado ao longo da experiência brasileira, em que as mudanças têm sido constantes na busca de adaptação às influências que chegam dos níveis intermediários e locais, ao contrário de exemplos internacionais do Esporte para Todos, que cultivam uma evolução ordenada. Em razão deste fato, a *Rede Esporte para Todos apenas lida com associação e não com filiações, evitando vinculações formais, regras, normas e controles*. A coordenação, neste contexto organizacional, é mais resultado de acordos, geralmente surgidos da identificação de tendências majoritárias de opinião. Estas, por seu turno, são obtidas pelos incentivos à circulação de informações, abrindo-se amplo acesso à mídia da rede ou pela realização de encontros, seminários, congressos etc. Embora imperfeita como definição técnica, esta proposição tem sido divulgada por meio da denominação *coordenação através da informação*.

Dentro desses limites, a estrutura em rede não é capacitada a dar respostas rápidas e eficientes no trato com mudanças ambientais, conforme a expectativa do *marketing* e dos gerentes dos modernos empreendimentos capitalistas. Mas a "fraqueza" do todo é compensada pela força das partes, característica importante quando diante de problemas de limitação de fundos, instalações, equipamentos e da diversidade do ambiente natural, estrutura social, religião, padrão de vida econômica etc.

Em conclusão, a atuação do agente em rede, ao se enfrentar a polêmica das atividades de lazer em geral, e do Esporte para Todos em particular, a respeito da motivação, participação, criatividade, comunicação, recursos e adaptação aos ambientes social e natural, desfocaliza a problemática das grandes organizações centralizadoras. No essencial, a ênfase sobre o trabalho e as decisões locais dos agentes *transformam os problemas operacionais em cursos normais de atuação*.

O Esporte para Todos brasileiro, em vista dessa relatividade de ponto de vista entre o centro e a periferia, buscou novos papéis para o agente. Enquanto progredia o movimento, diferentes segmentos de agentes foram identificados, sugerindo abordagens diversificadas para o treinamento, informação e encontros técnicos. Além do agente local — voluntário, semiprofissional ou profissional, independente ou vinculado a instituições locais ou externas — apareceram agentes *acadêmicos* (geralmente professores de Educação Física) e agentes *estaduais* (servidores públicos encarregados da circulação de informações e do treinamento ao nível dos Estados e Territórios brasileiros). Estes diferentes papéis de atuação regularam a produção de mídia da Rede Esporte para Todos e a avaliação das ações. Desde que a comunidade constitui a prioridade maior, um controle social sobre o EPT é recomendado, e isto tem ocorrido pela crítica, e pelas contribuições dos agentes distanciados do nível local, ainda que de modo imperfeito e fragmentado.

Tal perfil para o agente *diferenciado* aparenta ser inovativo, em relação aos modelos conhecidos, inclusive da área de saúde, geralmente atuante nos países e regiões em desenvolvimento. Nestes termos, a partir de 1985, a Rede procurou incentivar o intercâmbio entre agentes nos âmbitos nacional e internacional, visando aperfeiçoamento técnico (vide "Catálogo de Agentes e de Publicações para Cooperação Técnica Nacional e Internacional", 1985, Rede EPT, edição português/inglês).

Informação

Considerando o papel peculiar do agente dentro da estrutura rede, o treinamento é certamente uma função-chave à vista da produção e circulação de informações. Seguindo a referência normal da tarefa prevista e conteúdo instrucional, os materiais e métodos de treinamento basear-se-iam nos cursos comuns de ações. Contudo, a diversidade local transforma esta alternativa em condição irrealista. Por isso, a Rede experimental brasileira optou pela comunicação ampla de soluções criativas vindas de diversos casos, como menciona-

do antes na análise do modelo FIN. Esta abordagem indireta para promoção de atividades é observada correntemente para encorajar adaptações e criatividades locais. Sendo ainda um instrumento de motivação, esta opção apresenta um envolvimento de compromisso para o desenvolvimento do trabalho dele ou dela, como também um intercâmbio induzido de resultados e de conhecimento técnico.

O sentido voluntário das iniciativas dos agentes – incluindo outrossim profissionais e semiprofissionais que conseguem trabalhar com alguma autonomia – implica num importante efeito de rotatividade, solicitando continuidade no treinamento e na informação de modo a criar um fluxo permanente de agentes. Para o Brasil, a capacidade estimada de treinamento da Rede é de aproximadamente 5.000 agentes locais por ano.

Quanto aos outros segmentos, houve cerca de 200 agentes acadêmicos estáveis (vide “Catálogo” citado), 100 agentes estaduais (incluindo equipes de 29 Estados e Territórios) e em torno de 2.000 adesões transitórias, compreendendo estudantes de nível superior e professores de Educação Física, e profissionais de várias especializações. Estas estimativas conformaram-se em face da participação de 1.200 pessoas no Congresso Nacional de Esporte para Todos, em 1982 (Curitiba, Estado do Paraná), 2.800, em 1984 (Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais), e 1.050 em 1986 (Campo Grande, Mato Grosso do Sul). Mais recentemente foram criados cursos de pós-graduação *lato sensu* em Educação Física não-formal nas Universidades de Santa Maria (Rio Grande do Sul), Federal de Pernambuco e Federal de Mato Grosso do Sul, indicando uma tendência ao crescimento de agentes acadêmicos estáveis.

Para este nível de agentes de mudança na área acadêmica, o treinamento foi interpretado como intercâmbio de informações. Esta proposição emergiu naturalmente com a circulação da revista “Comunidade Esportiva” desde 1980, circulando inicialmente com 20 mil cópias, e depois de 1983 – já como mídia da Rede e edição de 5 mil exemplares – publicando artigos técnicos.

Com a eleição do Rádio como suporte à circulação de informações da Rede no início de 1982 – programação semanal em rede nacional, oferecida às 1.600 estações existentes no país –, a segmentação dos agentes consolidou-se como se segue:

- (a) Agentes Locais – comunicação via boletim ou jornal estadual, brochuras de treinamento e transcrição local de programas de rádio;
- (b) Agentes Acadêmicos – revista “Comunidade Esportiva”, outras publicações técnicas e fitas K-7;
- (c) Agentes Estaduais – (a) e (b) com a adição do “Boletim da Rede EPT”, relatório dirigido da Central de Difusão da Rede (Rio de Janeiro), contactando os Agentes Estaduais através de troca de informações.

Dentro desta orientação, a Rede converteu-se numa estrutura de cooperação, atuando numa perspectiva nacional com o objetivo de intercambiar informações para interesses mútuos e realizações. Esquemáticamente, a Figura 5 representa a Rede Esporte para Todos brasileira, na configuração atual,

no concernente às relações básicas entre agentes e mídia. A partir deste núcleo central de conexão, diferentes níveis se sobrepõem nas caracterizações que se seguem nas próximas seções deste trabalho.

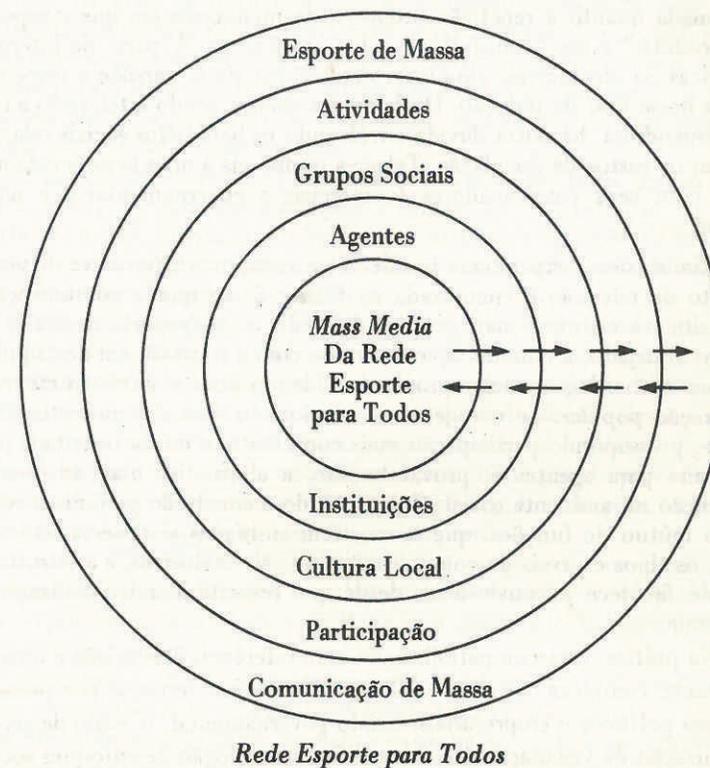


Figura 5

Mídia

Comparativamente às principais e tradicionais campanhas de Esporte para Todos, a abordagem em rede reverte a tendência de ênfase no público geral e seus segmentos (para promoções locais ou de grupos) como alvo de atingimento pela mídia. Em outras palavras, a racionalização de *marketing* dá lugar à lógica da comunidade e à proposição do “novo Esporte”. A televisão, neste caso particular, aparece como o foco central da discussão, uma vez que ela representa o estímulo inovativo do Esporte para Todos, conforme antevisto pelos pioneiros.

A televisão, certamente, é o mais importante meio de comunicação da atualidade, mas sua adequação é voltada para eventos e interesses de massa, exceto nos casos de estações comunitárias. Comercial ou não, o uso da televisão implica em duas interrogações precípuas com relação ao Esporte para Todos: mensagem e custos. No primeiro tópico há uma propriedade a ser questionada quanto à repetição intensiva de mensagens em que o esporte é um “produto” a ser “consumido” pelos praticantes. À parte de interpretações éticas ou ideológicas, uma incerteza técnica ainda persiste a respeito da eficácia desse tipo de indução. Do lado dos custos, sendo a televisão a mídia mais dispendiosa, há outra dúvida envolvendo os benefícios sociais relacionados com os gastos de veiculação. Talvez a mídia seja a mais beneficiada juntamente com seus patrocinadores (comerciais e governamentais), e não os usuários.

Ainda com a experiência brasileira em vista, uma alternativa de posicionamento da televisão é encontrada na Figura 5, na qual a comunicação de massa situa-se no nível mais exterior da Rede. Se o “esporte de massa” é o objetivo almejado, a comunicação de massa com a televisão em destaque aparenta ser a abordagem mais apropriada, lidando com o *entretenimento e a mobilização popular*. Se o objetivo é relacionado com a democratização do Esporte, pressupondo participação mais consciente, a mídia orientada prioritariamente para agentes é, provavelmente, a alternativa mais adequada de intervenção no ambiente social. Considerando a conclusão preliminar sobre o reforço mútuo de funções, que se mostram ambíguas se observadas isoladamente, os tipos e níveis de comunicação não são exclusivos, e a estruturação em rede favorece a convivência, desde que respeite a individualização e a autonomia.

Na prática, esta compatibilização com referência à televisão é uma tarefa bastante complexa. Se comercial, esta mídia caracteriza-se por pressões e interesses políticos e empresariais. Sendo governamental, o estilo de gerência e organização da veiculação televisiva dificulta a adoção de enfoques sociais e comunitários — num contexto que privilegia o entretenimento e as técnicas de comunicação de massa.

Em resumo, a televisão ajusta-se naturalmente à promoção de eventos numa abrangência tal, que minimiza a cultura local. Nestes termos, a formação de grupos sociais torna-se o ponto de equilíbrio entre a mídia especializada (para agentes, por exemplo) e a não-especializada, orientada para o público geral e seus segmentos, quando lidamos com o modelo rede de organização. A Figura 5 sugere esta solução e realça o inter-relacionamento dos diferentes níveis intermediários. Assim, a importância dos elementos constituintes da Rede decresce do centro para a periferia da configuração, enquanto os significados de próprio e adequado aparecem nas partes desta estrutura não-hierárquica.

Coordenação

A concepção indicada pela Figura 5 tem também sua adequação estabelecida por pares de guias para ações de coordenação. Isto porque lidamos com extremos de um mesmo *continuum* formador de cada par, estabelecido com base na idéia de reforço mútuo de elementos ambíguos. Isto acontece com mais evidência com o nível mais próximo do núcleo central, referido ao *continuum* agente-instituição. Embora o primeiro elemento seja mais importante para a Rede, ambos devem ser observados igualmente, uma vez que exclusões numa organização de cooperação aparecem com significados de deficiência gerencial e desintegração.

A mesma interpretação pode guiar a formação dos pares grupos sociais/cultura local, participação/atividades e meios de comunicação de massa/esporte de massa. Portanto, o objetivo proposto de renovação da prática esportiva e seus conceitos fundamentais aparece agora sob forma de *integração* como instrumento gerencial prioritário.

Outra razão importante para a definição de pares de referência numa perspectiva de *continuum* reside na fraqueza e instabilidade dos compromissos de uma rede de relações não-hierárquicas, como resultado típico de descentralização e autonomia. Tomando-se o exemplo do *continuum* agente-instituição, da experiência brasileira, sempre houve um mínimo de garantias de ações, quando as fontes centrais emitiram orientação de procedimentos. Isto tem sido mais freqüente no lidar com regiões pobres do país, talvez refletindo reações históricas do tipo centro *versus* periferia.

Por este motivo, após 1979 a função *gerência* (direção, condução, orientação etc.) foi entendida como coordenação, e mais tarde, em 1982, o conceito foi explicitamente adotado pela Rede com significado de busca permanente de posições comuns.

Neste caso, a Rede relaciona-se com instituições, prioritariamente, através dos agentes locais do movimento Esporte para Todos, como desdobramento das dificuldades iniciais do modelo campanha no contato com níveis superiores das organizações. Este tipo de intermediação tem-se mostrado valioso, no relativo às articulações com órgãos governamentais, particularmente faculdades de Educação Física.

A coordenação induzida pela informação e não ordenada pela decisão administrativa tem sido desenvolvida por métodos antigos de trabalho. Um exemplo é a divulgação de iniciativas bem-sucedidas, os chamados “casos-demonstração”. Isto é particularmente eficaz no que concerne a municipalidade de tamanho médio, áreas rurais e empresas, cujas realizações proeminentes e estáveis são enfatizadas pela mídia da Rede. Orientação similar é adotada com os feitos exemplares dos agentes, basicamente quando Rádio e Jornais são os meios de veiculação. Um ensaio deste método é utilizado nos Congressos nacionais, em que “agentes” moderadores mobilizam participantes em “comunidades” e em “rede”, inclusive usando transmissão de Rádio, internamente na área do evento²⁷. Na essência, estes procedimentos representam a antiga proposição da “educação pelo exemplo”.

Participação e Custos

Uma importante conseqüência das responsabilidades compartilhadas no desenvolvimento do Esporte para Todos é o baixo custo do gerenciamento. No caso brasileiro do modelo-sede, a Central de Difusão localizada no Rio de Janeiro funcionou com 4 pessoas no setor de publicações, 4 profissionais em tempo parcial no Rádio, uma secretária e um coordenador. Esta equipe demonstrou capacidade de processar 650 matérias de comunicação por ano, além de pequenas notícias, realimentando as fontes primárias (agentes e instituições) com formatos adaptados à mídia própria da Rede, e respeitando os conteúdos originais.

O trabalho desta equipe traduziu o auxílio direto do Governo Federal ao Esporte para Todos, suplementando transferências de recursos para os Estados e Territórios que envolvem atividades de Educação Física, Esportes e Recreação, ou seja, o apoio indireto para o específico das atividades não-formais que se encontram fragmentadas entre os programas formais. Nos pontos terminais, este fluxo de recursos chega bastante minimizado ou simplesmente desaparece, fazendo com que o Esporte para Todos, quando ocorre, seja realmente produto de ações locais e de indução externa. Partindo-se daí, algumas recomendações importantes são freqüentemente introduzidas na mídia da rede:

(I) As iniciativas locais não são obrigadas ao uso de denominações, símbolos, princípios, modelos etc., originados de organizações centrais;

(II) Os participantes não devem ser pressionados para conhecer o Esporte para Todos ou para aderir às suas atividades;

(III) A configuração e a operação da Rede são irrelevantes para os participantes, agentes, comunidades e instituições, uma vez que estes veiculam-se mais a exemplos ou a exposição de necessidades;

(IV) Os compromissos de agentes e instituições são voluntariamente determinados por valores locais e inter-relacionamentos, dando-se menor importância a contatos e a demandas de organizações externas;

(V) A Rede Esporte para Todos é explicada nas suas partes ou no seu todo pela busca de soluções inventivas e modestas, sempre na expectativa de mudanças no longo prazo.

Avaliação e Pesquisa

A avaliação participativa é uma alternativa válida para o contexto de funcionamento da Rede. Tal proposição apóia-se na experiência brasileira da fase de campanha nos anos 70, quando a comunidade e os agentes já eram observados como proponentes ativos ao invés de participantes passivos. Porém as limitações deste método, sob o ponto de vista técnico, recomendam sua adoção de forma progressiva²⁸.

Como o sentido compartilhado inicial da avaliação ainda permanece válido, a observação dos resultados deverá evoluir por meio de levantamentos

tradicionais e da evolução epistemológica do Esporte e da Educação Física, como também da taxionomia de suas atividades e de outras técnicas. Para que isto ocorra, a avaliação, em particular, e a pesquisa, de um modo geral, devem progredir ao longo da evolução da prática, o que tem necessitado, no caso brasileiro, de paciente construção de apoio e de estímulo. A revista "Comunidade Esportiva", nestas condições, apresentou-se como um passo fundamental: depois de cinco anos de circulação e dois de especialização técnico-científica, o desejável fluxo de trabalhos de avaliação e pesquisa ganhou estabilidade. Mas ainda há uma importante carência nestas áreas, a ser eliminada.

Outro desafio da investigação científica está acontecendo no plano internacional das atividades não-formais esportivas, conforme se conclui de relatório sobre as tendências correntes da pesquisa nesta área, desenvolvido por Wolanska²⁹. Os temas, em particular, parecem ser pertinentes aos modelos de campanha e da comunidade, pela focalização de problemas da vida sedentária, potencialidades físicas e prevenção de acidentes, e pela abordagem da diferenciação de idade, sexo, experiências passadas etc.; de variáveis sócio-culturais da participação nas atividades; de orçamento de tempo, estilo de vida e prática esportiva em relação às atitudes dos grupos sociais, tanto na adesão como no abandono de atividades; da diversidade social da população etc. Provavelmente, estes interesses convergentes da investigação poderão facilitar a cooperação futura entre pesquisadores, organizações e países.

Ao enfatizarmos os problemas de viabilidade da cooperação e da pesquisa, entretanto, encontraremos certamente dificuldades com os dados quantitativos, se o modelo rede for o adotado. Sendo este uma configuração de elementos descentralizados e autônomos, a coleta e o processamento de informações é uma responsabilidade inerente aos associados da rede, sem a obrigação estrita de remessa aos níveis centrais. Revertendo-se esta interpretação, os agentes e instituições participantes serão submetidos ao controle, na acepção administrativa tradicional. Daí a rede tornar-se-á uma organização hierarquizada, pelo menos nos países e regiões em que o controle — agora no seu sentido mais amplo — tem importância política decisiva ou existe competição comercial de vulto.

O caso brasileiro é significativo nesta circunstância de coleta de dados por organizações centrais de qualquer tipo, em razão de tradicional reação negativa dos fornecedores periféricos e de freqüentemente surgirem desvios nos informes liberados *vis-à-vis* peculiaridades das fontes originais. Por isso, a Rede Esporte para Todos no Brasil adotou o preceito de solicitar aos associados apenas número de agentes submetidos a treinamento e municipalidades envolvidas em alguma forma de atividades não-formais (em 1985, os totais eram de 10.685 agentes locais e 1.855 municípios — 46% dos existentes no país). Este procedimento minimizador foi suficiente para atender a necessidade de justificar custos em relação a resultados, por parte da burocracia estatal, como também tem servido para solicitar o desenvolvimento local de avaliações, em primeira instância, e pesquisas, num estágio mais avançado.

Certamente esta orientação não se refere ao tradicional desenvolvimento científico, que depende em grande parte de dados controlados, mas parece ser a abordagem correta para localizar responsabilidades individuais e das organizações. Um simples exame da produção descentralizada de trabalhos para a revista "Comunidade Esportiva" na sua última fase técnica confirma tal concepção.

Teoria e Prática

Em termos teóricos, a estrutura descrita para a rede consiste numa abordagem de sistema aberto para o Esporte para Todos nas suas dimensões de organização e gerência, que representam propósitos de *intercâmbio, autogoverno e autoconfiguração*. Tecnicamente, este tipo de organização é já conhecido por suas limitações e vantagens. A natural cooperação entre participantes da rede, por exemplo, constitui uma característica frequentemente relevada por diversos autores³⁰, do mesmo modo que a dificuldade na coordenação e no controle é uma deficiência crítica para esta espécie de organização³¹.

No âmbito esportivo, esta solução é aparentemente inédita como um sistema de compatibilização, isto é, como uma estrutura capaz de relacionar-se com a diversidade. Além do caso brasileiro, há um outro experimento com abordagem similar: a Rede "Participation", do Movimento Canadense para Forma Física, que progride sob forma associativa desde 1984, também atuando na área do Esporte para Todos. Como no exemplo prévio brasileiro, a rede canadense originou-se de uma estrutura de campanha, sendo agora um sistema de filiações pagas (revistas, brochuras, livros etc.), ao contrário da primeira, que propõe a livre associação. De comum a ambas, a informação como suporte básico é o aspecto mais notório da funcionalidade, destacando-se entre outras semelhanças e diferenças³².

*Numa síntese final, a rede é uma solução acumulativa, explicando a origem e a evolução das experiências brasileira e canadense. Este fato amplia nossa conjectura inicial a respeito das possibilidades desta estrutura, tornando-se capaz agregar o "novo Esporte" às suas versões anteriores, ou a Educação Física à Recreação, ou todas estas práticas ao lazer, última e mais importante categoria da teoria e prática das atividades físicas. Como estas passam por uma fase de transição, outros estudos são necessários para confirmar as hipóteses de integração aqui apresentadas. Enquanto isto se processa, podemos consolidar as concepções básicas da alternativa rede, como se segue:

- (a) Autonomia de participantes, agentes e instituições;
- (b) Objetivos, avaliação e dados quantitativos mutuamente estabelecidos e compartilhados;
- (c) Mídia de orientação prioritária para agentes e instituições, eventualmente complementada por veiculação de massa;
- (d) Descentralização de ações, respeitando a cultura local e com participação majoritária da comunidade;
- (e) Coordenação através da informação;
- (f) Produção local de informações com ampla distribuição pela mídia

- (g) orientada para agentes e instituições;
- (g) Treinamento dos agentes objetivando decisões e trabalho autônomo, criatividade, desenvolvimento técnico, capacidade de crítica, motivação e mobilização;
- (h) Associação voluntária sem filiação formal ou compromissos;
- (i) Orientação por intercâmbio, auto-regulação e autoconfiguração;
- (j) Uso descentralizado de denominações, símbolos e normas, sem obrigações de conhecimento das operações por parte dos participantes;
- (k) Ausência de controles, inclusive resultados e dados;
- (l) Integração e renovação de diversas organizações e práticas.

Ações Futuras

Ao longo desta análise, pretendemos interpretar experiências por meio de novas vias, para o conhecimento dos Esportes, Educação Física e Recreação, com adicional aporte de uma nova classificação para as atividades físicas. Entretanto, uma simples revisão de recentes declarações de importantes organizações e congressos internacionais sobre o assunto em pauta mostra posições e intenções correspondentes.

Tomando-se, por exemplo, as recomendações da UNESCO para seus Estados-membros em 1983 — referidas na Carta Internacional de Educação Física de 1976 e aprovadas por 65 nações e 22 agências internacionais —, observa-se uma estrita conexão entre as proposições estabelecidas para o futuro, usando-se instalações e equipamentos de baixo custo, atividades centradas na comunidade e tecnologia apropriada³³, e a evolução do Esporte para Todos no Brasil a partir de 1977. Outro exemplo relevante situa-se no Congresso Científico Olímpico de 1984 (Eugène, Oregon, EUA), em que a maioria das contribuições sobre esportes e áreas afins relacionaram-se a revisões conceituais e novas abordagens, além de fisiologia, psicologia e treinamento³⁴.

Diante desta nítida convergência, o processo de mudança pode ser acelerado por meio de cooperação tanto nacional como internacional. Em resumo, isto foi o que ocorreu no caso da Rede Esporte para Todos brasileira, e provavelmente o que deve estar acontecendo em outras encorajadoras experiências de grande porte envolvendo a renovação das atividades de lazer, aqui entendidas como síntese da integração das várias versões do movimento humano, além de outras de natureza diversificada.

Em última instância, as ações futuras podem ter como base uma das recomendações finais da Conferência Pan-americana de Esporte para Todos, realizada em 1984³⁵: "Esta primeira Conferência reconhece o Esporte como um meio, em lugar de um fim, em si mesmo; um meio capacitado a prover saúde e educação para o povo, como também a integrar indivíduos e países como protagonistas de seu próprio processo de desenvolvimento".

¹No Congresso Científico Olímpico de 1984, dos 1.054 trabalhos apresentados, houve 21 áreas interdisciplinares relacionadas com o Esporte. A maior concentração incidiu so-

bre "medicina esportiva", com 155 contribuições (14,8%), enquanto "genética", no limiar mínimo, teve 11 trabalhos (1,04%). De acordo com Tubino, M.J.G. - "As Tendências Internacionais da Pesquisa em Educação Física", Kinesis, dez. 1984, págs. 157-176, Santa Maria (RS) - esta diversidade representa uma clara tendência da moderna pesquisa do Esporte.

²O termo "paradigma" é aqui usado seguindo a clássica proposição de Kuhn, T.S. - "The Structure of Scientific Revolutions", The University of Chicago Press, 1962.

³Cf. Pereira da Costa, L. - "The Uniqueness of Non-Formal Sports in Different Countries and Regions", International Symposium on Sport for Everyone Proceedings, University of Illinois, Champaign, 1985, págs. 16-17.

⁴Cf. McIntosh, P. - "Sport for All Programmes Throughout the World", CIEPS-UNESCO, 1980, págs. 8-11.

⁵Cf. Pereira da Costa, L. - "La Motivation dans les Programmes - Brésil", 1977, Conference Internationale Sporte pour Tous, Comité National Olympique of Sportif Français, Paris, 1977, págs. 34-36.

⁶Cf. Pereira da Costa, L. - "Setenta Anos de Esporte para Todos no Brasil", Rede EPT - Petrobrás, 1984. Esta brochura patrocinada comercialmente apresenta a história do Esporte Não-formal no Brasil desde 1910.

⁷Cf. Pereira da Costa, L. - "Teoria e Prática do Esporte Comunitário e de Massa", Paulestra Editora, Rio de Janeiro, 1981, págs. 157-167.

⁸Cf. Hauge-Moe, P. - "Opening of Trim and Fitness Conference", Proceedings, SLS/ASS, Bern, 1981, pág. 8.

⁹Pereira da Costa, L. - Op. Cit., na nota nº 3, págs. 24-25.

¹⁰Cf. Cartão nº 101 de 1975, publicado pelo Centro de Informações do Esporte para Todos / Conselho da Europa, Bruxelas (vide "Appendix" do cartão, págs. 6-7).

¹¹Cf. McIntosh, P. e Charlton, V. - "The Impact of Sport for All Policy, 1966-1984 and a Way Forward", The Sports Council, London, 1985, pág. 193.

¹²De 1975 a 1985 houve vários estudos e levantamentos. O último foi "1985 Sport for All Campaigns", Sport Information Bulletin, nº 2, 1985, Bruxelas, págs. 40-69.

¹³Cf. Simri, U. - "Diversidade dos conceitos de Educação Física e sua influência sobre seus Objetivos", Rev. Bras. Ed. Física Desp., nº 40, jan./mar. 1979, Brasília (texto original em língua alemã).

¹⁴Cf. Conselho da Europa - "Sport for All Five Countries Report", Strasburg, 1970, pág. 7.

¹⁵Op. Cit. - na nota 10, pág. 1.

¹⁶Ibidem, págs. 1-2.

¹⁷Cf. Pereira da Costa, L. - "Once and for All, What is Sport for All", WLRA Journal, vol. XXVI, nº 4, July/August 1984, New York, págs. 16-19. Adicionou-se a expressão "socialmente justo" no final da última frase para melhor adequação e atualidade.

¹⁸Cf. UNESCO - "Terminologia de la Educación de Adultos", IBEDATA, Paris, 1979.

¹⁹Originalmente estes propósitos estavam conectados aos sistemas industriais de um modo geral, como analisa Alvin Toffler em "The Third Wave", Bantam Books, New York, 1981, págs. 46-60.

²⁰Cf. Pereira da Costa, L. and Cândido, P. - "Sport for All Campaign in Brazil", VI Trim and Fitness Congress Proceedings, Lisboa, 1979.

²¹Cf. Ribeiro, N., Takahashi, G., Pereira da Costa, L. - "Sport for All Movement in Brazil", VIII Trim and Fitness Seminar, Stockholm, 1983.

²²Cf. Pereira da Costa, L. - "Demarketing Campaigns and Improving Sport for All in Streets and Roads", VIII Trim and Fitness Seminar, Stockholm, 1983.

²³Pereira da Costa, L. - Op. Cit., na nota 7, pág. 15.

²⁴Cf. Dieckert, J. and Monteiro, F.D. - "Parque de Lazer e de Esporte para Todos", MEC-SEED, Brasília, 1983.

²⁵Cf. Comunidade Esportiva - "II Congresso Brasileiro de Esporte para Todos", nº 33, fev. 1985, Rio de Janeiro, págs. 10-11.

²⁶Cf. Pereira da Costa, L. - Op. Cit., na nota 22, págs. 108-128, seção "Trim in the Open Air".

²⁷Os dois Congressos nacionais estão relatados nos livros: "Teoria e Prática do Esporte para Todos - 1982/1983" e "II Congresso Brasileiro de Esporte para Todos - 1984", ambos publicados pela Secretaria de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação (SEED/MEC), Brasília.

²⁸Cf. Pereira da Costa, L., and Rocha, R.L., "Participative Evaluation in Non-Formal Sports of Mass Programs", Artus, nºs 9/11, 1981, Rio de Janeiro (edição bilíngüe português-inglês).

²⁹Cf. Wolanska, T. - "Tendências Corrientes en la Ciencia para el Deporte para Todos y sus Aplicaciones Práticas", Comunidade Esportiva, nº 33, fev. 1985, Rio de Janeiro.

³⁰Esta é a tese central de Axelrod, R., no seu livro "The Evolution of Cooperation", Basic Books, New York, 1984.

³¹Cf. Marcus, P.M. - "Redes Sociais e Organizacionais Complexas", Rev. Bras. de Adm. da Educação, vol. 2, nº 2, jul./dez., págs. 82-119, Porto Alegre.

³²Esta rede publica a revista trimestral "Members Maganize" e segue a denominação "Participation Network", Toronto, Canadá.

³³Cf. UNESCO, "Rapport Final - Troisieme Session - Comité Intergouvernemental pour l'Education Physique et le Sport", Ed. 83/Conf. 216/8, Paris, 22-29 mars 1983.

³⁴Op. Cit., na nota 1. As áreas diretamente conectadas com o Esporte totalizaram 45,27%, ao passo que 16 outras áreas indiretamente relacionadas foram assunto de 54,73% das contribuições apresentadas.

³⁵Cf. Comunidade Esportiva, "Primeira Conferência Pan-americana de Esporte para Todos - 1984", nº 31/32, ano IV, jul./out., 1984, págs. 23-24, Rio de Janeiro.

5. PESQUISA – ABORDAGEM METODOLÓGICA

A pesquisa na Educação Física e no Esporte tem seu marco inicial no surgimento, em 1919 na Dinamarca, do “Laboratório de Teoria da Ginástica”, dedicado à fisiologia do esforço. Esta opção de trabalho repetiu, naturalmente, o sentido pioneiro de outras áreas de conhecimento organizado que buscam respostas mais rápidas e supostamente eficazes por meio da investigação “quantificável”¹.

Esta tendência ainda persiste na atualidade, sendo vinculada em diversos países, inclusive no Brasil, à hipótese de consolidação do *status* da Educação Física e do Esporte – e freqüentemente incluindo a Recreação – como ciência, como também ao pressuposto de hegemonia das ciências biológicas em geral, e da Medicina Esportiva em particular, sobre as atividades físicas sistematizadas. O fato novo, no caso, refere-se à mudança de paradigma da Educação Física e de seus sucedâneos esportivos e recreativos, que, embora ainda não nitidamente delineado, tende a nivelar o conhecimento tradicional ao das ciências sociais, ou mesmo ceder-lhes primazia.

A crise paradigmática, a julgar pelo físico Fritjof Capra² e outros postuladores modernos da redução do mecanicismo newtoniano e instrumentalismo cartesiano – ainda exageradamente dominantes na ciência moderna – a suas dimensões apropriadas, não seria reconhecida apenas em algumas áreas científicas mas no cerne do conhecimento como um todo. Em outras palavras, a modernidade nas ciências estaria sendo entendida como uma busca de uma razão holística, uma forma de pensar globalizadora e integrativa.

O pensar *hic et nunc*, aqui e agora, não trataria de substituir ou destruir, mas de recontextualizar, diluir e delimitar a chamada razão instrumental, responsável simultaneamente pelo progresso atual do homem, por sua desumanização e pela destruição da natureza. Em específico para as ciências sociais é significativo citar uma recente síntese de Louis Sass³: “Há crescente insatisfação nestas áreas do saber, que resulta da percepção de que os velhos métodos e suposições estão conceitual e moralmente falidos e precisam ser substituídos por modelos mais sofisticados. Após tantas profecias malogradas, tanta pesquisa trivial e tão pouco progresso nos esforços para descobrir as “leis” do comportamento social, o refrão com que tipicamente terminam os estudos empíricos convencionais – “é necessário mais pesquisa” – está começando a perder seriedade”...

No discernimento de alguns filósofos do final do século passado, esta construção inadequada do conhecimento foi interpretada por antecipação por Wilhelm Dilthey, já em 1883 na Alemanha, como um problema de método⁴. Estabelecia-se, então, distinção entre métodos da ciência natural e métodos da

história como consistindo no contraste entre *explicação* e *compreensão*; o cientista explicaria um acontecimento em função de seus antecedentes causais, ao passo que o historiador procuraria compreender significados. Também desta diferença metodológica surgiria a dicotomia, ainda não resolvida em nossos dias, entre as ciências da natureza (*Naturwissenschaften*) e as ciências do espírito (*Geisteswissenschaften*), cuja expressão de domínio instrumental é interpretada pela famosa frase de Nietzsche⁵: “Não é a vitória da ciência que constitui um marco de distinção do século XIX, mas a vitória do método científico sobre a ciência.”

O sentido crítico da filosofia sobre a ciência continuaria nas primeiras décadas do atual século por meio de Husserl e Heidegger, partindo da Alemanha e influenciando todo o pensamento ocidental, opondo-se ao surto positivista do século anterior que reforçara a ciência iluminista e contaminara a filosofia. Neste estágio, já se denunciava o caráter reducionista da instrumentalização científica, a qual já se revelava predominantemente quantitativa, como também se identificava o papel central do método, onde se localizava o poder e a vulnerabilidade da ciência.

Nos anos 30 e 40, a escola de pensamento neomarxista de Frankfurt – proponente da “Teoria Crítica” que até hoje permeia por seus seguidores a filosofia, as artes, a política e as ciências sociais – abordou a questão da ciência não só pelo lado do método, mas explicitamente localizando-a na quantificação. Algumas declarações de membros destacados desta corrente filosófica, radicais em alguns casos, reafirmam as críticas antecessoras: “O positivismo adere ao ideal burguês da ausência da pressuposição, da pura teoria, em que a ausência de neutralidade ética ou o compromisso de assumir uma posição significa, a rigor, delinqüência” – Herbert Marcuse⁶; “A ciência necessita daqueles que a desobedecem” – Tehodor Adorno⁷; “O famoso *dictum* de Comte, *saber para prever*, significa trazer a natureza para o controle, quase uma interpretação tautológica. A Teoria Crítica não desafia este propósito, apenas refuta a exclusão do *controle* como valor” – Max Horkheimer⁸.

Theodor Adorno, em especial, denunciou a quantificação de fenômenos culturais nos anos 40 nos EUA, onde estava exilado. Para ele tratava-se de um caso típico de *reificação*⁹, característica de cultura de massa e definida pela metodologia científica como uma coisificação dos atributos, relações e ações humanas que passam a ter significado independente¹⁰. Uma interpretação mais generalizada deste fenômeno é encontrada na década anterior, emitida pelo eminente físico W. Heisenberg, em termos essencialmente científico¹¹: “O método já não pode separar-se do seu objeto.”

Posteriormente, nos anos 60 e 70, a crítica alcançou o atual estágio que centra suas atenções no aspecto epistemológico da questão. Por este caminho seguiram Michel Foucault, filósofo e historiador, e Pierre Bourdieu, antropólogo e sociólogo. Ambos consideraram a ciência social não como uma busca neutra da verdade, mas como “um sintoma da perversidade da consciência moderna”¹². Foucault, mais radical, releva a separação entre observador e observado que sobrevive no mundo moderno, em que os fracos são expostos e o

poder situa-se no olhar que os estuda, numa espécie de *panopticon*, o “cárcere” científico criado no século XVIII por Jeremy Bentham. Bourdieu, por seu turno, questiona a “objetividade” do conhecimento que transforma o observado em algo mais estático e abstrato do que a realidade e que se delimita em “leis”, isto é, criações intelectuais do observador¹³.

Posições extremas à parte, e configurado como central o problema da epistemologia nas ciências sociais, métodos de investigação qualitativa e de construção holística da realidade têm sido reabilitados, destacando-se a fenomenologia e a hermenêutica, que valorizam mais compreensão do que a explicação. Assim tem ocorrido na Antropologia, Sociologia, Ciência Política, Economia e, especialmente, na Psicanálise, em que a exaltação da ciência contrasta mais nitidamente com as deficiências de métodos e de *epistême*¹⁴. Outros métodos qualitativos de diferenciados propósitos, complementações e limitações – tais como etnografia, taxionomia, historiografia, estudo de caso, tipo ideal, dialética, pesquisa participante etc. – têm sido valorizados recentemente pelo espaço aberto por abordagens fenomenológicas e hermenêuticas. Uma visão comparativa e de conjunto desses métodos com os de natureza quantitativa segue no Quadro 1, produzido e adaptado de dados de M. Leininger¹⁵ e R. Parse *et alli*¹⁶.

Quadro 1

DOMÍNIOS	METODOLOGIA QUALITATIVA	METODOLOGIA QUANTITATIVA
Definição	<i>Qualidade</i> : natureza, essência, significado e atributos (o que é e como é); teleológico.	<i>Quantidade</i> : medição de coisa, objeto ou sujeito (quanto).
Foco de Pesquisa	Descrição, documentação e análise de padrões, valores, essências, visão do mundo, significado, crenças e atitudes. Totalidade de experiências em contextos naturais ou particulares.	Medição de variáveis controláveis ou manipuláveis por meio de métodos experimental ou quase-experimental (e outros métodos controlados). Relações causais mensuráveis.
Escopo	Geralmente amplo, holístico e compreensivo; visão do mundo. Inclui mais do que exclui fenômenos para conhecimento de aspectos da totalidade.	Particularização e focalização limitada e estreita. Controle. Exclui mais do que inclui.
Orientação	Orientada para processo e para fenômeno. Exploratória, comparativa, expansiva, inclusiva e descritiva. Geralmente indutiva e enfatizadora da visão local e micro.	Orientada para resultado e produto. Abordagem geral restrita e fechada. Reducionista e manipuladora de variáveis controladas. Dedutiva.

Foco do Estado	Participantes, informantes, protagonistas (<i>role takers</i>), respondentes e pessoas.	Objetos, sujeitos, casos, dados, números codificados e quantitativos.
Instrumentos para Investigação	Pesquisados como instrumento usando guias de observação, entrevistas abertas, participação direta, documentos, modelos abertos, guias, vivências historiadas, audiovisuais (interpretação), biografias, diários etc.	Questionários, levantamentos e instrumentos de obtenção de respostas de alta precisão. Computador.
Modos de Análise	Conteúdo, simbólico, estrutural, interacional, filosófico, etnográfico, semântico, histórico, inferencial, perceptual e reflexivo. Diversidade e criatividade para adequar o contexto aos propósitos da pesquisa. Abordagem qualitativa variada.	Métodos estatísticos vários. Repertório de dados preestabelecidos. Uso apenas do que foi coletado. Análises regressivas, experimentais e de <i>survey</i> . Uso de computador. Entradas e saídas.
Área do Problema	Grande quantidade de dados qualitativos para a análise.	Dados quantitativos definidos, controlados e selecionados para a análise.

Nesta última sinopse, baseada em levantamentos atualizados e estudos de casos sobre pesquisas realizadas, sobressai o sentido de complementação entre as interpretações qualitativa e quantitativa. Anteriormente, o predomínio do último método sobre o primeiro no exercício do ato científico, seguindo-se a paradigmas e *epistêmes* subordinados à razão instrumental, obscurecia esta íntima relação. Hoje é válido preconizar que a qualificação anteceda ou equipare-se à quantificação, sobretudo em investigações sociais. Um reforço a esta proposição é encontrado em Michel J. Thiollent¹⁷: “No estudo da metodologia das ciências sociais, em particular na pesquisa em educação, podemos distinguir uma pluralidade de enfoques que dão privilégio quer aos aspectos qualitativos, quer aos quantitativos. Do ponto de vista do ideal geral da ciência, pensamos que uma articulação dos dois tipos de aspectos é mais satisfatória. Mas, dependendo do assunto e da abrangência da observação, certas pesquisas são principalmente qualitativas (...). A nosso ver, a discussão qualidade *versus* quantidade corresponde muitas vezes a um problema malcolocado que no fundo está ligado às características dos pesquisadores e à rivalidade entre centros de pesquisas”.

No final deste estudo apresentamos o Caso nº 1, em que se aprecia resumidamente uma situação de diversidade de conceitos qualitativos que relativiza a quantificação, num determinado tema de pesquisa. Erros interpretativos à parte, este relato introduz as limitações de uso, bem como as distorções

criadas pela qualificação superficial ou apressada, destituída de *insight* e de reflexão, alienada das circunstâncias culturais das pessoas observadas.

Efetivamente, os métodos qualitativos são de aplicação mais complexa do que os quantitativos, embora os preconceitos e o elitismo equivocados do especialista em ciências naturais, ou *soi disant* “exatas”, enunciem opinião contrária. A desvantagem operativa da qualificação diante da quantificação reside na variedade de formas (conceitos) que interpretam o conteúdo pesquisado. Por sua vez, a quantificação define-se com um mínimo de formas (valores matemáticos), não revelando a plenitude do conteúdo. Assim, ambos os métodos mostram-se inversamente proporcionais na aplicação, gerando, no caso da qualificação, perversões da realidade, quando os pesquisadores carecem de ética profissional ou moral social, e, no quantificar, ilusões ou simulações de rigor e de exatidão.

Portanto, o problema da superação paradigmática e metodológica das ciências está devidamente encaminhado no contexto epistemológico, mas não no sentido operativo, ou seja, no nível da realização de pesquisas, principalmente as referidas ao âmbito social. O simples produzir de conhecimentos por intermediação de métodos quantitativos, ao se prosseguir a tendência predominante e atual, está resultando apenas em acúmulo de dados sobre aspectos particulares, cada vez mais fragmentados e incoerentes entre si e em relação ao todo.

Nesta situação típica encontram-se a Educação Física, a Recreação e o Esporte — unificados em alguns países sob uma única denominação, como “Esporte” ou “Cultura Física” —, que, entendidos como “ciência” ou “ciências”, vivenciam atividades ou proposições de pesquisa. Estas iniciativas, porém, estão diluindo-se progressivamente na multidisciplinaridade, como se constatou no Congresso Científico Olímpico de 1984¹⁸ — por naturais vinculações à Pedagogia, Biologia, Medicina Esportiva (com várias subespecialidades), Sociologia, Antropologia, Economia, Filosofia etc. —, e incorporaram o debate a evolução do sentido das ciências e, em particular, sobre a relatividade do uso de métodos quantitativos em face da emergência dos métodos qualitativos.

Quando da realização da “Convenção Mundial da Associação Internacional de Escolas Superiores de Educação Física — AIESEP”, sediada na Universidade de Heidelberg em 1986, houve possibilidade de aferir a penetração de tal tipo de discussão pela organização do *Workshop* “Pesquisa Qualitativa na Pedagogia do Esporte”¹⁹ e pela apresentação de vários trabalhos sobre o tema²⁰.

Em síntese, neste evento as posições mais destacadas foram:

- (a) Os paradigmas da pesquisa quantitativa *versus* qualitativa concernente ao Esporte estão se baseando no *status* presente deste tema no âmbito da Educação Geral;
- (b) A pesquisa quantitativa deve ser observada no contexto amplo da “lógica da pesquisa” (*Forschungslogik*), o que permitirá uma melhor compreensão crítica do uso desta metodologia;

- (c) O modelo de compreensão da pesquisa deve necessariamente incluir quatro elementos: Teoria da Ciência (*Wissenschaftstheorie*), métodos e projetos (*design*) de pesquisa, técnicas de coleta de dados e técnicas de análise de dados;
- (d) O pesquisador não deve ter sua atenção voltada para as contradições entre a qualificação e a quantificação, uma vez que tal discussão agrega situações comportamentais e posições tradicionais do histórico debate entre positivistas e não-positivistas;
- (e) Há evidências históricas de que as ciências sociais são debilitadas por concepções idealísticas, por operacionismos ao nível das variáveis dependentes e por “táticas” de medições que diferem dramaticamente das usadas pelas ciências naturais;
- (f) A “Teoria da Ação” — que analisa os fenômenos esportivos por “unidades naturais” de movimento — consiste num reducionismo como qualquer outro de pesquisa, e sua proposição de que está mais perto da realidade não pode ser testada. Há necessidade de fundamentação teórica mais consistente, em face a que não foi possível provar até o momento que difere dos métodos tradicionais.

Estas considerações, de um modo geral, sugerem um estado-da-arte orientado para a harmonização imperativa entre a qualificação e a quantificação quanto à operacionalização da pesquisa, mantendo-se a discussão epistemológica (conhecimento e paradigmas) na perspectiva da Teoria da Ciência. De qualquer modo, o debate sobre aplicação de diferentes metodologias está resultando na recuperação da observação qualitativa, subestimada pelos exageros de quantificação. Beneficiada por esta tendência encontra-se a “Educação Física Não-Escolar”, alternativa definida para as versões formais das atividades físicas sistematizadas e uma das expressões do conjunto não-formal (parcialmente institucionalizado) e informal (desinstitucionalizado) da denominação internacional “Esporte para Todos”. Sendo ainda muito mais empírica do que teórica, carente de conceitos que interpretem a prática, a atividade física não-formal necessita de desenvolvimento qualitativo, desde que seus fenômenos são naturalmente quantificáveis. Daí a temática atual das pesquisas do âmbito do “Esporte para Todos”, segundo avaliação internacional de Wolanska²¹: modelos de campanhas pró-exercícios e jogos, problemas da vida sedentária, potencialidades físicas (idosos, portadores de deficiências, não-atletas etc.), prevenção de acidentes, participação sócio-cultural, orçamento de tempo, estilo de vida, influência na prática das atitudes dos grupos sociais, diversidade social da população (idade, sexo, experiências passadas etc.), perfil de atividades etc.

Havendo um resgate tanto dos métodos qualitativos como das atividades não-formais — inclusive incorporadas no Brasil ao currículo de formação superior em Educação Física a partir de 1987 —, cabe-nos retomar os temas da fenomenologia e da hermenêutica, procedimentos qualificadores *par excellence*. Numa visão bastante geral, a fenomenologia aborda os fenômenos pela essência, colocando-os “entre parênteses” conforme a conhecida expres-

são de Husserl, indicando com isto que, numa primeira abordagem, alcança-se o acontecimento pela intuição, pela sua intimidade sem outras caracterizações. Portanto, procura-se *mostrar* o fenômeno e não *demonstrá-lo*, o que se materializa por descrições em lugar de análises e outros tipos de interpretação.

Por sua própria natureza, o uso da fenomenologia como método implica em desvios de procedimentos e deturpações. Mesmo com relação a seus princípios, há dúvidas que remontam às primeiras décadas do século presente. Considere-se, por exemplo, a opinião de Piaget²²: “O caráter notável da intuição filosófica, como a concebe Bergson ou Husserl, apesar das suas diferenças fundamentais, é de querer fundir num todo único o fato e a norma, em lugar de combiná-los de diversas maneiras como nas múltiplas variedades de disciplinas científicas (...). Tal é igualmente a sorte dos outros conceitos próprios ao intencionismo fenomenológico. Uma “essência” é ao mesmo tempo um conceito do sujeito e o núcleo fenomenal do objeto. Mas como saber se a essência é “verdadeira” sem examinar à parte a experiência do objeto (submetendo-a, bem entendido, à crítica epistemológica) e à parte a lógica da qual se serviu o sujeito para elaborar seu conceito?”

Distorções à margem, a fenomenologia tem-se apresentado como alternativa metodológica válida para situações de difícil, impraticável e prematuras quantificações, como ocorre freqüentemente em Sociologia, Psicologia, Filosofia etc. Por outro lado, o indiscutível caráter reducionista da ciência moderna — assumido explicitamente por metodólogos no nível operacional da pesquisa — tem criado espaço para reconhecimento fenomenológico, principalmente combinado com outros métodos. Por isso, Sartre e Merleau-Ponty, nos anos 40 e 50, ensaiaram combinar visões marxistas da realidade com a fenomenologia. Algo semelhante ocorreu com o estruturalismo nos anos 60.

Salientando-se a oposição aberta de muitos marxistas ortodoxos contra a fenomenologia — limita a práxis embora seja adaptável à dialética, além de supostamente nivelar o idealismo com o materialismo —, assiste-se na época atual a uma revalorização deste caminho de encontro com a realidade por meio da hermenêutica. Esta interpreta o *sentido* da essência, superando a “coisa em si” (expressão histórica de Husserl), sem abandoná-la e examinando descritivamente o interpretante diante do interpretado. Este procedimento tem expandido seu uso em razão da crescente tomada de consciência quanto à ideologização das pretensamente neutras análises científicas, destacando-se as da área social²³.

O Caso nº 2, encontrado adiante, descreve uma circunstância de deturpação da fenomenologia por interesses pessoais do pesquisador, ao passo que os Casos nºs 3 e 4 apresentam aplicações dos métodos da taxionomia e da pesquisa participativa, todos referidos ao âmbito da Educação Física e Esporte Não-formais. Estes casos resumidos são apresentados na perspectiva de avaliação da prática operacional diante dos fundamentos aqui apresentados em termos de atualidade, uso e perversões.

Configurando tais contrastes provocativos, permitimo-nos questionar finalmente, como o fez Paul Feyerabend²⁴, propositos do anarquismo episte-

mológico, se a saída para as exatidões despidas de conteúdo, tal como para as conceituações ideologizadas, não residiria numa *metodologia pluralista*, em que o cientista desenvolveria suas descobertas não por substituição de outras, mas por simples aperfeiçoamento acumulativo sem confrontações. E por que não cogitarmos da proposição de Karl Popper²⁵ — precursor revisionista da moderna lógica de pesquisa —, que encaminha o trabalho do cientista para a realização de testes de negação de suas próprias hipóteses, revertendo o sentido atual do esforço científico?

Afinal, não estaríamos buscando mais uma moralização da prática científica do que propriamente novos esquemas operacionais?

Caso nº 1

As dificuldades de linguagem e raciocínio apresentadas por crianças brasileiras residentes em favelas devem ser entendidas como um déficit de inteligência ou refletem o fracasso das práticas de ensino vigentes? Zélia Chiarottino, da Universidade de São Paulo, testou 39 crianças entre 7 e 8 anos, 25 de 9 e 10 anos e 21 de 11 e 12 anos, todas faveladas e cursando a 1ª série do Primeiro Grau, usando as provas de Piaget (compreensão da quantidade, tamanho e divisão do todo em partes). Conclusão da pesquisa: “Má interação das crianças com o meio prejudicando o desenvolvimento de sua capacidade de representação do mundo real”.

Maria Helena S. Patto (ver “A Criança Marginalizada para os Piagetianos Brasileiros: Deficientes ou não?”, Cadernos de Pesquisa — Fundação Carlos Chagas — 1984 — novembro) questionou o resultado, pondo em destaque a relação desigual entre pesquisador e pesquisado, ou seja, a inibição gerada pela escola e o pesquisador sobre as crianças mais empobrecidas.

Terezinha Carraher, da Universidade Federal de Pernambuco, testou com seus colaboradores 16 crianças da 3ª série do Primeiro Grau, obtendo 75% de acertos em problemas de adição expostos oralmente, assim como 68% em problemas apresentados por escrito. Ao passarem para a subtração, houve 62% de acertos na relação oral e somente 16,9% no plano da comunicação escrita. Defasagens similares foram verificadas na multiplicação e na divisão. Conclusão da pesquisa: as crianças faveladas utilizaram uma via intuitiva nas operações aritméticas — resultados positivos elevados —, o que não se repetiu quando usaram o método considerado adequado pela escola.

Conclusão final: as pesquisas são divergentes em seus resultados porque partem de conceitos diferentes, principalmente com relação à visão do mundo, quantificando fenômenos idênticos que admitem múltipla interpretação.

Caso nº 2

Em 1984, foi publicado o livro “Esporte para Todos: Um Discurso Ideológico” (ver em Katia Brandão Cavalcanti, Ibrasa, São Paulo), transcrito de uma dissertação de mestrado em que se propunha realizar uma abordagem fenomenológica do Esporte para Todos (EPT), na linha de Husserl, Heidegger

etc. Com este objetivo documentos internacionais e nacionais foram analisados, seguindo-se do estabelecimento de "referenciais teóricos através da revisão da literatura sobre fenômenos do esporte, do lazer e da educação permanente" e da "essência do discurso sobre o Esporte para Todos no Brasil" (págs. 22-23), por exame dos 15 primeiros números da revista "Comunidade Esportiva", publicados nos anos de 1980 e 1981.

O texto realmente apresenta uma interpretação crítica do esporte como reprodutor da sociedade industrial, principalmente a capitalista, e instrumento do aparelho estatal. Na mesma linha de denúncias, aprecia-se a Educação Permanente e o lazer, este último observado como "antilazer". Em todos estes casos, as ambigüidades e distorções apontadas foram transferidas para o Esporte Não-formal, sem qualquer esclarecimento sobre diferenças e especificidades. No caso da "análise" do discurso, trechos de artigos e do livro "Teoria e Prática do Esporte Comunitário e de Massa" (ver em Lamartine P. Costa, Palestra Editora, 1981, Rio de Janeiro) foram selecionados de forma fragmentária e montados de modo a "comprovar" as teses retiradas da literatura internacional.

Assim sendo, a fenomenologia introdutória da questão perverteu-se numa simples interpretação de partes do "discurso" dos propositores do EPT, ajustando-se a um modelo previamente estabelecido. A partir da página 83 são examinados os princípios do EPT, agora aplicando-se "categorias utilizadas por Moacir Gadotti para analisar o discurso sobre a educação permanente" (pág. 98): dissimulação das desigualdades sociais, nova religião, expressão da consciência tecnocrática, dependência sócio-cultural e despolitização da massa (págs. 98-106). Seguindo o critério de montagem anterior, o EPT, mais uma vez, conseguiu "preencher" todas estas caracterizações por modelagem da autora da dissertação, tornando-se, por exagero reducionista, mais uma conspiração do que uma proposta assumida de renovação da Educação Física e do Esporte (ver Lamartine P. Costa, op. cit., págs. 1-6). Fechando o circuito tautológico de interpretação da interpretação, armado pelo texto, destaque-se que os princípios criticados foram em sua maioria baseados em idéias defendidas pela própria mestrandia, inclusive co-autora do primeiro "Documento Básico da Campanha Esporte para Todos" de 1977.

Outra mistificação metodológica produzida pelo texto refere-se ao uso de categorias de abrangência ampla que praticamente incorporam qualquer iniciativa de promoção social, alternativa ou formal, tanto no regime capitalista como socialista, em que o Estado e outras instituições poderosas dirijam ou influenciem. Neste particular, o EPT mesmo propondo-se alternativo está arriscado a sofrer manipulações, do mesmo modo que atividades não-formais similares das áreas da saúde, agricultura, meio ambiente etc.

Desprezando o papel central da instrumentalização da atividade não-formal, e confundindo esta com o próprio agente instrumentalizador, a autora da dissertação induziu o EPT a uma reificação (conceito marxista com significado de variante da alienação), ou seja, incorporou no objeto a perversidade pressuposta para os agentes a ele relacionados.

Houve, portanto, uma ideologização do fenômeno, usando para isso uma acusação de "discurso ideológico", transformando a investigação numa condenação de si própria pelos artifícios utilizados.

Como conseqüência, as interpretações da mestrandia foram incorporadas pelos conservadores do Esporte, depositários da "moral" tradicional da competição (ver "O Esporte para Todos e o Direito de Crítica", Nelson Mello e Souza, Sprint, nº 5, set./out. 1984, págs. 237 a 239) e dos negócios esportivos, produzindo-se uma inesperada fusão de interesses ideológicos contraditórios e reforço à manutenção do *status quo*.

Caso nº 3

A construção da teoria sobre as atividades esportivas não-formais tem evoluído por reconhecimentos empíricos a partir de propostas emitidas por campanhas e outras iniciativas encontradas hoje em cerca de 50 países de diferentes regimes políticos e estágios de desenvolvimento (ver "Message Olympique" - Comité International Olympique, nº 16, Décembre 1986, Lausanne). No Brasil este esforço de teorização sobre a prática tem consistido no incentivo à publicação de artigos técnicos sobre experiências diferenciadas (Revista "Comunidade Esportiva", Rio de Janeiro) desde 1980 e na organização de congressos regionais e nacionais a partir de 1982.

O resultado deste tipo de abordagem (ver "Fundamentals of Sport for All", German Sports Federation, March 1986, Frankfurt) não conseguiu, todavia, ultrapassar o estágio de fragmentação do conhecimento e, por conseqüência, da debilidade epistemológica das versões não-formais da Educação Física e do Esporte. Do ponto de vista metodológico, esta situação sugere o uso de taxionomia, conforme se pode avaliar por proposta apresentada por Lamartine P. Costa ("Encontro sobre Pesquisa em Educação Física Não-formal", Universidade Gama Filho, outubro 1986, Rio de Janeiro):

Considerando-se que:

- (a) Classificação é uma abordagem científica que proporciona fundamentos dos quais se deduzem novas hipóteses sobre o fenômeno em questão;
- (b) A taxionomia distingue-se da classificação, por ultrapassar em complexidade as normas classificatórias, devendo ser constituída de forma que a ordem dos termos corresponda a certa ordem real entre os fenômenos representados por estes termos, pressupomos que:
- (c) Seja uma alternativa adequada para a Educação Física Não-formal no seu atual estágio epistemológico.

Efetivamente, a taxionomia pode-se compor com abordagens fenomenológicas (essência/descrição), hermenêuticas (sentido da essência/interpretação), e tanto quanto positivistas (dimensionamentos analíticos/explicação), permitindo um progressivo aperfeiçoamento nos termos taxionômicos e nos referenciais para novas pesquisas.

Estudos preliminares do autor resultaram na seleção de alguns *taxons* (segmentação, socialização da atividade, socialização do ambiente, operação

do evento e preparação do evento) baseados na evidência empírica de três domínios para as atividades físicas: formal, não-formal e informal. A hipótese que orientou estes estudos é a de que os três domínios compõem um *continuum*, ou seja, as atividades formais (composições de variáveis institucionais, pessoais, grupais e comunitárias) e informais (orientação pessoal, grupal e comunitária), quando se busca a adaptação dos padrões organizacionais e pedagógicos da Educação Física, Esporte e Recreação às pessoas. Tal suposição considerou a versão tradicional das atividades físicas como adaptadora das pessoas aos padrões, condição de questionamento multidisciplinar na atualidade.

A metodologia para serem obtidos os *taxons* citados foi a da análise matricial, utilizada na apreciação dos trabalhos apresentados nos Congressos Nacionais de Esporte para Todos. Entretanto, este procedimento carece de avaliação, além de ter-se revelado limitado na representação dos fenômenos da área não-formal. Assim sendo, propõe-se a adoção dos critérios de Bloom e seus colaboradores (1956), que levantaram anteriormente a taxionomia dos objetivos educacionais. Isto significa, em linhas gerais, o estabelecimento de consultas aos organizadores (orientadores/professores) de eventos não-formais, buscando-se sentidos consensuais para os *taxons*. No caso Bloom, tais consensos foram obtidos por reuniões e aplicações de questionários de forma progressiva durante 4 anos com diferentes grupos de professores.

Caso nº 4

A avaliação participativa em educação, como variante da pesquisa participativa atual, foi concebida originalmente por Paulo Freire, em trabalho apresentado na Tanzânia, em 1972, conforme registra H.S. Bhola (ver "Evaluating Functional Literacy", Hulton Educational Publications, Amersham, 1972). Nesta versão inicial a tarefa do avaliador é a de envolver as pessoas atingidas pelas ações como avaliadores. O método implica necessariamente em diálogo, e os avaliados-avaliadores procuram dialeticamente relações entre objetividade e subjetividade, assim como tentam descobrir como percebem a si próprios.

Em última análise, para o avaliador participativo, a realidade não é restrita apenas aos fatos e aos objetos físicos, mas inclui também as maneiras pelas quais as pessoas se envolvem com esses fatos e objetivos. Esta foi uma das diretrizes da avaliação planejada para a primeira Campanha Esporte para Todos (1977-1978), que ocorreu parcial e fragmentada, mas produziu experiência registrada (ver "A Avaliação Participativa no Esporte Não-formal em Programa de Massa", Lamartine P. Costa e Reinaldo L. Rocha, Artus, nºs 9/11, 1981, págs. 116-123, Rio de Janeiro).

De início, neste trabalho, levantou-se a hipótese de que os praticantes e mediadores voluntários estivessem sujeitos a influências diversas sobre o tema esporte, derivadas de fontes locais e de meios de comunicação de massa. No caso do Esporte Não-formal tais distorções explicavam-se pelo pressuposto

de que a sociedade estaria buscando vivências esportivas no contexto do lazer. Assim, o Esporte para Todos, enquanto atividade, seria mais causa do que efeito, ou seja, o esforço da Campanha estaria incorporado a uma tendência já existente e não criando uma renovação, como seus divulgadores propunham.

Para contornar desvios gerados pela ideologia institucional da Campanha, incontornável em qualquer circunstância de grande abrangência geográfica e de número de pessoas envolvidas, aplicou-se um referencial no nível local permitidor de auto-avaliação por parte das pessoas organizadoras e divulgadoras de atividades. Este instrumento foi denominado de "Decálogo" e incluía apenas objetivos de relacionamento de pessoas e grupos diante dos benefícios do lazer voluntário, melhoria de saúde, capacidade de organização autônoma (mutirão), integração social (solidariedade popular, participação feminina, valorização da criança e do idoso etc.), reforço do sentimento de povo, humanização das cidades, valorização da natureza, prática de esporte no sentido recreativo, apoio à Educação Física Infantil e aos clubes esportivos locais, e valorização do serviço à comunidade.

O decálogo, portanto, buscava autonomia e autogestão de eventos, e de avaliação local, desfocalizando o incentivo da prática esportiva como um objetivo em si mesmo, tradicional no âmbito da Educação Física, do Esporte e, em alguns casos, da Recreação. Isto no que diz respeito à cultura dos praticantes, então entendida como capacitada a orientar opções quanto à própria vida. Nestes termos, os objetivos apresentavam-se explicitamente como *propostas*, procurando envolvimento voluntário é consciente e evitando rupturas nos costumes e aptidões das diferentes comunidades. Uma posição mais atualizada deste procedimento é encontrada em Carlos Rodrigues Brandão (ver "O Ardil da Ordem", Papirus, Campinas, 1986, págs. 9-36), que defende a existência de um saber popular, após longa experiência de aplicação da pesquisa participante no Brasil. Neste mesmo autor encontra-se a interrogação-chave que estabelece uma base para decisões sobre o uso do método ora em exame: "Como definir rumos de programas de educação, sem um conhecimento operante não apenas sobre os "problemas da comunidade", mas também sobre as suas estruturas internas de organização simbólica e social? A própria *pesquisa participante* não seria uma armadilha de imposição, ao povo, de uma lógica de conhecimento que nos é familiar por ser parte de nosso "território simbólico de classe", ao invés de ser um instrumento a seu serviço, a partir de seu próprio modo de pensar?"

¹ O registro é de Pereira da Costa, L. - "Pesquisa na Área da Educação Física e Desportos", in "Encontro Técnico sobre a Pesquisa Educacional na Área do Ensino de 1º Grau - Documentário", Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP Brasília, 1979, págs. 89-100.

² Cf. Capra, F. - "The Turning Point - Science, Society and The Rising Culture", Bantam Books, New York, 1983, págs. 51-98; a edição brasileira é da Cultrix, São Paulo, 1986, sob a denominação de "O Ponto de Mutação".

³Cf. Sass, L. – “Fermentação na Antropologia”, *Diálogo*, nº 2, vol. 20, 1987, Washington, pág. 66.

⁴Compare-se com Ortega Y Gasset, J., “Kant, Hegel, Dilthey”, *Ediciones Revista del Occidente*, Madrid, 1972, págs. 129-216.

⁵A frase de Nietzsche é encontrada em Siqueira, Z.L., “Heidegger e a Linguagem”, *Presença Filosófica*, vol. IX, nºs 1 e 2, jan./jun., 1983, Rio de Janeiro, pág. 118.

⁶Ver MacIntyre, A. – “As Idéias de Marcuse”, *Cultrix*, 1973, São Paulo, pág. 14.

⁷Registro em Arato, A., e Gebhardt, E., “The Essential Frankfurt School Reader”, *Urizen Books*, 1978, New York, pág. 371.

⁸Cf. Horkheimer, M. – *ibidem*, pág. 375.

⁹Observe-se a caracterização de Adorno em Jay, M., “The Dialectical Imagination”, *Little Brown Co.*, Boston, 1973, pág. 222.

¹⁰A definição é de Bottomore, T., “A Dictionary of Marxist Thought”, *Harvard University Press*, Cambridge, pág. 411.

¹¹A frase de Heisemberg é citada por Morin, E., “O Método”, *Publicações Europa-América*, Lisboa, 1980, pág. 11.

¹²Compare-se com Sass, L., *op. cit.*, pág. 68.

¹³*Ibidem*, pág. 69.

¹⁴Ver Gabbi, O.F. – “A Crise Conceitual da Psicanálise”, *I Semana de Filosofia*, Dept^o de Filosofia da FFLCH-USP, 6-8 agosto 1986, São Paulo.

¹⁵Cf. Leininger, M. – “Qualitative Research Methods in Nursing”, *Grune and Stratton Inc.*, Orlando, 1985, págs. 5-19.

¹⁶Cf. Parse, R.R., Coyne, A.B. and Smith, M.J. – “Nursing Research – Qualitative Methods”, *Brady – Prentice Hall Pub. Co.*, Bowie – Maryland, 1985.

¹⁷Cf. Thiollent, M.J. – “Aspectos Qualitativos da Metodologia de Pesquisa com Objetivos de Descrição, Avaliação e Reconstrução”, *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas*, nº 49, maio 1984.

¹⁸Em 1.054 trabalhos apresentados neste Congresso foram encontradas 21 áreas disciplinares de conhecimento relacionadas com o Esporte; ver Tubino, J.J.G., “As Tendências Internacionais de Pesquisa em Educação Física”, *Kinesis*, dezembro 1984, págs. 157-176.

¹⁹Dados de Hanke, U., “Qualitative Research in Sport Pedagogy – World Convention AIESEP, University of Heidelberg, August 22-26, 1986.

²⁰Verifique-se em Haag, H., “Quantitative Methods of Research on Instruction in Sport”, Siedentop, D., “Sport Pedagogy Research: Methods and Assumptions”, Konzag, G., “Research Methods as Reflection and Criterion of the Level of Development of Sport Science”; Erdman, R., “Action Theory – A Misleading Conception?”; trabalhos

apresentados na World Convention AIESEP, University of Heidelberg, August 22-26, 1986.

²¹Cf. Wolanska, T. – “Tendências Corrientes en la Ciencia para el Deporte para Todos y sus Aplicaciones Practicas”, *Comunidade Esportiva*, nº 33, fevereiro 1985, Rio de Janeiro.

²²Cf. Piaget, J. – “Sabedoria e ilusões da filosofia”, *Difusão Européia do livro*, São Paulo, 1969, págs. 108-111.

²³Comparar com Ricoeur, P., “Interpretações e Ideologia”, *Francisco Alves*, 1983, Rio de Janeiro.

²⁴Cf. Feyerabend, P. – “Contra o Método”, *Francisco Alves*, 1975, Rio de Janeiro, págs. 40-41.

²⁵Cf. Popper, K. – “Autobiografia Intelectual”, *Cultrix*, 1986, São Paulo, págs. 47-52 e 139-143.

6. PESQUISA – ABORDAGEM FILOSÓFICA

Da atual discussão sobre o destino a optar para a Educação Física – em plena perda de sentido e sendo questionada quanto ao paradigma e à epistemologia – cabe-nos buscar alguma fundamentação na filosofia. Afinal, se tantos outros ramos de conhecimento passaram por crise semelhante, por que não exercitar comparações? Neste particular, Martin Heidegger parece-nos uma fonte significativa de contribuição, uma vez que marcou a filosofia contemporânea por discutir o homem em situação e a identidade da própria filosofia, pontos de partida idênticos aos de modernos filósofos, como Cagigal e Manuel Sergio, ao analisarem em suas abordagens diferenciadas os problemas de coerência da teoria da Educação Física de nossos dias¹.

No essencial, não estamos apenas diante de uma diversidade de interpretações e da conseqüente dificuldade em delimitar área de conhecimento, mas em presença, sobretudo, da clássica dicotomia entre ciências da natureza, ditas “exatas”, e ciências do espírito ou “humanas”, que na Educação Física evidencia-se a cada passo. Para muitos pensadores do âmbito das atividades físicas sistematizadas, o desdobramento de opções de prática afigura-se como inconsistente e hesitante na medida que nos afastamos do concreto cientificista e penetramos na intersubjetividade humana, fatores sempre constantes na Educação Física, Esportes e Recreação, em diferentes proporções situacionais, grupais, individuais etc.

Heidegger, num plano bem mais amplo de análise, focalizou a questão de modo fenomenológico, usando a metáfora do *caminho* na busca da verdade filosófica. Para os propósitos da interrogação-título deste trabalho, propomo-nos a acompanhar o filósofo alemão usando sua própria “metodologia”, ainda que de forma bastante rudimentar. De início, vejamos o que nos indica Zenilda Siqueira² ao abrir preliminares para a interpretação de formas e conteúdos heideggerianos: “Fazer uma experiência é seguir um caminho. O caminho dos cientistas é o método. Na ciência dos tempos modernos, o método não é um simples instrumento a serviço da ciência. Ao contrário, coloca as ciências a seu serviço. Isso foi reconhecido primeiro por Nietzsche. Assim, diz ele na *Vontade do Poder*: “Não é a vitória da ciência o que caracteriza nosso século XIX, mas a vitória do método científico. Nas ciências, diz Heidegger, o tema de pesquisa não é somente proposto pelo método, é implantado no método e a ele permanece subordinado. Todo poder da ciência repousa no método. Para Heidegger, entre a ciência e o pensamento não há ponte, mas um salto. Para o pensamento há somente o *caminho*.”

Com outras palavras, Otto Pöggeler, analista emérito de Heidegger, assume, em seu roteiro para o pensamento do filósofo de “O Ser e o Tempo” (*Sein und Zeit*), a metáfora-chave³: “Uma compreensão do pensamento de

Heidegger não pode-se revelar se o leitor de seus escritos não estiver esclarecido quanto ao sentido de pensamento em rota, como no trilhar de um caminho.”

Uma revisão das obras de Heidegger confirma a opção interpretativa de Pöggeler, uma vez que elas indicam por alguns de seus principais títulos uma inquietude interrogativa e de busca de caminhos. Assim, prevalecendo-nos de um levantamento de Teófilo Orbanoz⁴, constatamos que em 1929 era publicado “Was ist Metaphysik?” (O que é Metafísica?), dois anos após “Sein und Zeit”, *ôpera magnum* do filósofo do *Dasein*. Deste trabalho – ainda segundo roteiro de Orbanoz – seguiram-se, entre outros: “Holzwege” (“O Caminho do Bosque”) – 1950, “Feldweg” (“O Caminho do Campo”) – 1954, “Was ist die Philosophie?” (“O Que é a Filosofia?”) – 1956, “Zur Seins frage” (“Sobre a Pergunta do Ser”) – 1956, “Die Frage Nach dem Ding” (“A Pergunta sobre a Coisa”) – 1962 e, finalmente, “Meine Weg in die Phänomenologie” (“Meu Caminho para a Fenomenologia”) – 1963, em que especulação e metáforas filosóficas dão lugar a uma vivência descritiva⁵.

Nesta última contribuição, em específico, Heidegger revela as razões que o levaram a conduzir-se por interrogações e por sendas alternativas. Ao longo de sua convivência com Husserl, em Freiburg, na condição de aluno, surgiu-lhe uma interpretação diferente das proposições do mestre. A partir daí criou-se uma expectativa que se manteve constante ao longo de sua vida, conforme relata⁶: “Deste modo fui levado ao caminho da questão do ser, iluminado pela atitude fenomenológica, sempre de novo e cada vez de maneira diferente, inquietado pelas questões emanadas da dissertação de Brentano. O caminho do questionamento tornou-se, porém, bem mais longo do que presumia. Exigia muitas paradas, desvios e sendas perdidas. Tudo aquilo que foi tentado nas preleções da primeira fase de Freiburg, e nas de Marburg, mostra, embora de maneira indireta, qual foi o caminho.”

Ernilo Stein⁷, em trabalho recente, avaliando o pensamento heideggeriano, dez anos após a morte do filósofo, confirma esta coerência de atitudes interrogativas e esclarece: “Como ontólogo, Heidegger se levanta contra a ontologia, como filósofo transcendental, contra Kant e os neokantianos, como fenomenólogo, contra a fenomenologia, e como “antropólogo”, contra a antropologia. Mas esta atitude de Heidegger não representa uma compulsão à originalidade. Sua crítica é sistematicamente introduzida, desenvolvida e fundamentada.”

Essencialmente, segundo ainda este último analista, Heidegger procurava um novo paradigma para a filosofia, aduzindo que “Heidegger quer ser o herdeiro de Kant: como Kant, mas mais radical que ele”, além de destacar que “Sein und Zeit” tinha sido recebida como “uma obra de profundas rupturas e críticas pelos seus contemporâneos”, uma vez que consistia “numa tentativa de conciliação entre elementos inconciliáveis como ontologia e fenomenologia, existencial e transcendental”⁸. Contudo, este sentido heideggeriano de busca da verdade – que Ernilo Stein prefere denominar de “intenção programática” – nem sempre é aceito ou compreendido, seja no conteúdo ou na

forma. Roger Scruton, por exemplo, adota uma postura radical e assinala que é impossível sumarizar o trabalho de Heidegger, não somente por sua incompreensão na totalidade, mas, sobretudo, por uma linguagem que “tenta expressar o inexpressível”⁹.

No nosso entender, Heidegger assumiu explicitamente esta busca da verdade em sentido inverso ao identificado por Ernildo Stein, desde que a *Existenzphilosophie* mostra-se essencialmente paradigática, isto é, desprovida de um conjunto coerente de referências. Não seria outra a razão da ênfase de Pöggeler sobre o “retorno eterno” encontrado primeiro em Nietzsche e depois em Heidegger, ambos distantes da comunicação direta e enaltecidos da indicação, da sinalização para que cada um descubra sua rota¹⁰. Não seria outro o destaque do próprio Ernildo Stein quando em estudo anterior sobre Heidegger¹¹ percorre o “caminho do filósofo” (*sic*) ditando-o, “... o círculo da compreensão pertence à estrutura do sentido”, e explicando: “A circularidade está em que se pressupõe aquilo que deve ser atingido pelo método; o caminho que conduz ao objeto só pode ser trilhado se pressuposto o conhecimento do objeto”. E mais: “Desta maneira se revela então toda a envergadura do círculo inevitável para quem utiliza o método fenomenológico como Heidegger o faz, partindo implicitamente da compreensão”¹².

Além disso, o equívoco de um possível paradigma heideggeriano ultrapassa a simples formulação do retorno eterno, da circularidade na busca de caminhos no filosofar, levando-nos ao confronto com modo de pensar ocidental. Este é observado, outrossim, por Pöggeler quanto ao contraponto reconhecido por Heidegger ao encontrar-se com a meditação oriental e ao verificar que a palavra-chave do pensamento poematizante de Lao-tse é “Tao”, que significa “caminho”¹³. Daí a declaração de Heidegger no seu “Unterwegs zur Sprache”: “É possível que o mistério de todos os mistérios do discurso pensante esconda-se na palavra caminho” Tao... Tudo é caminho”¹⁴. Outra síntese, talvez conclusiva da “metodologia” heideggeriana, é encontrada em obra precedente¹⁵: “O caminho recolhe aquilo que tem seu ser em torno dele; e dá a cada um dos que o percorrem aquilo que é seu”. Com menos poematização deparamos, ainda, no texto clássico “Was ist das-die Philosophie?”, em que a temática filosófica é considerada vasta e indeterminada e que se deve “tratá-la sob os mais diferentes pontos de vista, uma vez que atingiremos sempre algo certo”¹⁶.

“Por isso devemos tentar determinar mais exatamente a questão. Desta maneira, levaremos o diálogo para uma direção segura. Procedendo assim, o diálogo é conduzido a um caminho. Digo: a um caminho. Assim concedemos que este não é o único caminho. Deve ficar mesmo em aberto se o caminho para o qual desejaria chamar a atenção, no que segue, é na verdade um caminho que nos permite levantar a questão e respondê-la”.

Mesmo com o risco da repetição *ad nauseam* da argumentação sobre o caminho em Heidegger, devemos todavia retornar à hipótese do paradigma, levantada por Ernildo Stein. Esta implicaria em trilhar a via da ciência ou da filosofia sublimada por Hegel, ou seja, na busca de explicações por intermédio

da sistematização. Isto não encontra apoio nas propostas heideggerianas que se mostram categóricas quanto aos contextos do rigor científico e da *ancilla* filosofia¹⁷: “A vontade de saber e a sede de explicações não nos fazem jamais penetrar em uma interrogação que pensa.”

Nesta concepção encontramos uma senda para o conteúdo em Heidegger, para o caminho do ser. Valendo-nos do repertório analítico de textos heideggerianos produzido por Teófilo Orbanoz¹⁸, percebemos que a interrogação pensante é o homem como o ser no mundo. Daí as questões, a busca de caminhos, o nexo de projeto de algo nunca acabado. Daí o desvelamento do ser como busca de caminho no filosofar. Daí, finalmente, o sentido do ser: o de um caminho.

Estendendo nossa observação ao “Sein und Zeit”, entendemos agora que o caminho-forma encontra-se com o caminho-conteúdo com mútua identificação. A partir daí a procura do ser é a do sendo, incorporando a angústia da busca e, por consequência, a temporalidade. Como indica Jean Wahl¹⁹ discutindo a angústia heideggeriana, nós somos essencialmente temporalidade e nela situamo-nos no futuro, ou como dispõe textualmente: “E Heidegger não conclui que o ser é o tempo, mas que o tempo é horizonte a partir do qual podemos pôr o problema do ser”. Discussão idêntica é assumida por Alphonse de Waelhens ao abordar a questão da angústia, quando então conclui: “Et angoisso, in tant que révélation de ce que je suis ne peut être qu’angoisse du néant, angoisso devant le néant”²⁰.

Por isso, a idéia do caminho em Martin Heidegger é, sobretudo, uma via própria para a verdade, individual, de cada um, a qual fez emergir do filósofo do Dasein uma síntese de significado conclusivo²¹: “Eu não faço mais do que seguir uma pista imprecisa, mas eu sigo”.

Em termos de Educação Física, e em muitas outras áreas de conhecimento, qualquer semelhança com as vertentes abertas pelo pensamento heideggeriano não se trata de coincidência fortuita. Assim sendo, por que não adotar orientação similar na busca de um novo paradigma e um quadro epistemológico mais condigno? Por que aceitar acriticamente um privilegiado enfoque científico que nos dará maior segurança acadêmica mas poderá desumanizar a atividade profissional? Por que não fazer conviver a ciência com as necessidades humanas e não o inverso, este sendo talvez razão principal da crise do conhecimento da Educação Física e não de sua prática?

Enfim: por que não seguir os caminhos que a realidade empírica está revelando para os educadores envolvidos com o corpo nas suas tarefas cotidianas? Por que submissão *stricto sensu* aos padrões pedagógicos e científicos, se todos nós manipulamos esta realidade *formal* por meio de outra *não-formal*, adaptável às necessidades locais e momentâneas, e ainda outra *informal*, em que se respeitam interesses individuais e grupais?

Por que não tentar elaborar uma Educação Física contextual para o coletivo das pessoas e outra fenomenológica para o encontro de suas individualidades? Por que um novo paradigma não pode congrega estas ambigüidades, associando o saber com o lúdico, a ciência com o humano? Por que não

podemos eleger uma epistemologia fundamentada no lazer e na recreação, pontos de intersecção natural das associações ora propostas? O que nos impede, finalmente, de ter uma ciência humanizada na Educação Física?

¹ Compare-se com Cagical, J.M., "En Torno a la Educacion por el Movimiento", Revista Internacional de Ciencias Sociales, Vol. XXXIV, nº 2, págs. 289-303, Paris, 1982, e com Manuel Sergio, "Filosofia das Actividades Corporais", Compendium, Lisboa, 1981.

² Cf. Siqueira, Z.L. - "Heidegger e a Linguagem", Presença Filosófica, vol. IX, nºs 1 e 2, jan./jun. 1983, pág. 116.

³ Cf. Pöggeler, O. - "La Pensée de Heidegger", Aubier-Montaigne, Paris, 1967, pág. 11. O título original em alemão é "Der Denkweg Martin Heidegger", cujo sentido de "caminho" foi transmitido para a versão francesa pelo subtítulo "Un Cheminent vers l'Être".

⁴ Cf. Orbanoz, T. - "História da Filosofia", 6º vol., "El Existencialismo - Martin Heidegger", págs. 508-514, Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid, 1978.

⁵ Vide a tradução "Meu Caminho para a Fenomenologia" em "Heidegger", Coleção Os Pensadores, Abril Cultural, São Paulo, 1979, págs. 297-302.

⁶ Ibidem, pág. 300.

⁷ Cf. Stein, E. - "Martin Heidegger, Dez Anos Depois", Cultura, nº 310, de 25/05/86, São Paulo, 1986, págs. 4-5.

⁸ Ibidem, pág. 4.

⁹ Cf. Scruton, R. - "From Descartes to Wittgenstein", Harper & Row, New York, 1982, pág. 260.

¹⁰ Cf. Pöggeler, O. - op. cit., pág. 10.

¹¹ Cf. Stein, E. - "A Questão do Método na Filosofia - Um Estudo do Modelo Heideggeriano", Livraria Duas Cidades, São Paulo, 1973, pág. 114.

¹² A última citação antecede as demais, na obra citada na nota 11, no texto original.

¹³ Cf. Pöggeler, O. - op. cit., pág. 13.

¹⁴ A citação é de Pöggeler, op. cit., pág. 13, que remete ao texto "Unterwegs zur Sprache", pág. 198.

¹⁵ Cf. Heidegger, M. - "Sobre o Problema do Ser", "O Caminho do Campo", Livraria Duas Cidades, São Paulo, 1969, pág. 69.

¹⁶ Cf. Heidegger, M. - "Que é isto - A Filosofia?", Livraria Duas Cidades, São Paulo, 1971, pág. 17.

¹⁷ A citação é de Pöggeler, O., op. cit., pág. 16, que remete ao texto "Unterwegs zur Sprache", pág. 100.

¹⁸ Cf. Orbanoz, T. - op. cit., págs. 515, 518, 519, 549, 550 e 557.

¹⁹ Cf. Wahl, J. - "As Filosofias da Existência", Publicações Europa América, Lisboa, 1962, pág. 56.

²⁰ Cf. Waelhens, A. - "Existence et Signification", Editions Nauwelaerts, Louvain, 1958, pág. 185.

²¹ A citação é de Pöggeler, O., op. cit., pág. 20, sobre o texto "Unterwegs zur Sprache", pág. 137.